A Justiça de Deus é Concedida, 3.21—8.39

O apóstolo está agora pronto para retomar o tema que ele tão corajosamente expôs em 1.16-17. Ele demonstrou o completo fracasso do homem em conquistar, pelas próprias realizações ou por seus próprios méritos, uma posição de justiça diante de Deus. *Mas agora, em Cristo, um novo dia amanheceu na história do homem.* O próprio Deus destruiu o impasse e forneceu sua própria justiça como uma dádiva gratuita para ser recebi da pela fé. Esta justiça significa a justificação, a santificação e a completa redenção.

1.0 *Evangelho da Justificação do Homem,* 3.21-5.21

a) A *justificação é definida* (3.21-26). Paulo anuncia com ênfase: **Mas, agora, se manifestou, sem a lei, a justiça de Deus** (21). **Mas, agora** (*nuni de)* poderia significar um contraste temporal ("mas, neste momento") ou um contraste lógico ("mas, sendo assim"); na realidade, os dois significados são exigidos nesta passagem.

Paulo está dizendo que alguma coisa completamente nova entrou na história. "A justiça de Deus se manifestou" (RSV). Com isto, surgiu a nova era predita pelos antigos profetas. "As coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo'. Estas palavras de 2 Coríntios 5.17 aplicam-se mais vigorosamente aqui, como também aquelas que vêm logo a seguir, 'E tudo isso provém de Deus'". Esta nova situação não é uma realização do homem; ela surgiu pela intervenção de Deus. **Agora,** na vinda de Jesus Cristo, o milagre aconteceu.

Mas, agora, no entanto, também tem um significado lógico e moral. Estas palavras contrastam a revelação da justiça com a da ira (1.18—3.20). Elas contrastam a condenação proferida pela lei (20) com a nova justiça adquirida **sem a lei** (21). Depois que os homens buscaram a Deus de um modo próprio, e experimentaram a sua ira, o próprio Deus entrou no meio deles e tornou conhecidas a sua justificação e sua vida.

Então, esta é a *kerygma,* a proclamação apostólica, de que **agora,** na nova era que Cristo inaugurou, **se manifestou, sem a lei, a justiça de Deus.** Para uma completa discussão do que Paulo quer dizer com **a justiça de Deus,** veja os comentários sobre 1.17. Nesta

seção crucial se exigem três significados. Dois aspectos da expressão estão indicados pelas duas expressões do versículo 26, “para que ele seja justo” e para que ele possa ser “justificador daquele que tem fé em Jesus”. Ou seja, isso inclui

1) a própria justiça de Deus - a qualidade de *ser* justo, e
2) a *atividade* justificadora de Deus em Cristo. Finalmente, significa,
3) a justiça de que uma pessoa desfruta como conseqüência do ato justificador de Deus, ou uma “justiça *vinda de* Deus”. Godet define este aspecto da expressão como “o estado de reconciliação com Deus, no qual todo homem é colocado pela sentença que o declara justo”. John Wesley prefere pensar que é “a maneira de tornar-se justo que foi designada por Deus”.

A manifestação da justiça de Deus no evangelho é “sem a lei” (RSV; grego, *choris nomou).* A versão NEB traduz como “independentemente da lei”. A palavra **lei** aqui é usada com o sentido de “obras da lei” (20). A idéia é que a lei *como um mandamento* não pode proporcionar a nossa justificação. Mas Paulo, rapidamente, acrescenta uma afirmativa, **tendo o testemunho da Lei e dos Profetas.** Aqui, **lei** adquire um significado completamente diferente. “Lei, em um sentido, significa o contrário de justificação; em outro, prega a justificação”. Paulo declara que **a Lei e** os **Profetas** se unem testemunhando a manifestação da justiça de Deus. **Tendo o testemunho** (*martyroumene*) implica que “a nova ordem das coisas não é de nenhuma maneira oposta à anterior, mas sim um desenvolvimento que foi devidamente previsto e providenciado”. Ao falar da **Lei e dos Profetas,** Paulo está se referindo a todas as Escrituras da antiga aliança, nas suas principais divisões.

A justiça pela lei (no sentido do versículo 20), desde que corretamente interpretada, não é encontrada na Torá nem nos Profetas. Até mesmo **a Lei** e os **Profetas** dão testemunho da **justiça de Deus,** que agora **se manifestou** completamente no evangelho. Nygren ressalta que Paulo tomou o tema da Epístola aos Romanos dos **Profetas:** “Mas o justo viverá da fé” (1.17; Hc 2.4). E da **Lei,** a Torá, ele dá o seu exemplo de Abraão como o representante e o arquétipo daquele “que pela fé é justo” (cap. 4). Assim, tanto **a Lei** quanto os **Profetas** dão testemunho contra a justiça que é pela lei, ou que vem das obras.

A justiça de Deus do versículo 22 é a mesma do versículo 21, e de 1.17, e as palavras **pela fé em Jesus Cristo para todos e sobre todos os que crêem** têm a mesma força que "de fé em fé" de 1.17. No entanto, pela primeira vez, Paulo deixa claro que a fé que justifica não é uma fé geral em Deus, mas a "fé em Jesus Cristo" (NASB, RSV). Embora alguns intérpretes insistam que a expressão *pisteos lesou Christou* significa "a fé *de* Cristo" (como a "fé de Abraão" em 4.16), a maioria dos exegetas concorda com Sanday e Headlam de que se trata de um genitivo de objeto e deve ser traduzida como "fé em Jesus Cristo" (cf. G1 2.20). "Assim como as obras pertencem à lei, a fé pertence a Cristo". Em 1 Coríntios 1.30, o apóstolo declara que Cristo nos é apresentado como a justiça de Deus. Em 2 Coríntios 5.21, ele escreve: "Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus". Quando cremos em Cristo com a fé salvadora, a sua justiça se torna nossa.
Esta dádiva da justiça de Deus não está limitada a uns poucos selecionados, mas é para todos (eis pantas) e sobre todos (epi pantas) os que crêem: porque não há diferença (22). Os estudiosos são propensos a considerar estas duas frases como "uma fusão ou combinação de duas leituras originalmente alternativas". Assim, a versão NASB traduz a expressão "para todos os que crêem". As versões RSV e NEB adotam a mesma perspectiva. No entanto, Nygren vê nas duas frases uma característica paulina de repetir um substantivo com preposições diferentes para dar uma ênfase especial. Ele cita 1.17 como um exemplo deste uso paralelo "de fé em fé" (ek pisteos com eis pistin).

A expressão para todos enfatizaria assim a universalidade da oferta de justificação de Deus. Sobre todos corresponde a 1.18, onde foi dito que "do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda impiedade e injustiça dos homens". "Estas duas passagens fazem afirmações exatamente paralelas quanto à era antiga e à nova, respectiva mente. Elas são igualmente universais. Todos estão sob a ira de Deus, e todos aqueles que crêem em Cristo compartilham a justiça de Deus. Em ambos os casos, a mesma preposição é usada, epi, 'sobre'". Do céu vem à ira de Deus sobre toda a injustiça; do céu vem à justiça de Deus sobre aqueles que crêem. Crer é confiar em Cristo como sendo o meio designado para a nossa reconciliação com Deus; é abandonar o nosso próprio esforço fútil de nos salvarmos, e confiar integralmente na misericórdia de Deus oferecida por meio de Cristo. A manifestação da justiça é dirigida a todos os que têm fé, porque não há diferença (distinção), isto é, entre os judeus e os

gentios. Existe uma diferença entre judeus e gentios, mas no que diz respeito ao pecado, os dois são culpados diante de Deus (versículos 19-20).

Porque todos pecaram e (portanto) destituídos estão da glória de Deus (23).
Todos pecaram {pantes hemarton) significa literalmente isto (cf. 2.12 e 5.12, onde é encontrada a forma exata). Sanday e Headlam chamam isto de “um coletivo aoristo”, que pode ser representado em nosso idioma pelo pretérito perfeito. “Do ponto de vista de que fala o apóstolo, o pecado de cada pecador é simplesmente um fato passado, e o pecado de todos é uma série ou um conjunto de fatos, que constitui um fato passado” No caso do segundo verbo do v. 23, “carecer” parece uma melhor opção (RSV, NASB). Como todos pecaram, eles carecem da glória divina. Mas o que Paulo quer dizer com a glória de Deus? Godet sem dúvida está correto quando a define como “o divino esplendor que brilha do próprio Deus, e que ele comunica a todos os que vivem em união com Ele”. Murray comenta: “Nós estamos destituídos daquela perfeição que é o reflexo da perfeição divina e, portanto, da glória de Deus”. O verbo traduzido como “destituídos” (.hysterountai, carecer, sentir falta) expressa a idéia geral de um déficit, e sugere que o estado normal do homem é aquele que está em conformidade com a imagem divina. Quando o homem pecou, ele se afastou da sua verdadeira natureza à imagem de Deus.
O versículo 24 apresenta uma séria dificuldade na construção gramatical. O particípio sendo justificados não parece ter relação com o antecedente, de modo que seja prontamente compreendido. Sanday e Headlam oferecem quatro propostas para resolver a dificuldade, mas eles advertem que “a construção e a conexão são difíceis e talvez não possam ser precisamente determinadas”. Na opinião deles, provavelmente o versículo 23 deva ser encarado como um parêntese; assim, sendo justificados (dikaioumenoi) se refere a todos os que crêem do versículo 22. No entanto, a construção seria abrupta e irregular, mas na opinião deles não excessivamente irregular para Paulo. Recentemente, estudiosos do Novo Testamento expuseram sua opinião de que os versículos 24-26a são “uma fórmula pré-paulina, uma confissão de fé que talvez fosse empregada liturgicamente no cristianismo helênico-judaico”. A ruptura na construção seria explicada, então, pelo fato de que Paulo inserir uma citação nesse ponto. Existem muitos argumentos a favor desta opinião, que tem a vantagem adicional de explicar o uso técnico de hilasterion no versículo 25.

O versículo 24 também contém a primeira ocasião em que Paulo usa o verbo dikaioumenoi direta e afirmativamente com referência ao tema principal da Epístola.

O verbo dikaioo, no seu sentido evangélico, não somente aqui como em toda a Epístola aos Romanos, significa “tornar justo”, no sentido de “tornar certo, aclarar, absolver no tribunal de Deus”. Barrett insiste que a justificação “não significa uma ficção legal, mas um ato de perdão por parte de Deus, descrito em termos dos procedimentos de uma corte legal. Longe de ser uma ficção legal, é um ato criativo no campo das relações divino-humanas”. Sendo justificados gratuitamente pela sua graça significa que a justificação é “pela sua graça, como uma dádiva” (RSV). A graça (charis) é o favor gratuito de Deus, o amor que Ele concede aos homens, embora eles ainda sejam pecadores (5.8); mas para Paulo é mais especificamente amor em ação, uma atividade de graça que nos fornece a redenção (apolytroseos). Esta palavra significa “uma libertação obtida por meio de uma compra (lytron)”. Em Cristo Jesus a oscilação dos poderes que se opõem a Deus é rompida de uma vez por todas, e aqueles que estão em Cristo passam a estar livres dessas forças que os mantinham cativos.

Como Deus manifestou a sua justiça? Paulo diz que foi propondo Cristo como a propiciação (25) pelos pecados da humanidade. O substantivo hilasterion, usado so mente aqui e em Hebreus 9.5 no Novo Testamento, significa literalmente “o assento da misericórdia” ou propiciatório, a tampa dourada da arca da aliança, que ficava atrás do véu no Santo dos santos. Se Paulo está citando uma fórmula helênico-judaica, 175fica explicada à presença de um termo tão técnico. Ele pode supor que muitos dos seus leitores entenderão o significado e a importância escritural.
Sob o propiciatório, dentro da arca, se guardavam as palavras (ou oráculos) de Deus (Ex 25.17-21). Sobre ele, o próprio Deus habitava e manifestava a sua presença no meio da nação de Israel (1 Sm 4.4; 2 Sm 6.2; SI 80.1). Este foi o lugar de onde Deus falou a Moisés (Êx 25.22; Nm 7.89). No entanto, era principalmente o lugar em que, no grande Dia da Expiação, o povo era reconciliado com Deus por meio da aspersão de sangue (Lv 16.14-15).

A analogia com Jesus é particularmente apropriada, porque o propiciatório é um lugar especial, e muito significativo. Pela deliberação expressa de Deus, Jesus foi designado desde a

eternidade177 como o lugar de propiciação sobre o qual Deus habita, e a partir do qual Ele fala; no entanto, Ele ocupa uma posição no tempo, na história e na presença dos homens. A vida de Jesus é o lugar da história adequado por Deus para a propiciação, e abastecido com a eternidade - Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo (2 Co 5.19). Neste lugar o Reino de Deus está próximo: tão próximo que aqui a sua vinda e o seu poder redentor são reconhecidos; tão próximo, que aqui Deus reside com os homens e a sua comunhão é inconfundível; tão próximo, que aqui a pressão da fé é uma necessidade imperiosa... A propiciação ocorre no lugar da propiciação - somente através do sangue, pelo qual somos lembra dos de que Deus só dá a vida por meio da morte. Conseqüentemente, em Jesus, a reconciliação, também, só acontece por meio da fidelidade de Deus, por seu sangue.

Throckmorton assume uma posição mediadora bastante recomendável. “Pode ser”, escreve, “que a intenção de Paulo fosse, pelo menos em parte, aludir ao propiciatório... mas, provavelmente, também é verdade que Paulo não pretendesse limitar o seu significado ao ‘propiciatório’, pois a maioria dos gentios não saberia o que era isso”. Portanto, devemos investigar mais profundamente o significado de hilasterion. Todos os estudiosos concordam que o significado geral é uma propiciação ou “uma expiação” (RSV). A morte de Cristo, portanto, foi um “sacrifício propiciatório” ou “um sacrifício expiatório”. A escolha entre as duas possibilidades deverá ser determinada pela visão geral que o intérprete tem em relação à expiação. Na realidade, as duas idéias são inerentes em hilasterion e são necessárias para uma doutrina bíblica. Richardson acrescenta: “No seu sentido bíblico, o termo ‘propiciação’ deve ser encarado como um sinônimo aproxima do de ‘expiação’. A propiciação tem uma referência voltada a Deus: por meio da morte de Cristo, a ira de Deus é superada e a sua justiça é demonstrada. A expiação tem uma referência voltada ao homem: o sacrifício de Cristo remove a culpa do pecado do homem”.

Quando falamos do sacrifício de Cristo como uma propiciação, fazemos isso contra o pano de fundo do ensino desta Epístola de que “do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda impiedade e injustiça dos homens” (1.18).
Naturalmente isto não significa que Deus precisa ser apaziguado como um homem irritado. Esta deturpação da doutrina bíblica da propiciação deixa de lado o ponto fundamental mencionado em todas as partes da Bíblia, de que é o próprio Deus que propõe a

oferta de propiciação pelo pecado do homem. Paulo escreve sobre Jesus: ao qual Deus propôs para propiciação. Veja também 2 Coríntios 5.18-21, onde o apóstolo deixa explícito que a reconciliação é, do princípio ao fim, uma obra do próprio Deus: “E tudo isso provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo”.

A propiciação significa que Deus encontrou uma maneira de sustentar a lei e salvaguardar a sua justiça (cf. versículo 26), enquanto Ele estende a sua misericórdia ao pecador que confia em Cristo. “Expiação” quer dizer que em Cristo o rebelde culpado é perdoado de seus pecados e purificado daquilo que o denigre. “Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Co 5.21). “Deus... define os meios pelos quais a culpa do pecado é removida, enviando Cristo”.

E importante observar que a idéia da propiciação se qualifica por duas expressões paralelas e mutuamente complementares: 1) pela fé, que indica a condição subjetiva; e 2) no seu sangue (ou “pelo seu sangue”, dativo instrumental), que estabelece a condição histórica ou objetiva para a reconciliação. “A propiciação não acontece, exceto pela fé daquele que é salvo, e pelo sangue do Salvador”. Assim, podemos parafrasear as palavras de Paulo: “Jesus Cristo, que Deus propôs antecipadamente como o meio de propiciação, na condição da fé, através do derramamento do seu sangue”.

Dizer que Cristo é a nossa propiciação “pela fé” significa que nos associamos, em coração e mente com a condenação objetiva de Deus aos nossos pecados. Erdman acerta-damente insiste que “quem aceita o Salvador crucificado como o seu Senhor realmente se submete à divina sentença sobre o pecado”. Observando a metáfora sacrifical do versículo, Leenhardt comenta:

A imolação da vítima... Simbolizava o processo pelo qual o pecador, representa do pelo animal, abandona a sua antiga condição de vida, e permite que a sua existência, nos seus aspectos mais vitais, seja entregue a Deus em uma autoconsagração e em uma auto-oferta. O pecador se associa com a vítima, ao colocar a sua mão sobre ela; este é o sinal de uma união que o penitente deseja confirmar e efetivar. Além disso, ele reconhece que os seus pecados tornaram este sacrifício necessário, e ele reconhece isto confessando os seus pecados. A comunhão, assim concretizada pelo sacrifício, dá ao crente o acesso às forças renovadoras e revitalizadoras liberadas

pelo contato com o altar, isto é, com Deus, por meio deste sacrifício vicário.

Isto é o que significa para Cristo ter se tornado a nossa oferta propiciatória ou expiatória. Pela fé (dia pisteos), nos identificamos com a morte de Cristo, aceitando o julgamento de Deus sobre os nossos pecados e morrendo para eles, enquanto, ao mesmo tempo, recebemos a vida e a salvação de Deus. Então, com Paulo, podemos confessar: "Já estou crucificado com Cristo; e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim; e a vida que agora vivo na carne vivo-a na fé do Filho de Deus, o qual me amou e se entregou a si mesmo por mim" (G12.20).

A expressão no seu sangue {en to autou haimati) tem sido muito debatida. A ordem das palavras na sentença parece implicar que o objeto da fé é o próprio Sangue. Mas em nenhum ponto Paulo escreve sobre a fé em algum objeto inanimado; a fé sempre é depositada em uma Pessoa. Assim, julgamos a frase válida de forma independente: o sacrifício de Cristo se deu por meio do derramamento de sangue, ou do derramamento da sua vida. O que o apóstolo quer dizer está enfatizado pelo restante do versículo, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus. Isto significa que a morte de Cristo foi a demonstração do julgamento de Deus sobre os pecados. A cruz foi a condenação dramática e conclusiva de Deus sobre os pecados do mundo. A palavra traduzida como demonstrar (endeixin) significa "exibir e justificar", tanto uma simples demonstração quanto também uma prova. A cruz é a prova final de que Deus é santo e justo, apesar do fato de que Ele foi tolerante a respeito dos pecados passados da humanidade. Deus pode permitir-se "fingir que não viu" a ignorância e o pecado do homem em tempos passados (cf. At 17.30-31), porque Ele tinha determinado, desde o princípio, propor Cristo perante os olhos de todo o mundo como um Sacrifício propiciatório.

O versículo 26 conclui a longa sentença que Paulo iniciou no versículo 21. Para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus. Brunner sensatamente observa: "A morte de Cristo é o sinal da justiça do julgamento, assim como do amor que perdoa; da ira de Deus sobre todos os tipos de falta de religiosidade e de injustiça dos homens, assim como da sua incompreensível

misericórdia. O sangue de Cristo serve não só para a remoção dos pecados daqueles que crêem em Cristo, mas para a revelação da ira punitiva sobre os pecados daqueles que não se arrependem".
Assim, podemos reconstruir os versículos 25-26 de alguma maneira como esta:

A quem Deus propôs como propiciação - pela fé - no Seu próprio sangue - para uma demonstração da Sua justiça; porque os pecados passados foram ignorados pela tolerância de Deus, com vistas à demonstração da Sua justiça no momento presente, para que Ele possa ao mesmo tempo ser justo (Ele mesmo), e declarar justo aquele que tem... Fé em Jesus.

"Culpa e graça" são contrastadas em 3.23-26.

1) A culpa de todos, 23;
2) a graça para todos, 24 (W. T. Purkiser).

b) Algumas inferências (3.27-31). Paulo agora chega a três conclusões Sobre o que ele acaba de escrever.

1) A justiça pela fé exclui a ostentação (3.27-28). Paulo pergunta: Onde está, logo, a jactância? (27) O que aconteceu com a ostentação do judeu (cf. 2.17)? Já não existe. E excluída de uma vez por todas. Por qual lei? Das obras? Não! Mas pela lei da fé.

Quando a nossa salvação é um assunto de obras, o nosso orgulho encontra alimento, mas não existe nenhum crédito nem mérito em nos lançarmos à misericórdia de Deus em Cristo. Alei (nomou) aqui pode ser parafraseada como "sistema" ou lei no sentido de "uma ordem constituída de coisas". "Sob que tipo de sistema este resultado é obtido? Sob um sistema cuja essência é a Fé". Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei (28). Esta é à base da doutrina protestante de sola fide ("somente pela fé"). Mas a fé não tem poder separada do seu objeto. A fé é simplesmente "a mão do coração" que recebe a dádiva do perdão de Deus, por meio de Jesus Cristo.

2) A justiça pela fé é para todos (3.29-30). A seguir, Paulo pergunta: E, porventura, Deus somente dos judeus? (29) Este era outro aspecto da ostentação dos judeus. O judeu pensava em Deus como uma possessão especial, exclusivamente sua. Mas Paulo

prossegue: E não o é também dos gentios? E responde Também dos gentios, certa mente. Não há dois deuses, e "sabendo que Deus é único, é impossível que Ele tenha dois métodos diferentes para salvar a humanidade". O Deus que é um só... Justifica, pela fé, a circuncisão e, por meio da fé, a incircuncisão (30). Como tanto os judeus como os gentios, da mesma maneira, só são salvos pela misericórdia de Deus manifesta da na Cruz, a distinção religiosa entre judeus e gentios fica, portanto removida.

Em 3.22-30 descobrimos que "Não há diferença". 1) No fato da culpa - todos pecaram, no passado, e destituídos estão da glória de Deus, no presente, 23; 2) Na provisão da redenção, 24-30; 3) Nas condições da salvação, 10.12-13.

3) A justiça pela fé estabelece a lei (3.31). Neste último versículo, Paulo pergunta: Anulamos, pois, a lei pela fé? E responde: De maneira nenhuma! Antes, estabelecemos a lei. A palavra lei (nomos) é usada por Paulo de diversas maneiras na sua Epístola aos Romanos, a) Quando nos é dito que o caminho da justiça de Deus pela fé tem o "testemunho da Lei e dos Profetas" (3.21), a palavra claramente significa os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, o Pentateuco. b) Em 3.19 lemos: "nós sabemos que tudo o que a lei diz aos que estão debaixo da lei o diz". Esta afirmação se aplica a um grupo de escrituras dos Salmos e do profeta Isaías (cf. 3.10-12). Se é a lei que diz essas coisas, a lei só pode significar aqui a Bíblia dos hebreus, ou o nosso Antigo Testamento na sua totalidade, c) Em 3.27 "lei" significa o que nós expressaríamos com algum termo do tipo "sistema religioso" (cf. 7.21, 23). d) Muito mais freqüentemente, a palavra se refere à lei moral, aos mandamentos de Deus, conheci dos até certo ponto pelos gentios (2.14-15), mas revelado aos judeus em uma medida proeminente no Decálogo e em outras partes da Torá. Esta é a forma na qual Paulo veio a conhecer a lei em sua própria experiência (7.7-13). Este é o sentido no qual ele pensa na lei em 3.20; 4.15; 5.13; 7.14, 22, 25a; 8.3; 9.31-32; 13.8-10. Mas o pecado perverte esta lei no farisaísmo, a falsa crença de que o homem pecador pode satisfazer à lei de Deus pelos seus próprios esforços morais. Alei de Deus, portanto, se torna a "lei do pecado e da morte" (8.2).

Quando Paulo aqui declara que pela fé... Estabelecemos a lei, ele quer dizer, no contexto imediato, que não existe contradição entre o evangelho e o Antigo Testamento, como o exemplo de Abraão (cap. 4) deixará completamente claro. "O evangelho de Paulo

era acusado de invalidar a lei, por afastar as obras legais como meios de justificação; e ele acaba de provar aos seus adversários que é o seu ensino, ao contrário, que se harmoniza com o verdadeiro significado da lei, ao passo que os ensinos contrários o destroem". A própria lei ensina a justificação pela fé (4.3-8). Ao criar um sistema legalista, os fariseus tinham ignorado o fato inegável de que a antiga aliança era na realidade uma aliança de graça. (Veja os comentários sobre 2.25-29).

Mas Paulo está dizendo ainda mais, como os capítulos 7 e 8 deixarão claro. Por meio da graça de Deus em Cristo obtemos a verdadeira santificação pela qual se satisfaz a lei de Deus, de acordo com o seu intento original. "Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte.

Porquanto, o que era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne, Deus, enviando o seu Filho em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne, para que a justiça da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito" (Rm 8.2-4). Por meio de Cristo, Deus nos liberta da "lei do pecado e da morte" e estabelece a sua lei em um novo formato, como o Espírito da graça e da obediência amorosa. Por meio dele, "o amor de Deus é derramado nos nossos corações" e este "amor é o cumprimento da lei" (13.8-10).
Assim, ao invés de invalidar a lei, o evangelho estabelece a lei, mostrando a validade permanente do Antigo Testamento e revelando o único caminho pelo qual sua verdadeira intenção pode se realizar.
Portanto, em uma perspectiva definitiva, o evangelho e a lei são uma coisa só. "A lei do Espírito de vida em Cristo Jesus" é a lei de Deus, estabelecida de acordo com os termos da nova aliança (cf. Jr 31.31-34; Hb 10.14-17).

A partir de 3.27-31, W. H. Griffith Thomas discute "A Justiça de Deus". 1) A justiça pela fé exclui a ostentação, 27-28; 2) A justiça pela fé é igualmente adequada a todos, 29-30; 3) A justiça pela fé estabelece a lei, 31.

c) A justificação é defendida (4.1-25). Agora chegamos a uma digressão na qual o apóstolo exemplifica e defende a sua doutrina de justificação pela fé sem a lei. Ele o faz por meio de uma referência a Abraão, que, como o pai do Povo Escolhido, tinha um lugar proeminente no pensamento religioso do judaísmo. Paulo acaba de dizer que pela doutrina da justificação pela fé "nós estabelecemos a

lei" (3.31). Como vimos, isto significa que a revelação do Antigo Testamento "contém uma concepção da religião como uma confiança pessoal em Deus, mais fundamental que a restrição legal que recebia uma ênfase unilateral no judaísmo farisaiso". A partir deste ponto de vista, Abraão, reconhecido pelos fariseus mais rígidos como o homem justo ideal, era justificado pela fé mais do que pelas obras da lei. Ao provar este ponto, Paulo faz a mais forte defesa escriturai para a sua doutrina.

1) Abraão é justificado pela fé, não pelas obras (4.1-8). Com toda a probabilidade, Paulo não tinha escolha ao falar de Abraão; os seus oponentes judeus provavelmente o desafiaram com a história. "Olhe para Abraão, disseram eles; existe um homem justo para você. Ele obedecia perfeitamente à lei, mesmo antes que ela fosse dada. Ele tinha alguma coisa de que se vangloriar; e o que você me diz das obras e da fé agora?"

Paulo toma a pergunta deles no versículo 1: Que diremos, pois, ter alcançado Abraão, nosso pai ("antepassado", NASB)? Ele responde: Se Abraão foi justificado pelas obras, vocês têm razão: tem de que se gloriar; talvez diante dos homens, mas não diante de Deus (2). Abraão não tinha motivos para se vangloriar diante de Deus. Pois, que diz a Escritura? (3) A resposta de Paulo se refere a Gênesis 15.6, citado na Septuaginta: Creu Abraão em Deus, e isso lhe foi imputado como justiça. Em que Abraão creu? Na promessa de Deus: "Então, o levou fora e disse: Olha, agora, para os céus e conta as estrelas, se as podes contar. E disse-lhe: Assim será a tua semente" (Gn 15.5). A seguir vem a citação de Paulo: E creu ele no Senhor. A fé não opera no vazio; ela sempre se baseia na promessa de Deus (cf. 10.17). A confiança de Abraão na promessa de Deus "lhe foi imputada como justiça" (RSV). Ou seja, Abraão foi justificado porque colocou a sua confiança na Palavra de Deus. (Nos versículos 17-22, Paulo faz uma exposição esclarecedora da natureza e do caráter da fé de Abraão.)

Precisamos observar como Paulo se concentra no verbo "imputar" (elogisthe). Evidentemente, se a fé é imputada... Como justiça, não é propriamente idêntica à justiça, mas sim distinta dela. Precisamos evitar a noção de que a fé é um tipo refinado de justiça, que Deus aceita em lugar da obediência legal. A fé e a justiça se encontram em categorias diferentes. O poder da fé pela qual Abraão foi justificado se originou em Deus. A fé não se apóia na nossa confiança, ela se apóia em Deus (cf. versículos 20-21). Não somos

justificados pela virtude da nossa fé, mas sim por Deus. Caso contrário, teríamos de que nos gloriar, mas não diante de Deus. A justificação pela graça através da fé é completa mente separada de quaisquer traços de méritos humanos.

Paulo prossegue detalhando esta verdade: Ora, àquele que faz qualquer obra, não lhe é imputado (logizetai) o galardão segundo a graça, mas segundo a dívida. Mas, àquele que não pratica, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada (logizetai) como justiça (4-5). O contraste entre graça e dívida é instrutivo. "Obra' e 'dívida' são correlatas; 'fé' e 'graça' também são correspondentes de uma maneira similar, e é a este par que 'imputar' pertence. Acontece que como Abraão teve a justiça imputada a si, ele não podia ter feito obras, mas deve ter recebido a graça". Portanto, ser justificado pela graça por meio da fé é receber uma justiça imerecida: Deus justifica o ímpio. Isto parece saltar diante das Escrituras (Êx 23.7; Pv 17.15; Is 5.23).

E isto escandaliza aqueles que acham que o pecador precisa fazer determinadas coisas antes de ser digno da justificação. Quando lemos que Deus justifica o ímpio, devemos entender que Deus absolve o pecador culpado em razão de sua própria misericórdia, independentemente de qualquer merecimento humano. A justificação é um ato de pura graça por parte de Deus. Ninguém diz isto mais claramente do que John Wesley, que observa nesta passagem:

Vemos claramente como esta opinião é sem fundamento, de que a santidade ou a santificação é anterior à nossa justificação. Pois o pecador, primeiramente con vencido pelo Espírito de Deus do seu pecado e do perigo, treme diante do terrível tribunal da justiça divina, e não tem nada a alegar, exceto a sua própria culpa, e os méritos do Mediador. Cristo aqui interfere; a justiça é satisfeita; o pecado é perdoa do e o perdão é aplicado à alma, por uma fé divina produzida pelo Espírito Santo, que então começa a grande obra da santificação interior. Assim, Deus justifica o ímpio, e permanece justo e fiel a todos os seus atributos... Se um homem pudesse ser santificado antes de ser justificado, isto colocaria a sua justificação completamente de lado; ele não poderia, tendo em vista a verdadeira natureza das coisas, ser justificado se não fosse, naquele mesmo momento, ímpio.

Foi isto que Lutero quis dizer quando chamou a justiça dos cristãos de “uma justiça estrangeira”. Em sua obra Lectures on Romans ele afirma: “Tudo... está fora de nós e em Cristo... pois Deus não deseja nos salvar pela nossa própria justiça, mas sim por uma justiça exterior que não se origina em nós, mas que vem até nós de um lugar que está além de nós mesmos, que não nasce na nossa terra mas que vem do céu. Portanto, precisamos chegar a conhecer esta justiça que é completamente exterior e estrangeira a nós. E por isto que a nossa própria justiça pessoal precisa ser extirpada”.

Ele prossegue ressaltando que “as virtudes normalmente são as piores e maiores falhas”, pois elas tendem a fazer com que confiemos em nós mesmos, e não em Cristo. “Mas agora Cristo deseja que todos os nossos sentimentos sejam tão expostos que, por um lado, não tenha mos medo de ser lançados em confusão por conta das nossas falhas, nem nos alegremos em vão por conta das nossas virtudes. Por outro lado, não nos glorifiquemos diante dos homens naquela justiça exterior que, vindo de Cristo, está em nós. Também não deve mos sofrer derrotas por causa daqueles sofrimentos e maldades que recaem sobre nós por causa dele”205. Foi isto que August Toplady escreveu:

Possam as minhas lágrimas correr sempre,
Possa o meu zelo não conhecer fraqueza,
Estes não podem expiar o pecado;
Tu e só Tu podes salvar

Ao examinar a doutrina da propiciação vimos que, para ser justificado, o pecador deve “se submeter à sentença divina sobre os seus pecados” - isto é, confessar a sua culpa e arrepender-se genuinamente. No entanto, tal arrependimento não deve ser encarado como uma obra meritória, mas simplesmente como uma preparação para a fé que por si só se torna o canal da graça justificadora de Deus. Pois já vimos “que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei” (3.28). É “somente pela fé” (*sola fide)* porque é “somente pela graça” (*sola gratia).*

Nem mesmo Abraão é um exemplo isolado do princípio da justificação pela fé; outro exemplo do Antigo Testamento está à mão no caso de Davi. Agora Paulo cita as palavras de abertura do Salmo 32, onde, em alegre alívio com a certeza do perdão divino, Davi exclama: Bem-aventurados aqueles cujas maldades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos. Bem-aventurado o homem a quem o

Senhor não imputa (,logizetai) o pecado (7-8). Já vimos à recorrência do verbo logizomai nos versículos 3-8. Esta palavra constitui um elo formal entre o Salmo 32.1-2 e Gênesis 15.6. “Na exegese rabínica, este elo deveria encorajar a interpretação de uma passagem com base na outra, pelo princípio chamado gezerah shawah (‘mesma categoria’).”
A conclusão a que se chega a partir deste princípio é a de que o “imputar da justiça” é equivalente ao “não imputar do pecado”. Agora fica muito claro que a justificação, ou o imputar da justiça, não significa a justa avaliação da virtude humana (tal como os judeus supunham que fosse o caso de Abraão), mas o perdão ou a absolvição. O homem cujas maldades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos é justificado.

Nesta seção, encontramos um tratamento de “Justiça pela Fé”.

1) A necessidade da fé, 1-2;
2) O objeto da fé, 2-3;
3) O princípio da fé, 4-5;
4) A aceitação da fé, 5;
5) O resultado da fé, 6-8.

2) Abraão é justificado pela fé, não pela circuncisão (4.9-12). Até aqui, Paulo usou 1) métodos gerais e 2) gezerah shawah (veja a nota 208) para interpretar Gênesis 15.6. Agora ele vê uma oportunidade de levar o seu argumento um pouco adiante aplicando esse gezerah shawah ao contrário: Gênesis 15.6 pode ser usado para esclarecer o Salmo 32.1-2.210Vem, pois, esta bem-aventurança (o perdão de que fala Davi) sobre a cir cuncisão somente ou também sobre a incircuncisão? (9). Não há nada neste salmo que responda a esta pergunta. Como Davi era um membro do Povo Escolhido, podemos supor que esta bem-aventurança era um privilégio especial judeu. Mas aplicar o gezerah shawah resulta numa resposta diferente. E também sobre a incircuncisão?

Porque dizemos que a fé foi imputada como justiça a Abraão. O apóstolo agora chega ao seu argumento decisivo. Ele pergunta: Como lhe foi, pois, imputada? Estando na circuncisão ou na incircuncisão? Não na circuncisão, mas na incircuncisão (10). Esta é a simples constatação de um fato. Abraão não foi circuncidado até pelo me nos 14 anos mais tarde, de acordo com Gênesis 17.10-27.211Paulo estabeleceu o seu argumento. Abraão era um gentio quando Deus imputou a sua fé como justiça.

Então o apóstolo chega à inevitável conclusão. Abraão, a partir de então, se tornou o pai de todos os que crêem (estando eles também na incircuncisão, a fim de que também a justiça lhes seja imputada)... E também o pai da circuncisão, daqueles que não somente são da circuncisão, mas que também andam nas pisadas daquela fé de Abraão, nosso pai, que tivera na incircuncisão (11b-12). Paulo chega a duas conclusões, completamente opostas aos seus ensinos anteriores e àquele do judaísmo ortodoxo.

1) Abraão é o pai, acima de tudo, dos gentios que crêem; 2) ele é o pai dos judeus, não com base na sua circuncisão, mas com base na sua fé. O último ponto é um eco do que ele disse em 2.28-29, que a verdadeira "circuncisão é do coração", "no Espírito e não na letra". Novamente Paulo prova o seu argumento principal: para os judeus e para os gentios, da mesma maneira, existe um único caminho para a justificação; somente o caminho da fé.

Mas se Abraão já era justificado pela fé, e se a circuncisão não justifica, por que então Abraão foi circuncidado? A resposta de Paulo é que Abraão recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé, quando estava na incircuncisão (11). A expressão sinal da circuncisão significa simplesmente "um sinal que consiste na circuncisão". Este sinal ainda é universalmente conhecido como uma marca de um homem judeu. Selo aqui significa confirmação. Dirigindo-se aos seus convertidos em Corinto, Paulo escreveu "vós sois o selo do meu apostolado no Senhor" (1 Co 9.2). Ou seja, o próprio fato de vocês serem cristãos fiéis confirma o fato de que eu sou um apóstolo. "De modo similar, a circuncisão de Abraão não lhe imputa a justiça... mas confirma, por um sinal visível, que ele já tinha sido justificado pela fé".

Estes versículos tiveram uma importante influência sobre uma teoria que foi lançada por alguns grupos com grande confiança. A teoria é que Paulo ensinava uma "religião sacramental", no sentido de que os sacramentos, na verdade, transmitiam a graça divina, não no sentido da fé fortalecedora que já forneceu a condição suficiente para a salvação, mas, na verdade, e neles mesmos (ex opere operató), transmitiam a graça regeneradora e santificadora. A declaração de Paulo de que a justificação de Abraão precedeu a sua circuncisão em diversos anos, e se efetivou pela fé e somente por ela, deveria calar para sempre tal argumento. C. Anderson Scott escreve a respeito disto: "O análogo cristão à circuncisão é,

naturalmente, o batismo, como um ritual que simboliza a purificação e a admissão na comunidade redimida. E não pode haver dúvida de que tudo o que Paulo tinha a dizer sobre a circuncisão ele poderia igualmente dizer sobre o batismo. Como a circuncisão, o batismo 'é proveitoso' (2.25), mas, como a circuncisão, ele não tem valor se a pessoa não se tornar uma nova criatura".

3) Abraão é justificado pela fé, não pela lei (4.13-17a). Se a circuncisão não teve nada a ver com a justificação de Abraão, a lei ainda menos. Porque a promessa de que havia de ser herdeiro do mundo não foi feita pela lei a Abraão ou à sua posteridade, mas pela justiça da fé (13). Como Paulo tinha ressaltado na Epístola aos Gálatas, a lei foi dada 430 anos depois que a promessa de Deus foi feita a Abraão, e não poderia invalidar ou restringir o seu alcance (G1 3.17). Pois, se os que são da lei são herdeiros, logo a fé é vã e a promessa é aniquilada (14).

Isto significa dizer que, se muito tempo depois que a promessa tinha sido feita, ela tivesse sido condicionada à obediência a uma lei que não tinha sido mencionada na época da promessa original, toda a base da promessa teria sido anulada. A promessa era uma promessa de bênção, e é satisfeita no evangelho. Alei efetivamente promete uma bênção a quem a observa, mas ao mesmo tempo evoca uma maldição sobre aqueles que a infringem. E em vista da oscilação uni versal do pecado, a maldição se destaca mais do que a bênção: a lei opera a ira (15).

Um segundo argumento é introduzido como explicação no versículo 15: porque onde não há lei também não há transgressão (parabasis). Este argumento interrompe a conexão entre os versículos 14 e 16, mas ele se encaixa no padrão do pensamento de Paulo. A sua primeira palavra, porque, volta ao versículo 13, e dá mais base às palavras daquele versículo. A palavra transgressão se refere a um ato consciente de desobediência voluntária. Uma tendência pecadora pode realmente estar presente na ausência da lei, mas é necessário um mandamento específico para cristalizar essa tendência numa transgressão positiva ou numa brecha da lei (cf. 5.13, 20; 7.7-13, e comentários sobre essas passagens).

O objetivo da lei era mostrar o quão excessivamente pecaminoso o pecado é, por meio da real exibição de tal transgressão, que naturalmente recebe a visita correta da ira - um assunto muito diferente da lei. A lei, embora sendo em si mesma uma boa coisa (cf.

7.12,14), está tão intimamente relacionada ao pecado (cf. 7.5) e à ira (15a), que é impensável considerá-la como a base da promessa. Uma promessa de graça como a que Deus fez a Abraão pertence a um campo totalmente separado da lei.

A justificação de Abraão e as bênçãos que a acompanham não se baseavam na lei, mas na sua fé em Deus; elas não foram obtidas por meio de esforço ou de méritos por parte dele, mas foram concedidas pela graça de Deus. Paulo declara que é pela fé, para que seja segundo a graça, a fim de que a promessa seja firme a toda a posteridade (todos os homens), não somente à que é da lei (os judeus), mas também à que é da fé de Abraão (todos os crentes), o qual é pai de todos nós (16).

O princípio do qual Deus tratou com Abraão se aplica também a todos os seus descendentes - não aos seus descendentes naturais (que estão sujeitos às obrigações da lei), mas aos seus descendentes espirituais (aqueles que seguem o exemplo da fé de Abraão: “que também andam nas pisadas daquela fé de Abraão, nosso pai”, v. 12). Paulo afirma que isto é o que Deus queria dizer quando Ele lhe deu o nome Abraão em lugar de Abrão, como se chamava antes, e disse Por pai de muitas nações te constituí (17a). Isto compreende todos aqueles que são justificados pela fé - judeus e gentios, igualmente; Abraão é o pai de todos os crentes. Aqui se encontra novamente o ensino do Israel espiritual (cf. 2.28-29), contrastado com a nação de Israel segundo a carne.
4) A fé de Abraão foi uma antecipação da fé cristã (4.17b-25). Abraão é o pai dos cristãos judeus e gentios, não em virtude de qualquer relacionamento humano com eles, mas perante aquele no qual creu, a saber, Deus, o qual vivifica os mortos e chama as coisas que não são como se já fossem (17). Neste versículo, e no seguinte, o apóstolo tem em mente o relato do nascimento de Isaque, o filho da promessa (e talvez também o sacrifício pretendido, cf. Hb 11.19). Aquele Deus a quem Abraão dirigia a sua fé é o Deus “que dá a vida aos mortos” (NASB). A fé de Abraão era uma fé na ressurreição. Além disso, Ele “chama à existência as coisas que não existem”. Deus é o Criador, e a fé significa a confiança no seu poder criativo. Ele creu, contra a esperança, que seria feito pai de muitas nações, conforme o que lhe fora dito: ‘Assim será a tua descendência’.

E não enfraqueceu na fé, nem atentou para o seu próprio corpo já amortecido (pois era já de quase cem anos), nem tampouco para o amorteci mento do ventre de Sara. E não duvidou da promessa de

Deus por incredulidade, mas foi fortificado na fé, dando glória a Deus; e estando certíssimo de que o que Ele tinha prometido também era poderoso para fazê-lo (18-21). O segundo nem do versículo 19 é omitido em quase todas as versões modernas, uma vez que está omitido também nos melhores manuscritos. Abraão atentou para o fato de que seu próprio corpo estava agora amortecido, e ainda assim não duvidou... Da promessa de Deus (20), dando glória a Deus. Por acreditar desta maneira, Abraão estava dando glória a Deus - dando a Ele a honra que lhe era devida como Criador, e como Aquele que dá a vida. Pelo que isso lhe foi também imputado como justiça (22).

Paulo prossegue: não só por causa dele está escrito que lhe fosse tomado em conta, mas também por nós, a quem será tomado em conta, os que cremos naquele que dos mortos ressuscitou a Jesus, nosso Senhor (23-24). Existe uma cor respondência precisa entre a fé de Abraão e a fé daqueles que crêem em Cristo. Abraão acreditava naquele "Deus que vivifica os mortos" (17). Aqui, afirma Paulo, é onde a fé de Abraão se torna um exemplo e é típica do homem que crê em Cristo. Quando cremos em Jesus, como aquele que por nossos pecados foi entregue e ressuscitou para nossa justificação (25), cremos naquele "Deus que vivifica os mortos". Karl Barth escreveu com profundo discernimento:

Quem foi, se não Jesus Cristo, aquele em quem Abraão confiou e creu quando deu crédito à promessa de Deus? Realmente, Jesus Cristo era a semente prometida a Abraão em Isaque. Daquela maneira, e, portanto nele, Abraão deu glória à onipotência, à fidelidade e à constância de Deus. Deste modo, e, portanto nele, Deus era a justiça de Abraão. Nós não cremos de uma maneira diferente da de Abraão, e em ninguém diferente Daquele em quem Abraão acreditava como também fizeram outros crentes do Antigo Testamento como ele. Pois nós simplesmente acreditamos na promessa que foi feita a ele, e que agora se cumpriu.
A fé em Cristo é, ao mesmo tempo, e ainda mais profundamente, a fé naquele que dos mortos ressuscitou a Jesus (24). A fé desse tipo justifica "não devido à sua força, qualidade e beleza, mas somente por causa do seu objeto, por causa de Jesus Cristo, por causa da onipotência, fidelidade e constância de Deus, continuada, revelada e ativa nele".

E preciso evitar qualquer interpretação grosseira do versículo 25, que poderia sugerir que a ressurreição de Jesus não teve nada a ver

com a reconciliação dos nossos pecados, e que a sua morte não teve nada a ver com a nossa justificação. A última idéia é descartada pelo texto em 5.9. A morte e a ressurreição são dois aspectos de um único evento divino. Sem a ressurreição, a morte de Jesus não é útil para a nossa justificação. “Se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé” (1 Co 15.17).

O capítulo 4 trata do tema “A Fé que Salva”. 1) A sua base - a promessa de Deus, 3; cf. Gn 15.5-6; Rm 10.17; 2) A sua natureza - a persuasão no coração de que Deus é fiel, 18-21; 3) O seu resultado - a justificação diante de Deus, 22-25.

d) A justificação e a esperança da salvação (5.1-11). Nesta seção, Paulo conclui a sua doutrina de justificação colocando esta verdade no seu contexto escatológico. A justificação não significa somente perdão e absolvição da culpa do pecado; ela também traz dentro de si a esperança da glória de Deus (2) e a promessa da salvação final (9-10). Aqui temos mais do que os frutos atuais da justificação; a nossa atenção é dirigida ao seu resultado final. E verdade que Paulo toca ligeiramente no “tema da operação da justificação em um progresso moral (o que a teologia da Reforma chama de ‘santificação’)” nos versículos 4-5. Também em 106 a doutrina da santificação completa está certamente implícita221. No entanto, a ênfase desta passagem é a glória futura e a salvação final daqueles que continuam em paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo. Godet coloca bem a questão:

A partir deste ponto, ele volta a sua atenção para o futuro que se abre para a alma justificada. O seu objetivo não está em uma posição final: há uma sucessão de tentações e lutas à sua espera. Este estado de justificação será suficiente para mantê-la, até que ela possa chegar à salvação final? A apreensão da ira divina existe nas profundezas do coração humano. Uma transgressão é o bastante para reavivá-la. Qual justificado não fará, de vez em quando, a ansiosa pergunta: Será que a sentença pela qual a minha fé me foi imputada para justiça ainda será válida no julga mento? E no dia da ira (v. 9), será que esta salvação pela graça, na qual eu me alegro agora, ainda existirá? É a resposta para este medo, sempre presente, que a parte seguinte pretende dar”.

Brunner intitula esta seção como “A Nova Perspectiva”. Beet dá o tema “Agora Temos Uma Esperança Bem Fundamentada”. Harold J. Ockenga encontra nestes versículos (1-11) “Os Gloriosos Benefícios

de Estar Bem Com Deus". 1) Temos paz com Deus, 1; 2) Temos acesso à graça, 2; 3) Temos alegria na esperança da glória, 2; 4) Seremos salvos por meio da sua vida, 9-11.

Paulo começa o capítulo 5 dizendo: Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo (1). Imediatamente encontramos um problema textual que confundiu os intérpretes. Os melhores manuscritos apresentam echomen (subjuntivo, "tenhamos") em lugar de echomen (indicativo, temos). Uma maneira de sair deste problema é supor que Tércio, que escreveu a carta ditada por Paulo, não entendeu corretamente o apóstolo. Como o acento está na primeira sílaba do verbo, a diferença entre a vogal longa e a curta tende a desaparecer, de modo que as duas formas têm praticamente o mesmo som.

Portanto, durante o ditado, Paulo poderia ter tido a intenção de usar uma forma do verbo, e o escriba teria anotado a outra. Para muitos intérpretes, esta reconstrução parece ser necessária, em vista do fato de que o contexto não é encorajador (subjuntivo), mas indicativo. Leitzmann concorda com a opinião que a maioria dos estudiosos do Novo Testamento parece obrigada a adotar: "O significado aqui deve transmitir mais peso do que a carta. Somente echomen transmite o verdadeiro significado pretendido por Paulo".

Deve-se observar, entretanto, que todos os verbos na série podem ser entendidos como subjuntivos. Calvino assim entende a passagem, e traduz cada um como encorajador. As versões ERV e NEB traduzem: "Tendo sido, pois, justificados pela fé, continuemos em paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por cujo intermédio recebemos a permissão de entrar na esfera da graça de Deus, onde estamos agora. Exultemos na esperança do esplendor divino que será nosso. Além disso, exultemos nos nossos sofri mentos atuais".

Se o objetivo de Paulo é encorajar os romanos a continuarem na paz de Deus, sem temor, o subjuntivo seria o modo adequado. Contudo, não devemos interpretar que o apóstolo esteja dizendo: "Vamos fazer a paz com Deus", mas sim "Vamos conservar ou aproveitar a paz com Deus que obtivemos por meio de nosso Senhor Jesus Cristo". J. B. Phillips nos deu uma tradução que preserva as duas idéias: "Vamos abraçar o fato de que temos paz com Deus". Se adotarmos esta interpretação, o sentido é: Como fomos justificados, temos paz; portanto, vamos desfrutar dela. Nunca devemos perder de vista o fato de que, por meio do sacrifício propiciatório de Jesus

Cristo, temos um alicerce seguro para a nossa esperança futura. Porque “Agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (8.1).

Por nosso Senhor Jesus Cristo, portanto, temos paz com Deus. Por ele também temos entrada pela fé a esta graça, na qual estamos firmes (2). Pela fé {te pistei) não consta nos melhores manuscritos e é omitido nas versões RSV e NEB. Temos (eschekamen) significa literalmente “obtivemos”. Entrada (ten prosagogen) significa “nossa entrada”. A idéia é a entrada na câmera de audiências de um monarca. “A tradução ‘acesso’ ou ‘entra da’ é inadequada, porque deixa fora de vista o fato de que não vamos até ali por nossos próprios esforços, mas precisamos de um ‘introdutor’ - que é Cristo”. O idioma francês tem uma palavra que transmite esta idéia: entree. Cristo traz o crente justificado à graça ('charis), ao favor completo, de Deus Pai. Esta graça significa “este estado de graça” daqueles que estão na graça divina. Estamos é a tradução de estekamen e significa literal mente “temos firmeza”. Assim podemos parafrasear Paulo: “Adicionalmente, é por meio dele também que nós obtivemos a nossa entree a esta condição de graça divina em que permanecemos firmes”. Este pensamento é expandido com muita eloqüência em 8.31-39.

Tendo em vista esta firme confiança, o apóstolo continua: Vamos “nos alegrar em nossa esperança de participar da glória de Deus” (RSV). Calvino comenta: “A razão, não apenas para o surgimento da esperança da vida que há de vir, mas também para a nossa ousadia em participar dela, é a que temos no alicerce seguro da graça de Deus. Embora os crentes sejam agora peregrinos na terra, apesar disso, pela sua confiança eles se elevam aos céus, para que possam contemplar a sua herança futura com tranqüilidade”. “E não somente isto”, prossegue Paulo, “vamos nos alegrar com os nossos sofrimentos, pois sabemos que os sofrimentos produzem a paciência, a paciência traz a aprovação de Deus, e essa aprovação cria a esperança. Essa esperança não nos deixa decepciona dos, pois Deus derramou o seu amor no nosso coração, por meio do Espírito Santo, que ele nos deu” (3-5, RSV).

Como temos a esperança de sentir a glória de Deus, vamos também nos gloriar nas tribulações. Longe de sermos destruídos por estas experiências, elas deveriam fortalecer a nossa esperança. Quando aceitamos estas tribulações como vindas com “todas as coisas” de 8.28, elas resultam em paciência (hypomonen), e em uma força ou

perseverança disciplinada. A tolerância alegre e pacientemente traz a experiência, isto é, testa e fortalece o caráter, que por sua vez torna possível que tenha mos uma esperança mais vigorosa do que aquela que poderíamos ter de outra maneira. Knox sabiamente adverte, entretanto, que “é impossível supor que Paulo queira dizer que o caráter é a fonte da nossa esperança. Essa força é claramente a graça na qual estamos firmes. Mas a experiência das tribulações apropriadamente sustentada pode servir para fortalecer a mesma esperança que seria supostamente destruída por elas”. Retornando ao tema principal, Paulo declara que a esperança não traz confusão (ou kataischynei), “não engana”, “não é ilusória”. Esta é uma citação de Isaías 28.16 (LXX).
Não nos decepcionamos - não temos medo de ser desapontados - “porque o amor de Deus foi derramado em nosso coração pelo Espírito Santo que nos foi dado”. “Nós esperamos receber a glória de Deus, porque já recebemos o amor de Deus. A esperança é, assim, mais do que esperança; é a esperança que já começa a se realizar”. O amor de Deus (he agape tou theou) não é o nosso amor por Deus, mas sim o amor de Deus por nós (cf. 1 Jo 4.10,16). Mas este amor não é simplesmente um fato que reconhecemos a respei to de Deus. E a realidade de Deus “derramada em nosso coração”. Como a natureza do próprio Deus é ágape, ao nos dar ágape Ele compartilha conosco uma parte da sua própria natureza. Aqui Paulo e João se expressam em uma linguagem quase idêntica (cf. 1 Jo 4.13,19). Dodd enfatiza que é neste ponto que o conceito da justificação “entra na esfera da experiência moral”.

É interessante observar que aqui temos um tipo de hierarquia de palavras. A primeira e mais importante é “amor de Deus” - também chamada “esta graça” e... Todas identificadas com o Espírito Santo. Este amor se manifesta no ato de Deus de nos justificar e também se oferece a nós como o Espírito - o sopro de uma nova vida, a própria vida de Deus que nos é dada. A “fé” é a nossa resposta a este amor, a nossa aceitação em humildade e confiança daquilo que Deus nos oferece. A “paz” é a con seqüência da resposta de fé ao ato de Deus de nos justificar, e a “esperança” é a nossa expectativa confiante de que Deus, que começou a sua boa obra em nós, irá concluí-la. Cada uma dessas palavras irá voltar a aparecer no decorrer desta parte da discussão de Paulo.

O versículo 5 mostra “o amor de Deus em nossos corações”. 1) O dom distribuído - o amor de Deus; 2) o destinatário - “derramado no

nosso coração” (o nosso verdadeiro ser); 3) o agente - o Espírito Santo que ele nos deu (cf. Lc 11.13; At 2.4).

Os três versículos seguintes retornam ao significado objetivo do amor de Deus. Eles nos dão a prova mais clara possível de que Deus ama os homens, por mais pecadores que eles sejam. “Pois o amor de Deus por nós é provado nisto (v. 8), porque Cristo morreu por nós quando ainda éramos fracos (v. 6), pecadores (v. 8), ímpios (v. 6), inimigos (v. 10). Ele não esperou por nós, mas veio para nos encontrar e ir diante de nós”. Porque Cristo, estando nós ainda fracos - sem forças para nos salvarmos - morreu por nós (6).

A nossa condição natural é a da incapacidade moral. Nós não temos força em nós mesmos para sermos justificados. Mas por meio da Cruz de Cristo recebemos a capacitação sobre natural para sermos convertidos. Os teólogos chamam isto de graça prévia, isto é, a graça que vem antes da justificação. O pecador incapacitado também é descrito como ímpio (cf. Ef 2.12).
Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer. Mas Deus prova (synistesin, “estabelece”, e, conseqüentemente, “prova”) o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós (7-8)... Sendo inimigos (10). Se quisermos saber o que é o amor (agape) de Deus, Paulo responde mostrando-nos a morte de Cristo. Em nenhum outro lugar existe uma revelação de amor como aquela que encontramos na Cruz. Somente ali descobrimos o significado do amor de Deus. Outra vez, a linguagem e o pensamento de Paulo são próximos a João: “Conhecemos a caridade nisto: que ele deu a sua vida por nós” (1 Jo 3.16).

Pela cruz, temos uma abertura ao coração de Deus e vemos que se trata de um amor que se dá e que se sacrifica. Paulo contrasta o amor divino com o amor humano. O amor humano é motivado pela natureza do seu objeto - sob certas condições pode levar-nos a morrer por um justo. O amor divino não é motivado pela justiça do seu objeto, mas se dá para os pecadores, até mesmo para os seus inimigos. O amor divino jorra do próprio ser de Deus, como um poço artesiano. A sua única explicação é que “Deus é amor”. É a natureza do amor ágape que se derrama “sobre maus e bons” (veja Mt 5.43-48).

É esta revelação de Deus como Ágape que constitui a exclusividade e a singularidade do evangelho cristão. Quando perguntado se a sua

religião ensinava que Deus o amava, um estudante universitário hindu respondeu afirmativamente. A pergunta seguinte, “Quando Ele ama você?”, ele respondeu “Quando eu sou bom”. A mensagem cristã é que Deus nos ama, mesmo com as nossas iniqüidades e hostilidades: Mas Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores (8). A manifestação do amor de Deus se dá por meio de um evento histórico - a cruz; a aplicação é feita pelo Espírito Santo (v. 5).
Tendo estabelecido o fato do amor de Deus, Paulo retorna ao tema principal do parágrafo. Como Deus já fez tanto por nós, temos a expectativa da salvação final. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira (9).

Chegamos ao clímax da seção. Justificados recorda o versículo 1, desfrutando no presente a alegria da paz com Deus. Pelo seu sangue deve ser interpretado como “por meio do seu sangue”. Sobre esse pensamento, veja os comentários sobre 3.25. Seremos salvos aponta para o futuro. Sobre os ensinos de Paulo sobre a salvação, veja os comentários sobre 1.16 e 13.11. Esta salvação pertence essencialmente ao futuro, e o verbo aqui está como é usual, no futuro. Salvos da ira se refere à libertação final no juízo final; esta salvação é garantida pelo fato da justificação ser uma antecipação do veredicto favorável daquele dia. Sobre o significado de ira, veja os comentários sobre 1.18 e 2.5.

A mesma verdade é expressa de modo diferente em um paralelo descritivo. Porque, se nós, sendo inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida (10). “Aqui fica explicitamente claro que este argumento da reconciliação à salvação se baseia logicamente no fato de que Cristo não somente morreu, mas também ressuscitou. A nossa frente está a salvação e - como compartilhamos a sua morte, também devemos agora compartilhar a sua vida, com Ele - não podemos fazer nada, exceto nos alegrar mos muito nesta preciosa salvação”. Salvos pela sua vida indica a salvação no senti do completo e final - o sentido final que, com a justificação, assume a restauração da santidade.

A mediação pela sua vida completa o que se iniciou pelo seu sangue e nos assegura a santificação, “sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14). Desta maneira, a justificação se distingue da santificação, e na verdade é a porta de entrada para ela; a justificação se baseia na morte de seu Filho. A santificação flui da

vida de Cristo (Hb 7.25) pela obra do Espírito Santo (At 2.33; 2 Ts 2.13).

Paulo conclui E não somente isto, mas também nos gloriamos em Deus (Wesley: Ou “nos alegramos em Deus”)... Pelo qual agora alcançamos a reconciliação (katallagen, “reconciliação”; II). A vida ressuscitada de Cristo sela a nossa justificação que foi efetivada pela sua morte. “E porque Ele vive, esta paz, a nossa reconciliação, e o derramamento do amor de Deus nos nossos corações, marcam um ponto em nossa jornada além do qual não existe retorno, e a partir do qual só existe um futuro para nós, e no qual nós só podemos nos gloriar”243- desde que permaneçamos em Cristo (cf. 11.22).

Depois de estabelecer a ira de Deus na primeira seção da Epístola (1.18—3.20) e a justiça de Deus na segunda (3.21—5.11), nada mais resta a não ser relacionar estas duas aos seus pontos de partida originais - Adão e Cristo. Este é o tema do parágrafo final do tratamento que Paulo dispensa à justificação. Ele pensa em duas épocas. A era de Adão é o domínio do pecado e da morte; a era de Cristo é a da graça e da vida. Ao introduzir Adão e Cristo, o apóstolo não está regredindo; esta passagem, na verdade, é o ponto alto da Epístola, e à sua luz todo o seu conteúdo é melhor compreendido.

Nos versículos 6-11 nossos corações se comovem quando nos lembramos de que “Cristo morreu por nós”. 1) Para superar a nossa incapacidade natural - estando nós ainda fracos, 6; 2) Para expiar a nossa culpa - sendo nós ainda pecadores, 8; 3) Para subjugar a nossa hostilidade com relação a Deus - sendo ainda inimigos, 10.

e) As duas eras: Adão e Cristo (5.12-21). Aprofunda certeza de que em Cristo somos membros da nova criação de Deus é a convicção fundamental desta passagem crucial.
E essencial que comecemos onde Paulo começa. Adão é simplesmente a figura (typos, modelo) daquele que havia de vir (14; tou mellontos, Aquele que viria - o Messias). O apóstolo não se move de Adão a Cristo, mas sim de Cristo a Adão. Para ele, a verdade é tão auto-evidente que ele não faz nenhum esforço para prová-la de uma forma lógica. Devido ao seu encontro com o Cristo ressuscitado, ele sabe que “se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo” (2 Co 5.17). Embora a antiga criação esteja destruída, Deus lhe deu um novo começo em Cristo.

Um segundo Adão vem à luta,
E ao resgate.

Esta, para Paulo, é a mais profunda certeza da vida. “A antiga ordem se foi, e uma nova ordem já começou” (NEB). A nova era chegou até nós, e todos os que estão em Cristo foram retirados do domínio da morte que regula a raça de Adão. “Ele [o Pai] nos tirou da potestade das trevas e nos transportou para o Reino do Filho do seu amor” (Cl 1.13). No seu Filho, Ele recriou a humanidade (cf. 8.29). A partir dessa perspectiva podemos ver tudo o que apóstolo escreve nesta seção.

Entretanto, ao falar das duas eras, é necessário que evitemos pensar simplesmente em termos de eventos com datas fixas na história. De certa maneira, pode-se dizer que a nova era começou com a morte e ressurreição de Jesus (em cerca de 30 d.C.). Mas, por outro lado, estamos fixando duas ordens de existência que se sobrepõem. Todas as pessoas estão em Adão (por nascimento) ou em Cristo (pela fé). O ato justificador de Deus nos remove da antiga ordem de Adão e nos coloca na “nova criação” (a nova raça) da qual Cristo é o Cabeça. Ao escrever assim sobre Adão e Cristo, Paulo não pensa na humanidade como uma reunião de indivíduos ao acaso, mas sim como uma unidade orgânica, um único corpo sob uma única cabeça. Esta cabeça será Cristo ou Adão.

Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram... Assim também por um só ato de justiça veio à graça sobre todos os homens para justificação de vida (12,18b). Um longo parêntese interrompe estas duas frases. Nele, vários pensamentos em seqüência perturbam a mente de Paulo. E difícil estabelecer um esquema gramatical para os versículos 13 a 18. Contudo, toda a passagem fica clara se nos dispusermos a ouvir atentamente a Paulo e deixar que ele fale por si mesmo.

Pelo que (dia touto) refere-se, pelo menos, a 5.1-11, mas provavelmente retrocede até 1.18. Paulo começa com uma base de comparação, como por um homem (Adão) entrou o pecado no mundo... Aqui uma nova palavra aparece na Epístola aos Romanos: he hamartia, “o pecado”.
Até este ponto, Paulo tinha lidado principalmente com o problema do pecado como culpa\ agora ele apresenta a idéia do pecado como revolta. Isto está indicado pela nova frase he hamartia, que aparece

28 vezes entre 5.12 e 8.10. Em cada caso, isso se refere ao "princípio de revolta pelo que a vontade humana se ergue contra a vontade divina". Beet comenta que pecado aqui "não é um mero ato, mas um poder vivo, hostil, mortal". É quase personificado. Ele reina como um tirano cruel (5.21), e, aproveitando-se dos mandamentos de Deus, engana e mata os homens (7.9). Em 7.20 ele é o "pecado que habita em mim". Numa perspectiva completa, he hamartia é o pecado na sua plenitude - um princípio de revolta que resulta em "muitas ofensas" (v. 166). Este é o pecado que entrou no mundo no Éden. A transgressão de Adão não foi alguma coisa que dizia respeito somente a ele como indivíduo, mas, pelo seu ato, o pecado passou a reinar no mundo (eis ton kosmon), sobre a raça humana como um todo.

E a morte do homem veio por causa do pecado. Paulo prossegue: assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram, (hemarton, "todos pecaram" - Wesley, RSV, NASB). Devido à desobediência de Adão, "a herança do pecado e da morte passou a toda a raça humana, e ninguém foi capaz de interromper essa he rança porque ninguém estava livre do pecado" (Phillips). Qual é a morte (ho thanatos) que "se espalhou por todos os homens" (NASB)? Barth a define como sendo "o outro lado do pecado". Ele explica, acrescentando: "Onde vive o pecado, a morte vive no pecado - e nós não estamos vivos (7.10).

Onde o pecado reina, ele reina na morte (v. 21) - e nós estamos mortos. Quando o pecado ordena, a sua moeda corrente de pagamento é a morte (6.23). O pecado é uma existência desolada, sem vida, desconectada". Paul S. Minear corretamente observa que "a palavra morte abrange tanto a alienação invisível de Deus como também todas as marcas visíveis daquela alienação". O apóstolo raramente se refere à morte como o momento em que o coração de um homem deixa de bater, embora este momento tangível não esteja, de maneira alguma, excluído do significado (7.2-3; 8.38; 14.7). Mas a principal preocupação de Paulo é com o estado invisível da criação, do qual a morte física é uma indicação. Este estado invisível é a morte em pecado.

O pecado e a morte são correlatos. Viver no pecado é viver a morte, pois a pessoa na verdade é uma escrava da morte e obedece às suas ordens (v. 17). Mas com igual força, Paulo pode dizer que pelo pecado a morte reina, pois a lei do pecado é intrinsecamente a lei da morte (7.14-24). A morte está presente sempre que a vontade da

carne, e não a vontade do Espírito, determinar os pensamentos e os desejos de alguém (8.6-8). O apóstolo pode dizer “eu morri”, porque o pecado o matou pela lei (7.8-12). “O ato do pecado abrange toda a morte que flui dele, e nada flui dele, exceto a morte”.
Na mesma corrente, Brunner declara: “Ao falar da morte, Paulo não pensa no ato físico da morte como um mero evento natural, mas na degradação como um poder ao qual a vida humana foi entregue, e em conexão com a ira de Deus e o seu terrível julgamento”. A morte que segue o pecado, portanto, é

a) uma morte física, a separação entre a alma e o corpo (2 Co 5.8); b) uma morte espiritual, a separação entre o ser e Deus, devido a um ato de desobediência (7.9); e, como um resultado final, c) a morte eterna, ou “a segunda morte” (Ap 20.14), a ida tanto da alma quanto do corpo para o inferno (Mt 10.28).

Para recapitular, Paulo vê três coisas no versículo 12: 1) por meio da desobediência de Adão, o pecado entrou no mundo; 2) como conseqüência, a morte passou a todos os homens; 3) isto porque todos os homens pecaram. Estas três idéias devem ser mantidas em mente para compreender a idéia do apóstolo sobre o pecado e a morte. O ponto crucial do assunto está na pergunta: De que maneira todos pecaram? a) Paulo quer dizer que “todos pecaram implicitamente no pecado de Adão”? Como Agostinho, muitos podem ter interpretado Paulo desta maneira. Como Levi pagava o dízimo nos “lombos de seu pai [Abraão]” (Hb 7.5,9), assim também todos os homens pecaram em Adão, “estando então nos lombos do seu primeiro pai, a cabeça e o representante comum de todos eles”.

Não existe uma base gramatical, no entanto, para interpretar eph como significando “em quem”, apesar do fato de que a versão latina traduz isto como in quo. A expressão significa assim também, ou “com base no fato de que”, b) Então, a expressão significa que todos os homens morrem por que pecaram pessoalmente? Pelágio ensinava que todos os homens imitam o pecado de Adão, e, portanto, morrem, em conseqüência do seu próprio pecado. Até mesmo Calvino escreve: “Todos os da posteridade de Adão estão sujeitos ao domínio da morte... porque todos nós pecamos”.

Esta idéia contradiz o objetivo de toda a passagem, que é o de colocar em Adão a morte de todos os demais, mesmo que a justiça de todos os demais esteja em Cristo, e tem a desvantagem adicional de introduzir o conceito da responsabilidade pessoal num argumento

que visa enfatizar a natureza corporativa do pecado do homem, c) Ou será que Paulo quer dizer que todos os homens pecaram com Adão, no sentido de que a ofensa de Adão tem conseqüências que se estendem a toda a humanidade? Este parece ser o significado que o apóstolo tinha em mente. Na realidade, a primeira e a última interpretação transmitem basicamente a mes ma idéia, se formos cuidadosos para não admitir a noção agostiniana de culpa imputada, que o versículo 13 nega. Depois de Adão, os homens pecaram, mas sob tais condições o seu pecado não foi imputado. Assim a morte, mas não a culpa, atinge todos os homens.

O pensamento de Paulo passa agora ao conceito de solidariedade do Antigo Testa mento. Adão foi mais do que um indivíduo, o primeiro homem; ele foi o que o seu nome quer dizer em hebraico - "humanidade" (Gn 5.1-2). Toda a humanidade é considera da como tendo existido em Adão. Devido ao seu pecado, entretanto, Adão é visto como a humanidade alienada de Deus. No relato da Queda em Gênesis 3, "está encapsulada toda a história posterior da humanidade"; os seus incidentes são encenados novamente na história da raça e, na verdade, até certo ponto, em cada membro da raça. Devido ao pecado de Adão, a morte se espalhou por toda a raça. Como uma conseqüência da primeira desobediência do homem, toda a raça se corrompeu. Esta corrupção consiste do fato de que o homem nasceu num verdadeiro relacionamento com Deus, mas está condenado a danificar constantemente esse relacionamento. Em outra passagem o apóstolo fala dos homens como "entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus, pela ignorância que há neles, pela dureza do seu coração" (Ef 4.18; cf. 1.18-25). A conseqüência desta separação é que eles "se corrompem pelas concupiscências do engano" (Ef 4.22).

Como resultado desta queda da graça divina, o homem está condenado a um desejo infinito. Ele é depravado porque foi privado do controle santificador do Espírito Santo. Embora a vida do homem tenha estado originalmente centrada em Deus, e, portanto ordenada e satisfeita, agora está centrada em si mesmo, e, portanto desordenada e frustrada. Ele herda uma situação de morte - a falência moral, a fraqueza e a corrupção (cf. versículo 6). Desta maneira, o pecado espreita em cada ser humano.

O homem nasce livre; o pecado não é uma necessidade hipotética. Contudo, praticamente, como o homem é uma criatura de "carne", ele é "fraco" diante da tentação (8.3a); portanto o pecado é

inevitável. Quanto mais heroicamente o homem luta para se libertar da tirania do pecado (7.14-23), mais patético é o seu grito, “Miserável homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?” (7.24). O pensamento de Paulo é claramente mais do que especulativo ao declarar que “todos pecaram” em Adão. Nas profundezas do nosso ser, cada um de nós sabe que é Adão. A nossa única esperança é um novo nascimento.

Uma doutrina bíblica do pecado deve reconhecer tanto o aspecto racial quanto o aspecto individual do pecado. Os hebreus tinham um provérbio que dizia: “Os pais comeram uvas verdes, mas foram os dentes dos filhos que se embotaram”. Ao repudiar este provérbio antigo, tanto Jeremias (31.29-30) quanto Ezequiel (18.1-4) estavam afirman do à verdade da responsabilidade pessoal em fazer o mal. Ao declarar “a alma que pecar, essa morrerá” (Ez 18.4), eles estavam deixando de lado a doutrina primitiva da solidariedade da culpa (cf. Js 7). Este discernimento profético é a nossa herança cristã, que deve salvaguardar qualquer doutrina de solidariedade racial contra a doutrina da culpa imputada.
Nenhum homem é culpado pelo pecado de Adão; a culpa e a morte espiritual só se relacionam com a ofensa pessoal (7.9). Embora a morte reine como uma conseqüência da Queda (v. 17), ela ganha poder sobre o indivíduo somente por causa da sua própria ofensa. As duas verdades estão implícitas em 7.9 - Paulo “morreu” no momento em que o “pecado” (o pecado residente de 7.20) se tornou vivo com a “chegada” do mandamento.

O homem peca porque ele é um pecador no coração. Uma teologia completa do pecado deve girar em torno tanto da solidariedade racial quanto da responsabilidade pessoal.

Agora chegamos ao parêntese ampliado de Paulo (versículos 13-17). Ele julga que a sua doutrina de solidariedade racial no pecado e na morte precisa de qualificação, e ele começa a fazer isso nos versículos 13 e 14. Porque até a lei estava o pecado no mundo, mas o pecado não é imputado (ellogeitai, “considerado para trazer punição”) não havendo lei (13). Antes de Moisés, havia hamartia no mundo, mas não transgressão (parabasis, “ofensa”, NASB, 14). “Porque onde não há lei também não há transgressão” (parabasis, 4.15). E preciso distinguir cuidadosamente hamartia, o pecado em geral, das outras palavras que Paulo utiliza neste capítulo. Além da transgressão (parabasis) de Adão, ele fala da sua ofensa (paraptoma,

“ofensa”, RSV; “iniqüidade”, NEB; 15-18) e da sua desobediência (parakoe, 19).

A versão NEB parafraseia o uso de Paulo de parabasis ao interpretar assim as suas palavras: “Mas, desde o tempo de Adão até Moisés, a morte dominou todos os seres humanos, mesmo os que não pecaram como Adão, quando ele desobedeceu à ordem direta de Deus” (14). Embora os descendentes de Adão não estivessem na mesma situação de Adão (que pecou desobedecendo a uma ordem direta de Deus), eles ainda estavam sujeitos à morte. A morte reinou como um tirano cruel, porque os homens pecaram contra a luz da criação (1.20-21) e da consciência (2.14-15). No entanto, como eles não tinham uma lei objetiva, a punição do seu pecado foi suavizada. Para uma discussão sobre a última frase do versículo 14, veja as observações introdutórias que antecedem a exegese da passagem.

Até este ponto, Paulo mostrou a concordância entre Adão e Cristo; começando no versículo 15, ele mostrará as diferenças entre eles. Wesley resume bem a concordância:

Da mesma maneira como, por meio de um homem, o pecado entrou no mundo, e pelo pecado a morte, também por meio de um homem a justiça entrou no mundo, e pela justiça a vida. Assim como a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram, também a vida passou a todos os homens, porque todos são justificados. E como a morte, pelo pecado do primeiro Adão “reinou até sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão”, também pela justiça de Cristo até mesmo aqueles que não obedeceram, à semelhança da Sua obediência, reinarão em vida. Podemos acrescentar: assim como o pecado de Adão, sem os pecados que nós cometemos posteriormente, nos trouxe a morte, também a justiça de Cristo, sem as boas obras que nós realizamos posteriormente, nos trouxe a vida.

Agora chegamos ao contraste entre Adão e Cristo. Assim a versão TEV dá o significado: “Mas as duas coisas não são iguais, porque a dádiva gratuita de Deus não é como o pecado de Adão”. Paulo contrasta a ofensa (15; to paraptoma) com o dom gratuito (to charisma). Contra o “ato de pecado” (cometido por Adão) está o “ato de graça” (realizado por Cristo). Paraptoma significa literalmente “um escorregão”, “um passo em falso”, “um lapso”. E adequado que esta palavra seja usada para se referir à ofensa de Adão. Paraptoma descreve uma realização de pecado, assim como charisma expressa

uma realização de graça (charis). “As duas palavras estão em uma efetiva justaposição retórica”.

Entretanto, estas duas expressões não têm uma correspondência exata. “O ato de graça não equilibra o ato do pecado, mas prevalece sobre ele”. Além disso, Adão foi um homem que desobedeceu a Deus. Jesus foi um Homem que obedeceu a Deus, mas o seu ato foi mais do que uma mera obediência humana; foi também um ato da graça de Deus.

Porque, se, pela ofensa de um (tou enos, “aquele”), morreram muitos (hoi polloi, “aqueles muitos”), muito mais a graça de Deus e o dom pela graça, que é de um só homem (tou enos anthropou, “aquele homem”), Jesus Cristo, abundou sobre muitos (eis tous pollous, “sobre aqueles muitos”). “Os muitos” que morreram devido à queda “daquele” dificilmente poderão ser outros, a não ser todos os homens do versículo 12 (cf. 1 Co 15.22). Este uso inclusivo de muitos é hebraico.

No Antigo Testamento, “mui tos” freqüentemente significa “muitos em contraste com um ou com alguns” e não “mui tos contrastados como todos”. Os efeitos da queda são universais. O ato de Adão, assim, embora sendo o ato de um homem, resultou na morte de todos os homens. Contra isso, o que Cristo fez, e os benefícios que o seu ato trouxe à humanidade, pode ser apresentado somente por meio de muito mais, uma vez que veio da graça de Deus. Numa segunda tentativa de mostrar a realização daquela graça, Paulo adiciona a expressão o dom pela graça. Esta graça, como a morte, também é “sobre muitos”, isto é, para todos os homens (cf. versículo 18). Paulo quer dizer que tanto os efeitos da redenção como os da queda são universais. Sanday e Headlam acrescentam: “sobre ‘todos’, é uma expressão potencial, se eles aceitarem a redenção que lhes é oferecida”.

Barrett observa que “deduzir destas passagens um universalismo rígido seria tão errado quanto supor que elas queriam dizer ‘muitos, e, portanto, não todos’. O principal é que como Adão, Cristo é o progenitor de uma raça; mas as bênçãos que os membros da nova raça obtêm do seu Fundador são muito maiores do que a maldição que Adão transmitiu aos seus filhos”.

No versículo 16 lemos: E não foi assim o dom como a ofensa, por um (hoi enos, aquele) só que pecou; porque o juízo (to krima, a sentença judicial) veio de uma só ofensa, na verdade, para condenação (katakrima, uma sentença de condenação), mas o dom gratuito veio de muitas ofensas para justificação (dikaioma, usada aqui para rimar com katakrima). Não há dúvida sobre o que Paulo quer dizer. A condenação e a justificação são opostas, cada uma delas é um veredicto proferido numa corte de justiça. “Depois do primeiro pecado veio o julgamento de ‘culpado’; mas depois de tantos pecados, veio o imerecido presente: ‘inocente!’ ” (TEV).

Pela terceira vez o apóstolo ressalta o contraste entre Adão e Cristo. Porque, se, pela ofensa de um só, a morte reinou por esse, muito mais os que recebem a abundância da graça e do dom da justiça reinarão em vida por um só, Jesus Cristo (17). A abundância da graça aqui significa que a graça faz mais do que desfazer a destruição do pecado (cf. versículo 20). Pelo excesso de graça e o dom da justiça os redimidos reinarão (basileusousi) em vida por... Jesus Cristo. “Uma vitalidade nova, sagrada, inesgotável e vitoriosa irá penetrar naqueles que receberam a justiça, e fazer deles reis. Se a condenação coletiva pôde fazer cada um deles sujeito à morte, a conclusão à qual se chega aqui é de que a sua justificação individual irá fazer de cada um deles um rei na vida”.

Tendo apresentado o contraste entre Adão e Cristo, Paulo muda momentaneamente a sua linguagem e fala de Cristo como um Homem obediente, a verdadeira contrapartida de Adão, o homem desobediente. Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida (18). A justiça de Cristo aqui é dikaiomatos e deve ser traduzida como “ato de justiça” (NASB). Uma vez mais, é usada com objetivo de retórica; Paulo precisa da palavra dikaiomotos para con trabalançar paraptomatos, “ato de transgressão”. Justificação de vida significa que somente a justificação conduz à vida. “Paulo nunca tenta saltar este estágio. O homem precisa estar na condição de justo no tribunal de Deus, mesmo que seja pela graça do Juiz”.

Todos os homens correspondem aos “muitos” do versículo 15, mas as palavras neste versículo não possibilitam que se construa a partir dele uma teoria de expiação limitada (cf. 1 Tm 2.3-6). Aqui Paulo declara que a condenação e a justificação são possibilidades universais.

Provavelmente o melhor comentário sobre o versículo 18 seja encontrado nas próprias palavras de Paulo, posteriores, na Epístola: “Porque Deus en cerrou a todos debaixo da desobediência, para com todos usar de misericórdia” (11.32).
No versículo 19 o apóstolo reafirma a sua posição uma vez mais, na mais clara antítese de todas. Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores, assim, pela obediência de um, muitos serão feitos justos.

Pelo ato de desobediência de Adão, “muitos” foram feitos (katestathesan, constituídos) pecadores; pelo ato de obediência de Cristo, “muitos” foram feitos (katastathesontai, constituídos) justos. O mesmo verbo é usado em Atos 7.27: “Quem te constituiu príncipe e juiz sobre nós?” Em que sentido o pecado de Adão fez dos homens pecadores? Em que sentido a obediência de Cristo nos fez justos?

A palavra grega tem a mesma ambigüidade apresentada em nosso idioma. A maioria dos intérpretes entende que estas palavras são de relacionamento mais do que de caráter. O pecado de Adão significou que todos os homens nasceram numa raça que está em rebelião contra Deus. De maneira similar, a obediência de Cristo tornou possível um relacionamento com Deus que dá a vida. Entre tanto, por implicação, os frutos éticos destes relacionamentos certamente são examina dos. Assim, Leenhardt escreve: “Deve-se observar que a obediência de Cristo de que fala o nosso texto também se torna a obediência do crente, uma obediência que leva à prática da justiça (hypakoes eis dikaiosunen, 6.16)... Cristo cria uma humanidade de homens justos, assim como Adão tinha criado uma humanidade de pecadores”.

Até este ponto, Paulo tinha falado de Adão e Cristo como se não tivesse havido nenhuma interferência na história religiosa. Mas isto seria ignorar um evento muito significativo - a entrega da lei (cf. versículo 14). Como a lei se encaixa no esquema divino? A resposta de Paulo é que veio (pareiselthen, entrou ao lado), porém, a lei para que a ofensa abundasse (20). Moffatt traduz: “A lei entrou para agravar a ofensa”. Barrett diz que a idéia é: “A lei assumiu o seu lugar subordinado”. O conceito parece ser que a lei entrou ao lado daquilo que já estava na sua posição, e conseqüentemente a lei é inferior aos grandes eventos de que Paulo estava falando, a queda de Adão e a redenção de Cris to.

Mas a invasão da lei não se deu sem uma intenção divina - ela deveria aumentar a consciência do erro (cf. G1 3.19). Os homens nunca perceberão o seu pecado, ou sentirão a necessidade que têm de um Salvador, até que os seus pecados se tornem transgressões (cf. 4.15). A lei, disse Irineu, é um catalisador que leva o pecado ao seu ponto crítico; portanto, é uma precursora da graça. A ênfase na transgressão recebe a resposta da graça abundante. Pois onde o pecado abundou, superabundou a graça.

Duas vezes encontramos a significativa expressão muito mais (versículos 15, 17). Pela sua morte, Cristo fez muito mais do que reverter os efeitos da Queda. “Os benefícios recebidos de Cristo, o Segundo Adão, são inversamente proporcionais ao desastre causado pelo primeiro Adão”. Cristo oferece a todos os homens o perdão gratuito para todos os pecados. Mas muito mais é prometido na dádiva da graça superabundante de Deus. Em Cristo, somos re-criados, e na nova criação de Deus aquele pecado introduzido por Adão é expulso.

Quando Cristo morreu, morreu a velha raça “em Adão”; quando Ele ressuscitou, a nova raça surgiu com Ele. Pela nossa identificação com Cristo nós morremos e ressuscitamos com Ele - e isto quer dizer precisamente a morte do pecado Qie hamartia, “o pecado” que entrou no mundo através da queda de Adão; 6.1-14). A morte de Cristo foi, portanto, a condenação do pecado (8.3), a libertação temporária dos homens da “lei do pecado e da morte” para que eles possam cumprir a lei de Deus no poder do Espírito de Cristo que habita neles (8.1-9). Os três capítulos seguintes exploram as riquezas desta verdade, de que onde o pecado abundou, superabundou à graça.

Amenos que a morte de Cristo possibilite a completa libertação do pecado interior, Adão terá feito alguma coisa ao homem que Cristo não consegue desfazer. Então, o que acontece com a superabundante graça de Deus? A resposta de Paulo é: “Mas, agora, libertados do pecado e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna” (6.22).

Este debate sobre Adão e Cristo é, portanto, o grande divisor de águas da Epístola, de onde podemos recordar a gloriosa verdade da justificação pela graça por meio da fé. Também podemos esperar a promessa da completa santificação e da vida eterna (6.1— 8.17), e a redenção final dos efeitos materiais do pecado (8.18-39). Portanto

esta passagem é uma seção de transição, cujas implicações completas estão definidas na sua última frase: para que, assim como o pecado reinou na morte (en to thanato, “na mor te” ou “por meio da morte”), também a graça reinasse pela justiça (dia dikaiosynes, “através” da justiça) para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor (21).

Calvino observa: “Assim como se diz que o pecado é a causa da morte, porque a morte não tem poder sobre os homens exceto por causa do pecado, também o pecado executa o seu poder pela morte. Portanto, diz-se que ele exerce o seu domínio pela morte”. A última frase nos apresenta a um paralelo inexato, mas é uma inexatidão divina. “Se Paulo tivesse dito ‘para que a justiça pudesse reinar por Cristo’, o seu contraste teria sido direto. No entanto, ele não estava satisfeito em comparar opostos, e acrescenta a palavra graça, para que possa marcar mais fortemente na nossa memória que a totalidade da nossa justiça não nasce do nosso próprio mérito, mas da bondade divina”.
Da mesma maneira que o pecado reinou por meio da morte, da fraqueza moral e da corrupção que se seguiram à Queda, a graça agora está procurando estabelecer o seu belo reino por meio da justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor. “Aqui se destaca a fonte de todas as nossas bênçãos”, observa Wesley, “a graça rica e livre de Deus. A causa meritória: nenhuma obra de justiça do homem, mas somente os méritos de nosso Senhor Jesus Cristo. O efeito ou o fim de tudo: não somente o perdão, mas a vida - a vida divina, que leva à glória”. Tudo isto vem por intermédio de Jesus Cristo, nosso Senhor. “E agora - parece dizer esta última frase - Adão morreu; somente Cristo permanece”.

2. O Evangelho da Santificação do Homem (6.1—8.39)

“Santidade e Libertação do Pecado” é o tema do capítulo 6. 1) 0 problema, 1-2; 2) A promessa, 3-4; 3) A provisão, 5-7; 4) 0 objetivo, 8-10; 5) Aposse, 11-14; 6) O resultado, 15-19; 7) A perspectiva, 20-23 (W. T. Purkiser).

Como Cristo viabiliza a nova humanidade que está livre dos seus pecados? Como é a universalidade do pecado e da morte em Adão substituída pela união da nova raça em Cristo, que conduz à justiça e à vida eterna? Se a lei não foi dada para promover a justiça, então qual é o seu papel? Qual é o método de Deus para libertar os homens da “lei do pecado e morte”?

A posição implícita de Paulo é que o homem, que é justo perante Deus por meio da fé, é também um homem que foi santificado por Deus. O homem convertido tem uma nova existência em Cristo. Libertado do domínio do pecado por meio de sua união com o Salva dor morto-ressuscitado, ele pode se elevar às alturas da santidade por meio da fé e da dedicação de si mesmo a Deus (6.1-14). Esta nova existência é também uma nova ordem a ser obedientemente respeitada. Como ele anteriormente se entregou à iniqüidade pela iniqüidade, o novo homem em Cristo deve agora se entregar em total obediência à justiça.

O fim desta nova ordem é a santificação no mais alto sentido, resultando em vida eterna (6.15-23). A morte pelo pecado tem a sua contrapartida na morte pela lei como um meio de salvação, pois pela lei o homem está unido ao pecado. O homem pela lei é homem na carne (7.1-6). Isto, entretanto, não deve ser interpretado como significando que a lei por si própria é pecaminosa. A lei enfatiza as obrigações do homem para com Deus, mas o pecado transformou a lei justa e santa de Deus numa "lei de pecado e morte". Quando o mandamento influencia a consciência do homem, o pecado emerge para a vida, e o homem morre. Alei então passa a ser o meio pelo qual Deus mostra à excessiva propensão pecaminosa do pecado (7.7-13). A lei reivindica a devoção total do homem, mas o homem é carnal.
Como o pecado mora dentro dele, ele é espiritualmente impotente. Quanto mais ele luta consigo mesmo para agradar a Deus, mais patética se torna a sua existência (7.14-25). Mas o que o homem nunca poderia fazer para si mesmo, Deus o fez em Cristo. Enviando o seu Filho "à semelhança da carne do pecado, e pelo pecado..." Deus condenou o pecado na carne, de modo que a exigência justa da lei pudesse ser cumprida no homem que crê em Cristo e "não anda segundo a carne, mas segundo o Espírito". No Espírito, derramado na sua plenitude no Pentecostes (cf. 5.5), o homem tem a libertação, a orientação, a segurança, a ajuda e a esperança da redenção final (8.1-27).

Este é o evangelho da santificação do homem, expresso por Paulo. Deus justifica o homem para que Ele possa santificá-lo. Nesta seção da Epístola aos Romanos, descobri remos a conexão vital entre os dois aspectos da salvação; a justificação e a santificação. "A justificação pela fé é o meio", Godet observa corretamente, "e a santificação é o fim. Quanto mais precisamente distinguirmos entre

estas duas dádivas divinas, melhor compreenderemos o elo que as une". Ajustificação é a realidade básica sobre a qual a vida cristã está fundamentada, e significa que o crente, por meio da fé em Cristo, recebeu a nova justiça que se origina de Deus.

A santificação propriamente descreve o trabalho total do Espírito em converter o crente na imagem do Filho de Deus. Ela se inicia na justificação, continua como um crescimento na graça, e é feita "inteira" num segundo momento - depois do que, naquilo que Daniel Steele chamou de "o paradoxo de Wesley", há um crescimento continuado. Enquanto Deus continua a justificar, a santificação pros segue, abrangendo todas as áreas da existência do homem.

a) A santificação através da morte para o pecado (6.1-23). A parte final do capítulo 5 - que sobrepõe o pecado, a lei e a graça - levanta de forma acentuada a questão à qual Paulo já tinha aludido em 3.7-8: "Por que não dizer: 'Façamos o mal para que desse mal venha o bem', como alguns têm me caluniado, dizendo que eu afirmo isso" (NEB) Se a justificação é pela fé, separada dos atos da lei; se a lei (que ordena uma vida de virtude) serve somente para o propósito de levar o pecado a uma posição de destaque; e se, quando o pecado abunda, a graça abunda muito mais - por que deveriam os cristãos lutar contra o pecado? Por que não pecar sem restrições, para que a graça possa existir em abundância? O fato de Paulo lidar demoradamente com esta questão mostra quão seria mente a sua doutrina do dom gratuito da graça deve ser compreendida.

Em 3.5-8 ele trata da questão das premissas dos judeus: Deus é o Juiz, e o Juiz de toda a terra fará aquilo que é correto. Agora ele sente que deve dar uma resposta cristã. Uma vez mais o apóstolo recorre ao estilo da diatribe (veja os comentários sobre 2.1).
Sem dúvida ele responde aos antinomianos de algumas de suas igrejas que concluíram que o pecado talvez fosse perdoado na sua totalidade, e também respondendo aos adversários que alegaram que este era o resultado lógico do evangelho de Paulo.

Este dilema apresenta uma dificuldade genuína. Em épocas de avivamento religioso, quando a nova ênfase foi depositada sobre o dom gratuito da graça de Deus, apareceu o subproduto sinistro do antinomianismo fanático; Lutero e Wesley tiveram que lidar com tal fanatismo. E mais comum que esta tendência antinomiana tome a forma de "uma aquiescência complacente em um padrão moral baixo ou limitado, combinado com uma perigosa emoção religiosa".

1) Morrendo com Cristo para o pecado (6.1-14). No versículo 1, Paulo pergunta: Que conclusão devemos tirar da minha posição anterior? Que diremos, pois? Permanece remos no pecado, para que a graça seja mais abundante? Seu objetivo não é tirar conseqüências lógicas de seu ensino anterior, mas rejeitar as falsas conclusões do antinomianismo. “Vamos continuar [epimenomen, presente do subjuntivo] em pecado [te hamartia, o pecado] para que a graça possa aumentar?” (NASB) Teremos que ser hospi taleiros para o pecado, que reinou desde a queda de Adão? Teremos que dar a este pecado uma morada? Devemos, aqueles que fomos justificados, continuar na mesma relação que tivemos com “o pecado” antes de irmos a Cristo? Devemos continuar a reconhecer o pecado e viver sob o seu domínio? Devemos manter uma atitude de cordialidade com o pecado para que a graça possa ser abundante?

A resposta é um retumbante De modo nenhum! (me genoito, “E claro que não!” RSV). Nós que estamos mortos para o pecado (apethanomen te hamartia, tempo aoristo - “que morremos para o pecado,” NASB, RSV) como viveremos ainda nele? (2) Barret nos lembra que a forma particularizada do pronome hoitines (pronome de qualidade - “gente como nós”) dá o sentido. “Não podemos, como cristãos, continuar vivendo em pecado porque como cristãos morremos para o pecado; no que se refere ao pecado, estamos mortos. O tempo passado definido, “morremos”, aponta para um momento de terminado; a conversão e (como o próximo versículo mostra) o batismo devem estar em mente”.

Paulo agora se eleva acima do limite estreito da lógica humana e inicia o seu argumento de que “a natureza dos problemas morais humanos se torna clara somente quando você eleva a sua vida à luz do propósito de Deus, como foi revelado no grande drama da morte e da ressurreição de Cristo”. A partir desta perspectiva podemos chegar a determinadas conclusões quanto à natureza da nossa verdadeira vida. Isto é lógico também, mas de uma maneira mais ampla e abrangente do que o que provocou a questão. “A passagem também enfatiza uma daquelas distinções simples que constituem o alicerce de toda moralidade.
Como podemos, nós que morremos para o pecado, ainda viver nele? ’ Há uma incompatibilidade fundamental entre certas coisas, e ela é tão insuperável quanto à diferença entre a vida e a morte... “Viver’ e ‘Morrer’ não podem ser reconciliados”. Existe apenas uma interpretação possível para as palavras de Paulo. O crente justifica

do foi “justificado do pecado” (veja v. 7). Ele já não é mais tiranizado pelo espírito da revolta que contaminou a raça desde a queda de Adão. O pecado já não “governa” mais o seu corpo. Barth pergunta: “O que é o perdão dos pecados (como nós o entendemos) se não estiver acompanhado diretamente por uma verdadeira liberação do ato de cometer pecados?...O que é a fé sem a obediência?”

A base para a posição que Paulo está prestes a enunciar já foi estabelecida em 5.12-21. “Adão foi à pessoa principal da antiga humanidade, durante e depois da qual o pecado teve a sua vitória e estabeleceu o seu controle; Cristo foi a principal pessoa da nova humanidade - o homem novo - da qual o pecado foi excluído sob uma vergonhosa derrota”. “Porque, assim como todos morrem em Adão, assim também todos serão vivifica dos em Cristo” (1 Co 15.22).

Este versículo nos dá a idéia de “pelo menos a metade” dos exemplos em que Paulo usa a expressão “em Cristo”. “Estar ‘em Cristo’ é estar incorpora do à recém-criada humanidade, a nova comunidade ou ordem de relacionamento sobre natural, o novo “corpo”, que veio à existência através e ao redor de Cristo. O fato essencial sobre o crente é que ele já não está ‘em Adão’; ele ‘está em Cristo’. Ele já não é mais um ‘homem natural’; mas um ‘homem espiritual’. ”Deve-se entender que o Filho encarnado existiu em duas condições - na sua própria pessoa, e como o Representante e Chefe da nova humanidade.

Cada ato em que Ele trabalhou foi desempenhado em nome da nova humanidade que Ele carregou em Seu corpo (cf. 8.2-4). Dietrich Bonhoeffer insiste: “E impossível tornar-se um novo homem como um indivíduo isolado. O novo homem significa mais do que um crente individual depois de ter sido perdoado e santifica do. Significa a Igreja, o Corpo de Cristo, e na realidade significa o próprio Cristo”.

Nossa santificação está, portanto, em Cristo, tanto na sua pessoa (1 Co 1.30) quanto no seu corpo (Cl 2.9-12). Ao morrer e ressuscitar com Ele, estamos libertados do pecado e nos tornamos unidos a Ele numa relação em que podemos receber o Espírito Santo na plenitude pentecostal. Esta é a linha da verdade que o apóstolo considera nos versículos 3-14.

Não sabeis que todos quantos (hosoi, pronome de quantidade - “tantos indivíduos quanto”, em contraste com hoitines do versículo

2) fomos batizados em Jesus Cris to fomos batizados na sua morte? (3) A pista para o que Paulo quer dizer com batizados em Cristo é fornecida em 1 Coríntios 10.1-2, em que ele escreve sobre “nossos pais” sendo “todos batizados em Moisés, na nuvem e no mar”.287A mesma fórmula também é aplicada tanto para Moisés quanto para Jesus Cristo (eis ton moysen ebaptisanto e ebaptisthemen eis christon iesoun). Paulo pode dizer que os filhos de Israel foram “batizados em Moisés”, porque ele está em concordância com o sentimento de Estêvão de que Moisés era um “príncipe e libertador” (archonta kai lytroten, At 7.35).

A implicação desta expressão será compreendida se comparada com a fórmula pela qual o próprio Senhor Jesus é designado: “um Príncipe e Salvador” (archegon kai sotera, At 5.31). O papel de Moisés foi de grande importância e está claro por que Paulo pôde falar do batismo dos israelitas com ele, ou seja, em união com ele. O batismo em um sentido arquétipo está presente aqui por causa dos elementos naturais (nuvem e mar) que selaram a unificação do povo e seu líder, possibilitando que as pessoas se apropriassem dos benefícios oriundos da obra da salvação, que Deus empreendeu ao convocar Moisés: as pessoas foram praticamente salvas pelo próprio Moisés; Moisés, em pessoa, resumiu e engajou-se para cumprir o plano de Deus; era necessário e suficiente que os homens estivessem unidos a ele, a fim de se integrarem com o movimento de salvação que o profeta impeliu dentro do processo histórico.

Da mesma maneira, mas em um sentido mais profundo e real, a pessoa de Cristo resume o novo homem que Deus deseja elevar; no pensamento de Deus, Ele recolhe dentro de sua própria pessoa todos aqueles que estarão unidos a Ele para compartilhar do seu trabalho salvífico. E assim que Ele inicia a nova humanidade, “a igreja, que é o seu corpo” (Ef 1.22-23).

Mas ser batizados em Jesus Cristo é ser batizado na sua morte. O melhor comentário sobre esta última expressão está no versículo 10a. Quando Cristo morreu, Ele morreu de uma vez por todas para o pecado. Sua morte foi um rompimento completo do seu contato com o pecado. O nosso batismo é um sinal e uma marca da nossa morte para o pecado, da nossa separação do domínio do pecado. Devemos ser extremamente cuidadosos aqui para não retrocedermos a qualquer idéia de graça sacramental nos ensinos de Paulo, que o apóstolo já havia repudiado no princípio (veja 4.9-11 e os comentários).

Com referência ao fato, Paulo defende a sua posição contra o "sacramentarianismo" ao fazer a distinção entre a morte dos crentes e a sua ressurreição com Cristo. Desta última ele trata cautelosamente, referindo-se a ela no modo subjuntivo ou no tempo futuro (versículos 4-5, 8). "Não há opus operatum sacramental por meio do qual os cristãos possam assegurar a si próprios, independentemente da fé e da sua própria seriedade moral, o fato de levantar-se da morte para desfrutar a vida da Era Vindoura".
Por outro lado, Paulo se dirige a toda a igreja romana como a congregação dos crentes batizados (3a). Assim era cada congregação do Novo Testamento; simplesmente não havia cristãos não batizados, exceto pelos catecúmenos (novos convertidos) que estavam em processo de preparação para se tornarem membros da igreja. "Não seria natural para Paulo, nem para qualquer contemporâneo, considerar se a fé sem o batismo faria do homem um membro do Corpo de Cristo, ao passo que o caso de uma pessoa que procuras se o batismo sem fé (por mais rudimentar que fosse) teria parecido um fato anormal demais para ser digno de atenção".

Entretanto, uma doutrina da justificação pela graça por meio da fé requer uma distinção entre a iniciação no corpo espiritual de Cristo (1 Co 12.13) e a identificação com o corpo visível por meio do batismo. Esta distinção parece ser exigida pela seguinte sentença: De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte (4) O sepultamento pressupõe que a morte já ocorreu. O batismo dramatiza e torna real a morte para o pecado, que já tinha ocorrido na Cruz. Conseqüentemente, nós concordamos com Dodd que Paulo "não está, nesta passagem, expondo a natureza do sacramento como tal, mas aproveitando-se da importância do sacramento que se aceita para um propósito pedagógico - convencer a imaginação acerca da verdade profundamente enraizada na experiência, mas que é difícil de expressar em termos puramente intelectuais".

No versículo 4 lemos: De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida. Godet conclui que Paulo está dizendo "Em conseqüência desta morte para o pecado, em Cristo... fomos conseqüentemente sepultados com Ele... para que também ressuscitássemos com Ele', o que significa: 'sepultados com Ele, não com o propósito de permanecer na tumba ou emergir dela para retornar à vida passada, mas para penetrar em uma nova vida, de onde o retorno para a

antiga está definitivamente impedic. A morte na qual fomos batizados é a dele, e a nossa morte está ao mesmo tempo incluída na dele. Este batismo na morte é a fim de que (hina) sejamos ressuscitados com Ele para que andemos em novidade de vida (en kainoteti zoes).

Vincent entende isto como “uma expressão mais forte do que vida nova. Ela dá mais notoriedade à idéia principal, novidade, do que seria dada pelo adjetivo”. Novidade de vida se segue ao funeral com Cristo, assim como a ressurreição seguiu o seu funeral; em ambos os casos pressupõe-se um ato poderoso de Cristo. Na realidade é apenas um ato, pois o crente está inseparavelmente ligado a Cristo. Este ato poderoso se dá pela glória do Pai. Apalavra glória é um termo escatológico (2.7,10; 5.2; 8.17, 21). A Ressurreição deu início à era do cumprimento, a nova era (cf. Jo 5.25; Ef 2.1-7).

Porque, se fomos plantados juntamente com ele (symphytoi gegonamen, “uni dos com Ele”, NASB, RSV; “tornados incorporados com ele”, NEB) na semelhança da sua morte, também o seremos na da sua ressurreição (5). O texto grego omite a segunda expressão na semelhança. Portanto, a leitura do versículo é, literalmente, “Pois se nós nos tornamos unidos a Ele na semelhança da sua morte, também o seremos na sua ressurreição”. Pelo batismo, nós imitamos a sua morte, ou melhor, dramatizamos nossa morte para o pecado com Ele. “Ora”, diz Paulo, “nós vamos participar da sua ressurreição!” A nossa morte é como a dele; a nossa ressurreição é a dele. E a sua própria vida que Ele nos transmite pelo Espírito quando ressuscitamos com Ele em novidade de vida. “Já estou crucificado com Cristo; e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim” (G12.20, RSV). Phillips compreendeu o pensamento de Paulo: “Se nós temos com partilhado a sua morte, ressuscitemos e vivamos a nossa nova vida com Ele!”

O uso do futuro no versículo 5b é digno de nota: ...também o seremos na... Sua ressurreição. Paulo estará falando da ressurreição futura, da glorificação corporal dos crentes? Dificilmente podemos duvidar que isto esteja no horizonte dos seus pensamentos (cf. 8.17-23), mas esta não é a sua preocupação imediata. Paulo aqui está falando da participação real do crente na vida do Senhor ressuscitado. No versículo 11 ele faz outra alusão à nova vida do crente que não pode ser compreendida, exceto compartilhando a vida do Cristo ressuscitado. “Portanto, a expressão denota somente a santificação, a ressurreição moral do crente... nós começamos com

a união à pessoa de Cristo pela fé naquele misterioso Ele por mim, que forma a essência do evangelho; então essa união se amplia até que todo o seu ser, como o Ressuscitado, tenha sido passado a nós".

No versículo 6, Paulo apresenta a idéia do conhecimento subjetivo: Sabendo isto: (touto ginoskontes). Novamente no versículo 9 encontramos o verbo sabendo (eidotes), e no versículo 11 o verbo considerar (logizesthe). A inserção deste pensamento é crucial para o ensino de Paulo; ela ressalta o significado moral de seremos (5b). "A nossa participação na ressurreição de Cristo não acontece em meio a um processo físico e natural. Para que tal resultado possa ocorrer, é necessária uma cooperação moral por parte do crente".

Esta cooperação moral, naturalmente, pressupõe um conhecimento do caminho e do fim (v. 8) da nossa santificação. Sabendo isto: que o nosso velho homem foi com ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito, a fim de que não sirvamos mais ao pecado (6). "O crente compreende que o objetivo final que Deus tem em mente ao crucificar o seu velho homem (v. 6), é o de fazer com que ele viva a vida do Ressuscitado (versículos 8 e 9), e que ele entre ativamente no pensamento divino. So mente assim isto poderá acontecer".

Agora chegamos ao ápice do argumento de Paulo. Tudo o que foi dito até agora tinha a intenção de mostrar que a herança deixada por Adão tinha sido provisoriamente neutralizada pela morte na Cruz, para que uma nova humanidade pudesse surgir do Senhor ressuscitado. Quando Cristo morreu, houve a crucificação da antiga raça em Adão. Como o Filho do Homem, Jesus tornou-se um habitante da carne (cf. 8.3).

Ele se identificou com os filhos de Adão completamente, exceto no que se refere ao pecado (Hb 4.15). Jesus se uniu à humanidade identificando-se com a humanidade, redimindo a humanidade ao entrar nela e, por meio de sua vida e morte, condenou e exterminou (potencialmente) o pecado na humanidade. Quando Cristo morreu, foi, portanto, a morte do velho Adão. O nosso velho homem, diz Godet, refere-se à "natureza humana como ficou pelo pecado daquele em quem originalmente estava concentrado, reaparecendo em cada ego humano que venha ao mundo sob o domínio do amor próprio, o que foi determinado pela transgressão primitiva". Leenhardt comenta: "Este velho homem, este ser decadente, somos nós mesmos, considerando o nosso status como os filhos de Adão". É velho no sentido de que pertence à antiga eternidade que morreu

com a morte de Cristo, e em contraste com o novo homem que emergiu com a sua ressurreição. “Este velho homem é crucificado quando o crente se preocupa com a pessoa do Cristo crucificado”.

Barrett escreve: “A interpretação que se recomenda pela sua simplicidade é que o ‘velho homem’ é a natureza do homem que não se converteu, e que pela conversão e pelo batismo é substituída por uma nova natureza, o ‘novo homem’. Mas a leitura aten ta de Colossenses 3, e desta passagem, torna impossível esta interpretação. Em Colossenses foi dito que os cristãos se despiram do velho homem e se vestiram com o novo. Aqui na Epístola aos Romanos foi dito que os cristãos devem considerar que estão mortos para o pecado e vivos para Deus (v. 11). E muito mais preciso afirmar que ‘o velho homem’ é Adão - ou melhor, nós mesmos, em união com Adão, e que o ‘novo homem’ é Cristo - ou melhor, nós mesmos, em união com Cristo”.

A morte de Cristo foi “potencialmente a morte de toda a raça humana, assim como a sua ressurreição foi potencialmente a recriação de toda a humanidade”.

Em Adão, ou seja, na solidariedade com a humanidade caída pela natureza pecadora, todos devem morrer; mas em Cristo, ou seja, por meio da incorporação à humanidade redimida no corpo de Cristo, todos são feitos vivos (5.12-6.11). Na morte de Cristo no Calvário, morreu toda a raça humana, porque Cristo é o Homem representativo: “Se um morreu por todos, logo, todos morreram” (2 Co 5.14, NASB; a última frase é ara hoi pantes apethanon).
Na ressurreição de Cristo, foi criado o novo homem (Ef 2.15; Cl 3.9-11). O indivíduo - por meio da sua fé, dramatizada pelo batismo - se apropria da salvação possibilitada por Cristo. Com Cristo, ele morre para o pecado e ressuscita para a novidade de vida. Assim, com inteira realidade, ele pode confessar: “Já estou crucificado com Cristo; e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim” (G12.20). O batismo materializa e ratifica a nossa morte para o pecado; ele remove toda a experiência do campo do subjetivismo puro, e a conecta a um evento na história. Assim como a morte de Cristo foi um fato objetivo, o mesmo ocorre com o nosso batismo. Na Roma pagã, o homem batizado era um homem morto, naquilo que dizia respeito à sua vida antiga. Ao submeter-se ao batismo cristão, ele morria para a sua vida antiga, e a partir daí ele se identificava com Cristo e com a nova vida que Ele veio dar. Em toda esta passagem, o apóstolo está lembrando os romanos deste fato solene, que eles

estavam aparentemente correndo o risco de esquecer. “Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na sua morte?” (v. 3).

Tudo isto, devemos entender, é para que o corpo do pecado seja desfeito, a fim de que não sirvamos mais ao pecado. “O objetivo desta execução moral, incluída no mesmo fato da fé, é a destruição do corpo do pecado”. Qual é o corpo do pecado (to soma tes hamartias)? Literalmente, é o “corpo que pertence ao pecado” (possessivo genitivo): o corpo do qual o pecado se apossou. O melhor comentário é provavelmente 7.14-15.

A versão RSV traduz a expressão como “o corpo pecador”. Se chamarmos o corpo de “pecador”, faremos o mesmo de quando falamos de “lucro imundo”. Sem Cristo, o corpo do homem é degradado pelo pecado. Paulo sem dúvida está pensando no corpo físico como um instrumento para o pecado. Assim, embora a expressão to soma tes hamartias deva ser interpretada neste contexto, não é esse corpo que deve ser destruído, mas o corpo como um instrumento para o pecado. Libertados do pecado, somos capazes de apresentar os nossos corpos como sacrifícios vivos a Deus (12.1), para sermos “instrumentos de justiça para Deus” (v. 13, NASB).

Entretanto, alguns intérpretes julgam que nós devemos entender soma como mais do que o organismo físico. Dodd insiste que significa “o ser individual como um organismo (nem carne nem espírito individualmente, e a ‘alma’ meramente como o princípio animador da carne, ou da estrutura física)”. Portanto, ele prefere pensar no “corpo pecador como um ser organizado a partir dos sentimentos maus e não harmoniosos”307 (veja 7.18). Destruir - ou desfazer - o “corpo do pecado”, portanto, seria “desintegrar estes maus sentimentos, e desta forma destruir o ser construído a partir deles, em uma preparação para a organização de um novo ser, ao redor do centro que Cristo fornece para o crente”.

Barth claramente entende assim corpo (som a), pois ele diz, com vigor característico: “Este é o nosso conhecimento de Jesus Cristo, no qual a nossa fé se funda - que o ‘velho homem’, isto é, nós mesmos, como inimigos de Deus, fomos crucificados e mortos na crucificação (e com ela) do homem Jesus no Gólgota, e o ‘corpo’ (isto é, o sujeito, a pessoa que precisa desta salvação) do pecado, o homem que pode e quer pecar, e irá fazê-lo, foi removido, destruído,

acabado, simplesmente já não está mais ali (e portanto não foi simplesmente 'destituído de poder')". A versão NEB traduz assim o versículo 6: "Sabemos que o homem que já fomos foi crucificado com Cristo, para a destruição do ser pecador, para que não mais sejamos escravos do pecado". Tal é a obra de Cristo: ela possibilita a cura completa para o pecado que entrou na raça humana por meio da transgressão de Adão. Pela graça de Deus, "o pecado" (cf. 5.12) pode ser extirpado da natureza humana. Este foi o objetivo da morte de Cristo, e esta é a possibilidade que se abre a cada cristão. O fato de que cada crente não tenha percebido esta libertação total é a oportunidade da discussão de Paulo nesta passagem. Ele quer que os seus leitores saibam que a salvação completa é uma opção viva para o homem justificado.

Em 6.1-6,22, J. W. Ellis vê retratada "A vida santificada". 1) A vida questionada, 1; 2) A vida respondida, 2; 3) A vida crucificada, 3; 4) A vida ressuscitada, 4-6; 5) O fundamento da vida, 6; 6) A superestrutura da vida, 22.

O versículo 7, Porque aquele que está morto está justificado (dedikaiotai) do pecado conclui o versículo 6. O pecado agora perdeu a sua reivindicação sobre o homem que morreu com Cristo. "Ele quer dizer que aquele que morreu, e já não tem um corpo para colocar a serviço do pecado, agora está legalmente isento de realizar os desejos daquele senhor, que até então tinha disposto livremente dele".

Leenhardt destaca que os versículos 5-7 consideram o batismo libertador, do ponto de vista da sua participação na morte de Cristo; os versículos 8-10 apresentarão Cristo como àquele que traz a nova vida. O versículo 8 declara: Ora, se já morremos com Cristo (ei de apethanomen syn christo, tradução literal, NASB), cremos (pisteuomen, somos convencidos de) que também com ele viveremos.

A morte com Cristo é um evento passado; o pecado já não reina sobre um crente justificado. Mas nem todo cristão conseguiu entender o significado completo da promessa de que também com ele vive remos. Como no versículo 5, Paulo está falando da "participação da vida santificada do crente com a vida de Cristo, mais do que da participação na glória futura que não é o assunto aqui".Viver com Cristo é compartilhar da sua vida como alguém ressuscitado e glorificado. O ser, tendo renunciado ao seu centro

organizado falso e destruidor, se prende ao centro novo, santificador, e que dá a vida - o Senhor Jesus Cristo.
“Este é o nosso Pentecostes”, afirma Godet, “análogo à sua ressurreição”. Também existe um eco de 5.10, onde Paulo falava do nosso ser “salvo pela sua vida”. O significado completo deste conceito ficará claro quando chegarmos a 8.1-4. Pela sua derrota pessoal do pecado, Cristo santificou completamente a natureza humana, e nos forneceu o Espírito santificador. Assim como Adão perfurou o dique pelo qual ocorreu a irrupção do pecado, Cristo abriu as comportas do Espírito Santo à natureza humana.

Paulo prossegue: sabendo que, havendo Cristo ressuscitado dos mortos, já não morre; a morte não mais terá domínio sobre ele. Pois, quanto a ter morrido, de uma vez (ephapax, “de uma vez por todas”, RSV) morreu para o pecado; mas, quanto a viver, vive para Deus (9-10). A primeira frase enfatiza que a ressurreição de Cristo foi um evento escatológico. A ressurreição de Cristo, diferentemente da de Lázaro, impediu a possibilidade de que Ele morra novamente. Ele, e somente Ele, iniciou a ressurreição da vida da era que virá. Isto porque “a sua morte foi uma morte para o pecado e valeu de uma vez por todas” (NASB). “Cristo morreu para o pecado porque ele morreu sem pecado, porque ele morreu pelo pecado (pela desobediência ao seu Pai), e porque ele morreu em um contexto de pecado”.

Portanto, a sua morte, em lugar de ser um sinal da vitória do pecado sobre a verdadeira natureza humana do homem, foi um sinal da “completa derrota do pecado em um combate decisivo”. Enquanto para outros homens a morte tinha sido a sentença da condenação, Cristo “condenou o pecado na carne” (8.3), e venceu o adversário no mesmo campo de batalha onde ele tinha se entrincheirado. Além disso, ele ressuscitou dos mortos pela glória do Pai (v. 4), para que Ele pudesse continuar a viver somente para Deus.

Agora chegamos ao que Dodd chama de “conclusão muito importante”. Como Cris to, de uma vez por todas, morreu para o pecado... Assim também vós considerai-vos como mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus (ll).317Isto é um imperativo, um desafio encorajador (logizesthe heautous): “Vocês devem se considerar mortos para o pecado; mas vivos para Deus em Cristo Jesus” (NASB). “Se na verdade os crentes tomam parte da vida e da morte de Cristo; se eles morrem com ele, e vivem com ele, então devem se considerar assim.

Eles devem receber esta verdade, com todo o seu poder consolador e santificador, nos seus corações, e manifestá-la em suas vidas". A exortação é: "Sejam, de fato, o que em Cristo vocês são potencialmente". Pelo reconhecimento da fé, entrem nas amplas possibilidades da sua nova união com Cristo. Considerai assim: "Os pregos que perfuraram as suas mãos e os seus pés santos destruíram o meu antigo ser. Cristo e nós fomos separados do pecado pela mesma morte misteriosa; e, portanto, estamos mortos com Cristo".

Isto implica que a nossa separação do pecado e a nossa devoção a Deus são dádivas de Deus para nós, e que trabalham em nós. E implica que Deus as dá a cada um de nós no momento em que acreditamos que são nossas. Se não for assim, o nosso reconhecimento, que podemos fazer a seu convite, é um engano.
Portanto, nós chegamos à Cruz e ao sepulcro vazio de Cristo. Nós nos lembramos da falta de pecado e da devoção a Deus do Salvador morto e ressuscitado. Sabemos que ele morreu para que nós, pela união espiritual com Ele, possamos ser como Ele. Talvez até este momento tenhamos estado tristemente vivos para o pecado, mas parcialmente devotados a Deus. Mas Deus nos pede que nos consideremos como compartilhando a morte e a vida de Cristo. Em vista do objetivo de Deus, e da morte de Cristo, não ousamos hesitar. Dizemos: contradizendo as nossas experiências passadas, estamos mortos para o pecado; a partir de agora, vivo somente para Deus. O que dizemos que consideramos, com o convite de Deus, é verdade. E Deus concretiza em nós, pela união com Cristo, a sua própria palavra e a nossa fé. A partir de agora, enquanto mantivermos a nossa confiança, descobriremos, por feliz experiência, que pela graça e poder de Deus, de uma maneira desconhecida antes para nós, estamos separados do pecado e vivos para Deus.

Em 12-13, Paulo escreve: Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mor tal, para lhe obedecerdes em suas concupiscências. Nem tampouco apresenteis (mede paristanete, imperativo presente, "não continuem entregando", NASB) os vossos membros ao pecado por instrumentos de iniqüidade; mas apresentai-vos (parastesate, imperativo aoristo, "entreguem-se 'por um único ato decisivo a Deus, como vivos dentre mortos (hosei ek nekron zontas, "como homens que foram trazi dos da morte à vida", RSV), e os vossos membros a Deus, como instrumentos de justiça. Embora o domínio

do pecado esteja destruído pela justificação, ainda é possível que, embora o pecado não necessite mais dominar, apesar disso o homem justificado possa escapar da graça (v. 16) e permitir que o pecado domine.

É possível que este homem “continue entregando” as partes do seu corpo como instrumentos para o uso do pecado. “A própria frase ‘Não deixem que o pecado domine’ supõe que ele ainda esteja ali. Mas ele não deve mais estar como soberano, pois ele perdeu o seu instrumento e auxiliar poderoso, o corpo, que se tornou, em Cristo, o instrumento de Deus”. É por isto que o cristão, e somente o cristão, pode apresentar os seus membros a Deus, como instrumentos de justiça.

Ele foi liberado do domínio do pecado na sua personalidade; ele é um homem livre em Cristo. A questão que ele enfrenta agora é: O que eu vou fazer com a minha nova liberdade. Será que vou usá-la “para dar ocasião à carne”, ou será que vou empregá-la para servir a Deus e ao meu próximo em amor? (cf. G1 5.13). Será que vou me colocar à disposição da maldade, ou será que vou me entregar a Deus em um ato de completa consagração?

E educativo observar a linguagem exata que Paulo emprega aqui. Em primeiro lugar, ele insiste: apresentai-vos a Deus, como vivos dentre mortos, isto é, apresen tem o mais profundo do seu coração a Ele, dizendo “seja feita a sua vontade, e não a minha”. Em segundo lugar, entreguem... Os seus membros a Deus, como instrumentos de justiça. Coloquem todos os órgãos do seu corpo, e todo poder da sua personalidade redimida, à disposição de Deus. Esta é a parte do homem - a consagração. Aparte de Deus é a santificação. Isto fica claro no versículo 22: “Mas agora vocês foram libertados do pecado e são servos de Deus.

Com isso vocês ganham uma vida completamente dedicada a Ele, e o resultado é que vocês terão a vida eterna (RSV). Veja 12,1-2, onde os dois aspectos são reunidos em um conjunto global. O nosso papel é consagrar; o de Deus é santificar. O nosso é entregar; o de Deus é transformar.

“Três analogias da consagração” são sugeridas nesta seção e na seguinte: 1) A analogia da escravidão, 6.13, 15-22; cf. Êx 21.1-6; 2) A analogia do casamento, 7.1-6; 3) A analogia do sacrifício, 12.1.

Paulo conclui esta seção sobre a morte com Cristo com uma palavra final de encorajamento. Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça (14). João Calvino escreve: “Aqui temos, me parece, um encorajamento para o conforto dos crentes, para que eles não fracassem nas suas tentativas de se agarrar à santidade pela percepção da sua própria fraqueza. Ele os exortou a aplicarem todas as suas forças na obediência à justiça, mas como eles ainda têm os resíduos da carne, não conseguem fazer outra coisa a não ser caminhar hesitantes”. Este é o dilema do homem justificado que ainda não sentiu o escopo da santificação divina, que é o objetivo para a sua vida.

Ele se encontra, às vezes, esmaga do pelo pecado; e assim precisa construir novamente as bases do arrependimento e da fé. Que este homem não perca a coragem, pois “agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (8.1). Como um crente justificado, procurando andar sob a plena luz de Deus, ele não está mais debaixo da lei, mas debaixo da graça. Deus não computa o pecado residual contra o crente (cf. 1 Jo 1.7), enquanto este, voltando-se contra o pecado com a mais profunda rejeição pessoal, e voltando-se para Deus com o mais profundo compromisso pessoal, procurar a completa libertação do Espírito em sua vida. Que o crente, portanto, se alegre com o sorriso de Deus e viva com a feliz expectativa da libertação completa pelo poder de Cristo. Embora o pecado permaneça, ele não domina. Portanto, o crente pode encontrar coragem e conforto em Cristo. Como nós também estamos debaixo da graça, não somos responsáveis pelas nossas transgressões inadvertidas e inconscientes em relação à lei de Deus.
Os cristãos foram leva dos da ordem legal das obras à ordem evangélica da “fé que opera por amor”. Mas que o crente nunca se esqueça das palavras da promessa: “Fiel é o que vos chama, o qual também o fará” (1 Ts 5.23-24).
Permanece uma questão. Falando como um novo homem em Cristo, devo perguntar: “Quando foi que morri com Cristo para o pecado?” A resposta de Paulo tem quatro partes:

a) Você morreu com Cristo na provisão feita por Ele no Calvário. A morte dele foi potencial e provisoriamente a sua morte; a ressurreição dele, a sua ressurreição para a novidade da vida. A Cruz significou mais do que propiciação, com a bênção conseqüente da justificação (3.21-28); a morte de Cristo foi a condenação do pecado, a sua extirpação da natureza humana (8.3) e, portanto, a sua santificação (v. 6; 8.1-4; cf. 1 Co 1.30; Ef 5.25-27).

b) Você morreu com Cristo em propósito quando foi justificado. Na cruz, você foi submetido ao julgamento de Deus sobre os seus pecados; no que diz respeito à sua intenção e ao seu consentimento, você entregou o seu ser pecador à morte quando abraçou a morte de Jesus com fé penitente (veja G1 5.24). Além disso, a sua antiga existência em Adão foi interrompida quando, pela fé, você se tornou uma nova criação em Cristo (veja 2 Co 5.17). Pela ação de Deus, você foi levado ao domínio do seu Filho Amado (veja Cl 1.13). Em Cristo, você foi "justificado do pecado" (v. 7), libertado do poder do pecado e das reivindicações do pecado - o pecado já não domina mais a sua vida.

c) Você morreu com Cristo em profissão quando se submeteu ao batismo cristão (w. 3-4). Submergindo na água do batismo, você foi sepultado com Ele na sua morte (cf. v. 10), você foi arrancado do seu passado pecaminoso, você saiu do batismo como um homem de Cristo, com um novo futuro, e com um novo nome.

d) Finalmente, você morre com Cristo pela experiência pessoal presente quando 1) ao considerar a fé, você abraça as provisões completas do Calvário (v. 11), e 2) você se entrega a Deus em um ato de completa consagração (v. 13). Neste ato de consagração e fé, o seu corpo mortal deixa de ser um instrumento do pecado para ser o templo do Espírito Santo. Embora sejamos santificados "pela fé" (At 26.18), Deus dá o Espírito Santo somente "àqueles que lhe obedecem" (At 5.32). A fé e a obediência são dois lados da mesma moeda.

A santidade pela fé em Jesus,
Não pelo esforço próprio,
O domínio do pecado é esmagado e destruído
Somente pelo poder da graça.
A própria santidade de Deus em você,
A própria beleza Dele na sua expressão;
Esta será a sua vivacidade como peregrino,
Esta será a sua porção abençoada agora.
- Citado por Skevington Wood

"Quando Deus nos convida a nos considerarmos mortos para o pecado, e a partir de então vivermos somente para Ele, nos lembramos da nossa fraqueza moral, e dizemos: como pode ser isto? Mas quando descobrimos que a partir de então o Espírito de Deus

irá residir em nós, para que pelo seu poder Ele possa nos proteger de todo o pecado, e pela sua santidade dirigir a Deus todos os nossos objetivos e esforços - quando descobrimos isto, a nossa dúvida dá lugar ã expectativa confiante e à gratidão que nos leva à adoração. Pois estamos certos de que o Espírito é capaz de realizar, até mesmo em nós, o propósito de santidade de Deus" (Veja os comentários sobre 8.1-11).

"A morte para o pecado" é claramente retratada em 6.1-14.1) A morte para o pecado é simbolizada, 3-4; 2) A morte para o pecado é dramatizada, 6; 3) A morte para o pecado é percebida, 11-14.

2) A santificação como uma nova obediência (6.15-23). Esta seção enfatiza que aqueles que, de acordo com o versículo 14, já não estão mais debaixo da lei, mas debaixo da graça, foram trazidos a um relacionamento de serviço que significa a obediência de todo o coração (v. 17). Paulo diz, no versículo 19, que esta é uma maneira humana de considerar o assunto, adotada pela fraqueza da vossa carne, ou seja, ele introduz esta discussão para se fazer completamente compreendido, caso aquilo que ele disse nos versículos 1-14 não tenha sido perfeitamente compreensível. Ao mesmo tempo, Paulo deixa claro que as palavras que virão a seguir não devem ser interpretadas em nenhum sentido legalista, mas devem ser ouvidas e compreendidas à luz do que ele acabou de dizer sobre a nossa morte com Cristo para o pecado, e como uma aplicação dela.

Ele começa recolocando a questão do versículo 1. Pois quê? Pecaremos (hamartesomen, "devemos pecar?") porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De modo nenhum! (15). Mas esta não é meramente uma repetição da questão anterior. A primeira pergunta era "Permaneceremos no pecado?" Esta é: "Pecaremos?", ou seja, "Continuaremos a pecar?" A primeira lida com o estado permanente de pecado; a segunda com o ato da desobediência. Nos versículos 1-14 o apóstolo demonstrou a incompatibilidade fundamental entre a graça e o pecado (he hamartia, "o pecado"). Um homem que morreu para o pecado não pode continuar vivendo nele. Ele passou da ordem antiga da morte em Adão para a nova ordem da vida em Cristo - e esta nova vida é uma existência santa.

Este homem, que veio à nova ordem da graça e da vida por meio de Cristo é, portanto, um homem que deixou de pecar. Assim, aqui nos versículos 15-23, Paulo demonstra a incompatibilidade fundamental entre a graça e o ato de pecar. Isto fica claro pelo verbo hamartesomen, um subjuntivo aoristo, que pode ser traduzido literalmente como: "Vamos nos preparar para um único ato de pecado?" Paulo responde: Me genoito, "É claro que não, nunca!" (NASB; cf. 13.14).

Paulo exulta: Não sabeis vós que a quem vos apresentardes por servos (doulous, "escravos"; com o mesmo significado ao longo desta seção) para lhe obedecer, sois servos daquele a quem obedeceis, ou do pecado para a morte, ou da obediência para a justiça? (16). "O homem tem um senhor, de uma maneira ou de outra. Ou ele é um servo do pecado, ou um servo da obediência.

O pecado e a obediência, portanto, não são as nossas ações em primeiro lugar, mas os poderes que exercem domínio sobre nós". Ao colocar estes dois senhores em sobreposição, Paulo deixa claro que o pecado é a desobediência (cf. 4.15; 5.13-14), e não uma mera "falta de compreensão do significado". Hamartia significa basicamente "iniqüidade" (1 Jo 3.4; cf. 8.7). O homem que peca não é somente um atirador com má pontaria, ele mira o ponto errado e assim erra o alvo. O pecado é um "erro voluntário". Como o pecado é um assunto tão sério, o crente justificado que voluntariamente desobedece a Deus se encontra novamente escravizado pelo pecado. Como o próprio Senhor advertiu: "Em verdade, em verdade vos digo que todo aquele que comete pecado é servo do pecado" (Jo 8.34).

E o salário do pecado é a morte (v. 23; cf. 8.13). Paulo está fazendo eco ao aviso que Deus fez a Adão na época em que ele era inocente (Gn 3.3), assim como a palavra do profeta: "A alma que pecar, essa morrerá" (Ez 18.4). Desobedecer a Deus é novamente ficar debaixo "da lei do pecado e da morte". Por outro lado, a escravidão à obediência resulta na justiça. O versículo seguinte mostra a importância desta nova justiça cristã.

Mas graças a Deus que, tendo sido servos do pecado, obedecestes de coração à forma de doutrina a que fostes entregues. E, libertados do pecado, fostes feitos servos da justiça (17-18). A graça de Deus, que nunca poderá ser louvada suficientemente, significa que, embora fôssemos servos do pecado, já não mais o somos, "pois quando o evangelho nos foi contado e nós o ouvimos, nos tornamos

obedientes a ele com todo o nosso coração, e, portanto, com toda a nossa existência". Portanto, nós nos tornamos sujeitos àquele segundo campo (ou reino), o de servos da justiça. Assim, "a justiça permanece importante para os cristãos; a única justiça de que desistimos foi da nossa própria, e para que possamos estar sujeitos à justiça de Deus - que não é menor, mas sim maior do que a humana (cf. Mt 5.20)".
O que significa ser servos da justiça? Neste novo relacionamento de graça, não estamos, para dizer a verdade, lidando com a escravidão, mas sim com a liberdade. Tendo sido libertados da servidão do pecado, nos tornamos "servos da liberdade". O serviço a Deus é a liberdade perfeita. Este é o paradoxo da justiça de Deus.

Neste ponto, Paulo insere o seu parêntese apologético, que é o seguinte: Falo como homem, pela fraqueza da vossa carne (19; cf. 3.5; 1 Co 9.8; G1 3.15). A seguir: pois que, assim como apresentastes os vossos membros para servirem à imundícia e à maldade para a maldade, assim apresentai (parestesate, subjuntivo aoristo, como no versículo 136; apresentar em um ato decisivo de dedicação) agora os vossos membros para servirem à justiça para a santificação (hagiasmon, "santificação", NASB, RSV). Mais uma vez vemos a relação entre a consagração e a santificação (veja os comentários sobre o versículo 13).

E impensável um acordo entre o pecado e a justiça. Um homem não pode servir a dois senhores. Estas atitudes são mutuamente excludentes. Porque, quando éreis servos do pecado, estáveis livres da justiça. E que fruto tínheis, então, das coisas de que agora vos envergonhais? Porque o fim delas é a morte. Mas, agora, libertados do pecado e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação (hagiasmon, "santificação", NASB, RSV), e por fim a vida eterna (20-22).

"Assim como você tinha um senhor naquela época, também tem um Senhor agora", parafraseia Barth, "você também estava livre, isto é, da justiça - uma terrível liberdade, o inevitável resultado vergonhoso, e cujo fruto é a morte. E da mesma forma, você está livre novamente, isto é, do pecado, porque você se tornou servo de Deus, com o resultado de que, pela sua decisão e pela ordem conseqüente, você é um homem santificado que, como tal, está no caminho da vida eterna". Agora retornamos à elevada visão da santificação que se iniciou nos versículos 11-13. Ao se apegarem às amplas possibilidades da graça de Deus, os cristãos romanos podem

se tornar homens completamente santificados, com a esperança da vida eterna.

Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna, por Cristo Jesus, nosso Senhor (23). Nesta frase final, o contraste entre o pecado e Deus dificilmente é mais importante do que a correspondente antítese entre salário e dom gratuito. A antiga escravidão ao pecado estava debaixo do domínio da lei, e o pecado concomitantemente pagava um salário; a nova escravidão a Deus está debaixo do domínio da graça, e Deus concomitantemente dá um "dom da graça" (charisma), ou seja, a vida eterna. Dentro deste "dom da graça", afirma Godet, "está à plenitude da salvação.
Tudo nesta obra, desde a justificação inicial até a absolvição final, incluindo a santificação e a preparação para a glória, é um dom gratuito, um favor imerecido, como o próprio Cristo que foi feito justiça, santidade e redenção para nós.

Em 6.1-23, podemos ver "A Incompatibilidade Entre a Graça e o Pecado". 1) A graça de Deus é incompatível com a permanência em um estado de pecado, 1-14; 2) A graça de Deus é incompatível com a atitude de cometer um ato de pecado, 15-23.

b) A santificação por meio da morte para a lei (7.1-25). A presente discussão se relaciona com o que Paulo disse em 6.14, que o cristão não está "debaixo da lei, mas debaixo da graça". O texto que se seguiu em 6.15-23 tratou de uma objeção. Então nós vamos pecar, uma vez que não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? A resposta de Paulo a esta pergunta empregou a analogia da escravidão. E impensável que o cristão peque, disse o apóstolo, pois a sua vida agora deve ser vivida sob a nova ordem da obediência. O cristão é um escravo da "obediência à justiça", da mesma forma como ele antes tinha sido um escravo "da morte, pelo pecado". Na verdade, somente o homem que foi libertado do pecado pode servir a Deus com obediência. Uma vez que ele está sujeito à justiça de Deus (e não à sua própria), ele pode servir a Deus de maneira proveitosa, e ver a santificação e a vida eterna que resultam do seu serviço. Agora, nesta seção, Paulo apresenta uma nova analogia, a do casamento, para provar, substancialmente, o mesmo ponto.

1) Liberdade do domínio da lei (7.1-6). Não sabeis vós, irmãos (pois que falo aos que sabem a lei), que a lei tem domínio sobre o homem por todo o tempo que vive? (1) A primeira frase, Não sabeis

vós (e agnoeite), quer dizer: “Com certeza vocês sabem disto - que o domínio da lei foi substituído pelo da graça. Ou vocês precisam ser avisados que a morte acaba com as exigências da lei, e portanto a revelação da lei foi interrompida com a morte de Cristo?” A sentença entre parênteses é Ginoskousi gar nomon lalo, que traduzida literalmente quer dizer: “Eu estou falando com aqueles que têm conhecimento da lei”. A ausência do artigo parece mostrar que aqui não se faz referência nem à lei mosaica nem à romana, mas sim a um princípio geral de todas as leis - que a morte zera todas as contagens, e que um homem morto não está mais sujeito a um processo legal. Os irmãos, portanto, são os irmãos cristãos, e não os judeus que estavam sob a lei de Moisés.

A analogia ao casamento está nos versículos 2-3. Porque a mulher que está sujeita ao marido, enquanto ele viver está-lhe ligada pela lei; mas, morto o mari do, está livre da lei do marido. De sorte que, vivendo o marido, será chamada adúltera se for doutro marido; mas, morto o marido, livre está da lei e assim não será adúltera se for doutro marido.
Do mesmo modo que alguns intérpretes, Knox chama este exemplo de “estranho” e “confuso”. No entanto, a indicação da sua consistência é encontrada em 6.6, no conceito do “velho homem” que morre para o pecado com Cristo; ao mesmo tempo a sua morte é para a lei (cf. Gl 2.19-21). Nos dois exemplos, a morte do velho homem é seguida pela ressurreição do novo homem. “O ‘ser’ do homem é duplo; existe um Velho ser’ e um ‘novo ser’, ou melhor, o ‘ser’ é sempre o mesmo, mas passa por diferentes estágios, ou fases”. Tendo isto em mente, descobrimos que Paulo está usando uma metáfora coerente: a) A mulher é o ser verdadeiro, o ego, que está permanentemente em transição; b) o (primeiro) marido é a nossa antiga situação, com Adão; c) a lei do marido é a lei do Antigo Testamento, que condena aquele estado antigo; d) o novo casamento é a nova união com Cristo, de que o cristão desfruta.

“O homem vivo a quem Paulo se refere em 2a, que, portanto está sujeito à lei, é homem ‘na carne’ (7.5), que, portanto vive como ‘o homem velho’ (6.6). Sem dúvida, a lei se aplica a ele e o restringe: a ‘lei do pecado e da morte’ (8.2), a única lei com a qual, de acordo com a pergunta que ele deve responder, Paulo está preocupado”. E a lei que, de acordo com 7.5, operava em nossos membros como infiéis para darem fruto para a morte.

Enquanto o homem velho viver, e sob qualquer circunstância, a sua vida estará sujeita a essa lei. “Em outras palavras, enquanto nós (o marido) vivermos na carne como aquele velho homem, nós (a esposa) seremos governados pela lei, que o restringe, e por tanto também a nós”.

A morte do marido no versículo 2 é a morte do “nosso velho homem” em Cristo, e com ele. Quando morremos com Cristo para o pecado (como descrito em 6.2-6), fomos livres da lei do marido, isto é, “a lei do pecado e da morte” (cf. 8.2). De sorte que, vivendo o marido, será chamada adúltera se for doutro marido. “Em outras palavras, sem a morte do velho homem, qualquer tentativa de libertar-se da lei do pecado e da morte, qualquer tentativa para escapar ao pecado e à morte, só poderá resultar que o nosso ser, mais do que nunca, seja condenado pelo pecado e sentenciado à morte por aquela mesma lei”.

O que quer que consigamos realizar neste sentido não será nada além do que o Antigo Testamento chama de adultério contra Deus - “todo tipo de idolatria e todo tipo de confiança nas nossas próprias obras, pecado, que não expele o pecado, mas o traz à perfeição e que somente consegue tornar a nossa sentença de morte irrevogável”. Mas com a morte do marido - isto é, a morte de Cristo e a nossa morte com Ele - ela livre está da lei e assim não será adúltera se for doutro marido (o Cristo vivo).

Sob a lei nós estávamos unidos com o pecado; quando morremos em Cristo e com Cristo no Calvário, fomos libertados da lei, “a lei do pecado e da morte”; ao ressuscitar com Cristo para a novidade de vida fomos unidos a Ele em um novo laço de fé e de amor. Isto é precisamente o que Paulo diz no versículo seguinte.

Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para a lei pelo corpo de Cristo, para que sejais doutro, daquele que ressuscitou de entre os mortos, a fim de que demos fruto para Deus (4). O corpo de Cristo aqui é o corpo de Jesus que foi levado à morte na Cruz; naquele corpo, e com aquele corpo, eu morri, potencial mente quando Ele morreu, e verdadeiramente quando eu me identifiquei com a sua mor te através da fé.

Mas a minha morte foi simplesmente um prelúdio ao meu ressuscitar de entre os mortos, para que eu pudesse me tornar uma parte da igreja, a nova noiva de Cristo. E como o antigo casamento

dava fruto para a morte (v. 5; cf. G1 5.19-21), a nova união dá fruto para Deus (v. 4; cf. G1 5.22-23). “Mas, agora, fomos libertados da Lei, e morremos para aquela que nos restringia, de modo que servimos na novidade do Espírito e não na velhice da lei” (6, NASB). “Estar restringido pela lei significa cativeiro; estar restringido pelo Cristo vivo significa liberdade. Existe uma escravidão na lei, porém há liberdade no Espírito Santo”. Esta é a novidade do Espírito, estar restringido por aquele “cujo serviço é a liberdade perfeita”.

A metáfora aparentemente “estranha” e “confusa” de Paulo acaba sendo um resumo convincente de toda a questão da lei e do pecado, de Cristo e da santidade. Mas ela levanta intensamente uma nova pergunta que exige uma resposta. Com esta nova pergunta se inicia a próxima seção.

2) A função da lei (7.7-13). Que diremos, pois? (7), em vista da posição anterior - em vista do elo misterioso entre o pecado, a lei e a morte? Paulo acaba de demonstrar que ser libertado de um é simultaneamente uma libertação dos outros, e que, da mesma maneira, a libertação de um só pode ocorrer se também houver a libertação dos outros dois. Isto gera uma pergunta séria. E a lei pecado?

Uma vez que sob a lei “as paixões dos pecados” (5) se agitavam, e o “fruto” disto é a morte, será que a lei propriamente dita explica: Mas eu não conheci o pecado senão pela lei; porque eu não conheceria a concupiscência (epithymian, todo tipo de desejo ilícito), se a lei não dissesse: Não cobiçarás (ouk epithymeseis, 7). Compare 3.20; 4.15; 5.13. A rebelião interior contra o Criador, por meio da qual o ser usurpa o lugar de Deus como a finalidade da vida, está em todas as partes; e em todas as partes existe luz suficiente para fazer tal rebelião responsável e censurável (cf. 1.19-20; 2.14-15). Mas sobre onde a lei - o mandamento explícito do Deus vivo - existe, o pecado pode emergir numa forma perceptível e mensurável.
A lei transforma o pecado em transgressão. No entanto, isto não esgota o que Paulo quer dizer aqui. ‘“Conhecer o pecado’ não significa simplesmente perceber a sua existência, mas senti-la. A lei não é simplesmente um reagente pelo qual se pode detectar a presença do pecado; é um catalisador que ajuda e até mesmo inicia a ação do pecado sobre o homem”. A lei insufla o desejo ilícito. Este desejo é “precisamente aquela exaltação do ego que nós vimos que é a essência do pecado” (veja os comentários sobre 1.19-23). Mas a lei de Deus diz Não cobiçarás. Você não viverá sob a lei do desejo

ilícito, mas: “amarás, pois, o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu poder” (Dt 6.5). A lei ordena a nossa completa devoção a Deus.

Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda a concupiscência (8). Aqui o pecado aparece na forma da serpente no Jardim. “Então, a serpente disse à mulher: ‘Certamente não morrereis... sereis como Deus’” (Gn 3.4-5, RSV). Assim o desejo mal foi concebido no coração do homem - o orgulho, a auto-exaltação, o perverso desejo de imitar a Deus no seu poder. Concupiscência aqui traduz a palavra epithymia (cf. v. 7), que é o desejo presunçoso da auto-exaltação (cf. Is 14.12-14). O pecado remove a Deus do trono e exalta a criatura. Tomando ocasião (aphormen labousa, “dando início” ou “encontrando algo em que se firmar”) pelo mandamento significa que o pecado “encontrou um centro de operações na proibição de Deus”. A lei dá ao pecado a oportunidade que ele deseja. Como disse uma garotinha: “Os Dez mandamentos enchem as nossas cabeças de idéias!”

Nos versículos 8-9, Paulo parece estar descrevendo uma infância feliz: porquanto, sem a lei, estava morto - inerte, sem vida - o pecado. E eu, nalgum tempo, vivia sem lei. Dodd faz uma observação interessante sobre isto: “Eu vivia a minha própria vida, sem a lei’ (nós dizemos, ao olharmos para trás, para a nossa infância): nada poderia ser colocado diante de nós mais eficazmente do que o pequeno menino saudável, que a cada dia descobre novos poderes em si mesmo, novas oportunidades para diversão e engano; Nós falamos da ‘idade da inocência’, mas o pequeno inocente na verdade é ambicioso, perturbador, briguento, completamente sem consideração pelos direitos e conveniências das demais pessoas. Mas o pecado nunca é considerado na ausência da lei”.

Isto equivale a dizer que durante o período da nossa inocente infância o pecado está presente, embora não ativo na dimensão divina. Nós nascemos “curvados sobre nós mesmos” (Lutero). O egocentrismo é uma compulsão da nossa natureza. Então Paulo prossegue: mas, vindo o mandamento, reviveu (anezesen, “nasceu para á vida”, Moffatt) o pecado, e eu morri - exatamente como Deus tinha avisado (Gn 2.17). Esta morte não é física; é uma morte espiritual: a orgulhosa separação do ser do senhorio de Deus, com o julgamento resultante de Deus e o sentido de desavença, culpa e solidão (veja Gn 3. 7-10).

E preciso agora fazer a pergunta: Em 7.7-25, onde Paulo usa a primeira pessoa do singular, trata-se da sua autobiografia espiritual, ou ele usa estas palavras simplesmente como um recurso literário? A opinião dos estudiosos está dividida a este respeito, mas é praticamente impossível escapar à convicção de que Paulo está chegando a conclusões a partir da sua própria experiência, embora ele certamente esteja usando isto como uma base para generalizar toda a questão da lei, do pecado e da graça. Por exemplo, em 8.1-4 ele passa de "eu" para "nós", e em 8.5-8 ele usa "eles" para depois passar para "vós" em 8.9.

Mais tarde, no capítulo 8, ele mescla todas as quatro pessoas (começando no versículo 16). Quando o apóstolo diz... Mas, vindo o mandamento, reviveu o pecado, e eu morri, ele provavelmente estava se referindo ao seu Bar Mitzvah. Aos 13 anos de idade, como os demais garotos judeus, ele se tornou um "Filho do Mandamento" e assumiu uma responsabilidade perante a lei de Deus. Naquele momento, na experiência de Paulo, ele ouviu, na profundeza da sua consciência, o "Não farás..." de Deus; depois disso, algo dentro dele se alegrou "Eu farei!". "O pecado reviveu, e eu morri" (NASB).

Quando voltamos ao relato de Gênesis 3, tudo o que nós precisamos acrescentar é a referência à correta advertência: "No dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2.17). Mas isto é mais do que a confissão de Paulo: é a autobiografia de todos os homens. "Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus" (3.23). Esta é a experiência de todas as pessoas, quando se ultrapassa o limiar da responsabilidade moral. A única exceção a esta regra foi Jesus Cristo, o segundo Adão.

O processo pode ser resumido da seguinte maneira: e o mandamento que era para vida, achei eu que me era para morte (10). O pecado perverte a lei de Deus, tornando-a a "lei do pecado e da morte" (cf. 8.2). Porque o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, me enganou e, por ele, me matou (11). O relato da queda ainda está no cenário do pensamento de Paulo. O pecado engana ao prometer poder, prazer, e sabedoria (cf. Gn 3.5-6). Tudo o que ele realmente pode oferecer, contudo, é a morte.

Tendo dito isto, Paulo continua absolvendo a lei da acusação de culpa. Assim, a lei é santa; e o mandamento, santo, justo e bom (12). E santa porque "ela nasce da natureza santa de Deus, e participa dela". Wesley escreve em outra parte: "Que Deus proíba que nós

suponhamos que ela é a causa do pecado, porque ela é o que descobre o pecado; porque ela detecta as coisas ocultas na escuridão, e as arrasta à luz do dia". Além disso, a lei é justa. "Ela confere a cada um o que lhe é devido. Ela prescreve exatamente o que é certo, precisamente o que deve ser feito, dito ou pensado, com respeito ao Autor do nosso ser, com respeito a nós mesmos e com respeito a todas as criaturas que Ele criou.
Ela se adapta, sob todos os pontos de vista, à natureza das coisas, a todo o universo, e a todos os indivíduos". Isto equivale a dizer que a lei descreve os relacionamentos corretos. Uma vez que a lei vem de Deus, que nos criou, ela estabelece as únicas condições sob as quais a vida pode ser completamente satisfeita. Assim, ela é um indicador da própria estrutura da realidade. Finalmente, a lei é boa. Ela não só nasce da bondade de Deus, mas é boa no sentido de que está perfeitamente adaptada às necessidades humanas. "A lei propriamente dita é justa, e preenche a alma com uma paz que ultrapassa a compreensão, e faz com que nos regozije mos ainda mais no testemunho de uma boa consciência com respeito a Deus". Na vida de um homem completamente santificado, a lei é vista sob esta luz, para que ele possa dizer com o salmista: "Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração" (cf. SI 19.8-11).

Adicionalmente, ao invés de colocar esta lei de lado, o evangelho a proclama. Barth afirma que "a Lei é (3.21) a confirmação do evangelho, a forma, a concha na qual o evangelho chega até nós, homens. Como poderia vir o evangelho até nós a não ser na forma de exortação, de advertência, de instrução, de decreto, de mandamento e de proibição?... Como uma forma do evangelho, longe de ser pecado, a Lei é a forma na qual se revela a graça de Deus. E assim é sagrada, e o que ela ordena - cada um dos seus mandamentos - é santo e justo e bom".

No versículo 13, Paulo pergunta: Logo, tornou-se-me o bom em morte? Ele responde: De modo nenhum! Mas o pecado, para que se mostrasse pecado, operou em mim a morte pelo bem, a fim de que pelo mandamento o pecado se fizesse excessivamente maligno. Chama a atenção que a lei (e o evangelho, na forma da lei) "é proclamada no campo do pecado. Ela é dada ao homem pecador. Devido a esse domínio do pecado, nos seus olhos, ouvidos e mãos, ela se torna aquela outra lei da qual ele precisa ser libertado, e da qual ele na verdade é libertado "pela fé em Cristo (cf. w. 1-4).

A lei, ordenando a minha completa devoção a Deus (Dt 6.4-5; Mt 22.35-40; cf. Mt 5.17) simplesmente intensifica a minha condição de pecador. Ela ordena aquilo que eu, como um homem pecador, nunca poderei cumprir. Mesmo que eu possa ter sucesso em me disciplinar até o ponto em que seja correto e moralmente justo, eu apenas aperfeiçoarei o meu pecado para a justiça própria e para o orgulho espiritual, que é o pecado mais perfeito. Assim, o sagrado mandamento de Deus torna o meu pecado... Excessivamente maligno. Ele me deixa desamparado na minha Torre de Babel.

3) A futilidade da lei (7.14-25). Paulo coloca os dois fatos complementares lado a lado no versículo 14. Porque bem sabemos que a lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado. Alei é espiritual (pneumatikos, “como o Maná e a Água da Pedra eram ‘espirituais”, 1 Co 10.3,4), no sentido de ser ‘causada pelo Espírito’, ou ‘dada pelo Espírito”’, com a conotação adicional de que o caráter da lei corresponde à sua origem. Mas eu sou carnal (sarkinos, “feito de carne e sangue”, 1 Co 3.1), e, como tal, moralmente impotente perante as tentações. Veja os comentários sobre 5.12). Vendido sob o pecado expressa a idéia de escravidão.

Barrett traduz: “Eu sou um homem de carne, vendido como um escravo para estar sob o poder do pecado”. Porque o que faço, não o aprovo (ou ginosko, “eu não entendo”, NASB; 15). A versao RSV o traduz como “eu não entendo as minhas próprias ações”. Paulo a seguir explica: pois o que quero, isso não faço; mas o que aborreço, isso faço. “O meu próprio comportamento me confunde. Pois eu me encontro fazendo não o que eu realmente gosto de fazer, mas o que eu realmente detesto” (Phillips). Qualquer pessoa moralmente sensível entende Paulo. Ovídio é freqüentemente citado com relação a isto:

A minha razão sobre isto, a minha paixão em relação àquilo, me persuadem.
Vejo o certo, e também o aprovo.
Odeio o errado, e ainda assim o persigo.

As palavras de Epicteto são ainda mais próximas das de Paulo: “O que ele quer, não faz; e o que ele não quer, é o que faz”. E um poeta moderno confessa:

Eu gosto, não gosto, lamento pelo que não pude;
Eu faço, desfaço; mas ainda faço o que não deveria,

E, no mesmo instante, desejo aquilo que não deveria desejar.
- Francis Quarles

Surge um novo tema quando Paulo escreve: E, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa (16). “Encontramos um homem em uma condição de rebelião contra Deus, e sob uma sentença de morte. Nesta situação infeliz, a lei não deve ser culpada. Mas parece que nem “eu sou culpado, pois concordo com a lei, e desaprovo os pecados que eu mesmo cometo”. O que na verdade está acontecendo é que já não sou eu que faço isto, mas o pecado que habita em mim (17).

Paulo prossegue detalhan do este novo tema nos versículos 18-20. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum; e, com efeito, o querer está em mim, mas não consigo realizar o bem. Porque não faço o bem que quero, mas o mal que não quero, esse faço. Ora, se eu faço o que não quero, já o não faço eu, mas o pecado que habita em mim.

E importante distinguir entre eu e minha carne. Paulo está consciente dos dois lados que estão em guerra dentro dele. O eu consente com a lei, que é boa, e deseja e escolhe o que os demais não praticam (v. 16).
Este ego, ele nos diz expressamente no versículo 22, é o homem interior; e no versículo 23 ele o identifica como o entendimento (nous) ou a razão. O outro eu, chamado minha carne no versículo 18, faz coisas que confundem o entendimento ou o homem interior. Este ser inferior, e “exterior” (cf. 2 Co 4.16) é adicionalmente identificado como meus membros (v. 23) e como o corpo desta morte (ou “este corpo dominado pela morte”, v. 24). Em 6.6 ele também falou sobre “o corpo do pecado”, querendo dizer o “corpo dominado pelo pecado”. Aqui a mesma idéia é ex pressa, mas ele está pensando especialmente nas terríveis conseqüências do pecado.

A chave para compreender esta personalidade dividida ou em guerra é o pecado que habita em mim (20). Este pecado que habita dentro de cada um está em contraste com o Espírito, que é mencionado no capítulo seguinte (8.9). Habitada pelo pecado, a minha natureza inferior, ou carnal, domina o meu verdadeiro ser, que tem prazer na lei de Deus (22); mas habitada pelo Espírito de Deus, minha carne é morta e despojada (8.3,9). Habitado pelo pecado, eu estou sujeito à desintegração e à morte; habitado pelo Espírito, eu sinto a integração e a vida. Nesta passagem, portanto, Paulo não está

descrevendo o homem à imagem de Deus; ele está retratando o homem corrompido, o homem em rebelião contra o seu Criador e, portanto corrupto e depravado (cf. 1.21-25).

A carne, portanto, é o homem sem renovação, o homem arrancado de Deus e sujeito ao pecado. Na minha humanidade caída, reina o pecado. Com efeito, o querer está em mim, mas não consigo realizar o bem (18). Como uma criatura de carne, a minha vontade está fadada ao pecado. Pois é inútil que o homem pecador se vanglorie de ter livre vontade. Como um homem que afunda na areia movediça, quanto mais ele luta para se libertar mais afunda; a sua única esperança está fora dele. Embora não seja livre para se arrancar do poder do pecado, ele pode confiar em Jesus Cristo, clamar a Ele, e pela fé encontrar a preciosa mão do Senhor (v. 25).

A que nos leva isto? Existe uma lei (nomos) que quando quero fazer o bem, o mal está comigo (21). Este versículo descreve, com novas palavras, o estado descrito nos versículos 15-16, 186-19. No entanto, é complicado utilizar a palavra lei. Existem três interpretações principais.

i) Por todo o capítulo, a palavra lei significa a lei Mosaica. Assim, o versículo 21 significa: "É assim que eu vejo a lei - uma vida dentro da lei - vindo à minha experiência: quando eu desejo fazer o bem, o mal está presente comigo" (Denney). Esta opinião recebe o apoio dos versículos 8 e 11.

ii) Lei significa "regra" ou "princípio". Esta opinião é atraente, mas exige que Paulo use a palavra nomos em um sentido bastante diferente do significado normalmente compreendido.
iii) Lei aqui sugere uma regra como uma lei, que é um mau paralelo à lei de Moisés. Assim existem duas leis: a verdadeira lei de Moisés e a contrapartida dela, que é o resultado do pecado (observe as duas "leis" no versículo 23).

Dessas interpretações, (i) e (iii) não são tão distantes. Ao lutar para obedecer e executar a lei de Deus na corrupção e na fraqueza da minha carne, transformo aquela mes ma lei na lei do pecado (to nomo tes hamartias, "a lei do pecado", ou "a lei que se tornou o instrumento do pecado", 23; cf. w. 8, 11). Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus (kata ton eso anthropon, "no meu ser mais profundo", 22, RSV). "A tradução RSV é excelente", diz Rnox, "não somente porque 'homem' aqui clara mente significa

‘o próprio ser’, mas também porque a frase parece sugerir a concepção de Paulo de que a parte dele que está de acordo com a lei de Deus, e que até mesmo tem prazer nela, é o seu ‘verdadeiro ser”.

Porém temos que discordar fortemente de outro estudioso, Barrett, que entende que este “homem interior” é “o ‘novo homem’, que está implícito em 6.6”. Paulo está descrevendo o homem na carne, vendido sob o pecado (v. 14). Mesmo este homem “tem prazer” na lei de Deus “no seu ser mais interior” ou entendimento (v. 23). Mas vejo nos meus membros outra lei que batalha contra a lei do meu entendimento e me prende debaixo da lei do pecado que está nos meus membros (23). Anteriormente, nesta passagem (nos versículos 14 e 18), o pecado que leva o homem à morte é atribuído à carne (sarx), mas agora se diz que a lei do pecado governa... os meus membros, isto é, o meu corpo (soma). “O santo fanático que é desviado pelo pecado e se esforça por colocar as suas mãos na graça de Deus é, na realidade, um homem dividido em dois... Qual dos dois ele é? Uma coisa é certa.

Não importa qual dos dois seja ele não é o homem que atinge aquilo de que, tão corajosamente, se ocupou! E é certo que, na separação desta dupla existência entre o desejo e a realização, ele é um homem que está condenado à morte”.
Miserável homem que eu sou! Paulo exclama. Quem me livrará do corpo des ta morte? (24). Aqui corpo (soma) significa: “o ser sem lei, o ser sob o domínio do pecado, como em 6.6b - e esse brado não se aplica a uma completa libertação de soma, mas a uma libertação deste som a que é governado pela ‘carne’, e isto realmente significa libertar da própria ‘carne’.

De acordo com Romanos 8.9, a ‘carne’ é despojada, e quando o próximo versículo diz: ‘se Cristo está em você, embora o seu soma esteja morto por causa do pecado’, isto significa que o soma regulado pela carne (novamente equivalente à própria carne) é eliminado (e é eliminado... porque o pecado foi condenado, cf. v. 3)”. Como o salário do pecado é a morte (6.23), o corpo dominado pelo pecado é “o corpo que é entregue à morte”, ou “o corpo conduzido à morte”.

A gloriosa afirmação: Dou graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor (25) é gramaticalmente uma resposta incompleta à pergunta que ele acabou de fazer. “Parece melhor interpretar que Paulo, tendo feito uma longa descrição do seu estado infeliz anterior, já não

consegue se conter e, até mesmo antes de estar pronto, ele vem com a resposta para o seu grande problema. Então, mais calmamente, ele escreve uma afirmação genérica que é um resumo daquilo que ele vinha dizendo nos últimos onze versículos". Esta é uma prévia do que ele vai abordar no capítulo 8.

O balanço final deste versículo resume o terrível estado do homem na carne, como definido na seção anterior: Assim que eu mesmo, com o entendimento, sirvo à lei de Deus, mas, com a carne, à lei do pecado. Na sua tradução da Epístola aos Romanos, Moffatt removeu esta última sentença do seu lugar, no final do capítulo, e colocou-a imediatamente antes do versículo 24. Isto cria um arranjo lógico e organizado do pensa mento de Paulo, e Dodd tenta justificar esta nova ordem, mesmo que não exista nenhum apoio dos manuscritos para tanto. O fato de Paulo freqüentemente escrever sem servilismo com respeito à ordem lógica, impede este remanejamento.

Então, quem é este homem miserável? Ele é o homem da carne, vendido como um escravo sob o pecado (14). Isto equivale a dizer que ele é o "velho homem" do pecado, nós mesmos, que "estávamos na carne", em quem "as paixões dos pecados, que são pela lei, operavam em nossos membros para darem fruto para a morte" (5). Este "velho homem" morreu no "corpo de Cristo" e com ele, para que pudéssemos nos unir a Cristo e darmos "fruto para Deus" (4). Assim, o homem miserável dos versículos 7-25 é um homem caído, pecador, confrontado pela lei. "O caráter aqui assumido é o de um homem anteriormente ignorante em relação à lei e que, mais tarde, estando sob ela, tenta sinceramente, porém de modo ineficaz, servir a Deus. Dizer isto de si mesmo, ou de qualquer crente verdadeiro, parece ser algo um pouco estranho ao escopo do discurso como um todo. Mas, na realidade, tudo está em perfeita harmonia no texto (8.2)".

Paulo confessa aqui, na primeira pessoa, "que o encontro do homem "Adamita" com a Lei é essencialmente a sua própria origem e a de todos os crentes... Aqui, com a vantagem da sua fé no Senhor crucificado, ele está descrevendo a essência da sua existência pré-cristã. Este é o homem Adamita, sob a lei, visto com os olhos da fé. Goppelt vê o modelo para os versículos 14-25 como sendo o que os fariseus fizeram a Jesus: eles que riam fazer o bem e manter a lei de Deus, mas em uma ignorância culpada fizeram exatamente o oposto. "O 'eu' no capítulo 7 da Epístola aos Romanos tornou-se consciente da existência e ao mesmo tempo da impossibilidade de escapar da

sua rebelião". Ele está dividido entre consentir e não realizar, entre desejar a justiça e verdadeiramente lutar pela justiça própria; ele está "caído" neste dilema e não pode escapar.
Ele é carne: ele quer fazer o bem, mas não consegue. Até que esta conscientização ocorra, a salvação pela lei não será possível e a "situação pré-cristã" será desesperadora.

Para começar, este é sem dúvida o próprio encontro de Paulo com a lei, como um "fariseu de fariseus" (mas visto sob a perspectiva do seu novo relacionamento com Cris to). "Toda a descrição é tão vívida e tão sincera, tão evidentemente nascida da angústia da experiência pessoal direta, que é difícil pensar nela como sendo puramente imaginativa". Nygren pensa que o grito de Paulo no v. 25 é teatral, caso se refira a alguma coisa que é passada. Mas na verdade a lembrança daqueles dias terríveis em que ele procurava a comunhão com Deus de que sempre se esquivava, traz palavras desta natureza com bastante naturalidade aos seus lábios.

Toda a experiência está gravada tão vivida-mente na memória de Paulo que, quando ele a narra, naturalmente entra no presente dramático. Esta é simplesmente uma lembrança da intensidade daquela experiência. Mas agora o antigo 'eu' está crucificado com Cristo (6.1-11) e a lei de Deus está restabelecida por meio do dom do Espírito (8.1-11). O testemunho de Paulo na época em que escreveu esta Epístola não era 7.7-25, mas sim 8.1-4. O seu testemunho está resumido em uma sentença brilhante: "Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte" (8.2). "Isto seria invalidar todo o seu argumento se ele agora confessasse que, no momento em que escrevia, era um homem miserável, prisioneiro da lei do pecado (w. 24,23)".

A liberdade com que Paulo passa do 'eu' para 'nós', 'eles' e 'vós', no entanto, em toda esta discussão (cf. 8.1-11), prova que ele está generalizando com base na sua própria luta e libertação. O homem caído inevitavelmente muda a lei de Deus para a lei do pecado (25). Como ele é carne, é moralmente fraco e corrupto. O pecado o tiraniza, o arrasta como um escravo desamparado. Quanto mais desesperadamente ele luta contra o seu cativeiro, mais grave será a sua condição, pois no processo de procurar se apoiar na justiça da lei ele se torna um homem dividido em dois, um homem condenado à morte! O homem não consegue se libertar da sua existência sob a lei do pecado.

Mas no versículo 25 vem um sinal de alívio, que marca uma linha divisória entre o período do conflito e da derrota e um período em que o conflito está praticamente terminado. Existem três passos que podem ser claramente distinguidos: 1) a vida da moralidade inconsciente, marcada pela feliz ignorância (e manifestações pré-morais do pecado. Veja os comentários sobre 9a); 2) o pungente encontro entre a lei e o pecado (96-24); 3) o fim que finalmente é posto a esta condição dividida pela intervenção de Cristo e a apropriação do Espírito santificador (vs. 25a; 8.1-11). “Alei e a alma são colocadas frente a frente e não há nada entre elas.
Até o versículo 25 não existe sequer uma única expressão usada que pertença ao cristianismo. “E a grafia indica que o conflito terminou”. Fica claro que o homem miserável é o pecador que despertou, que luta em vão para se libertar do pecado que habita nele. Aplicar estes versículos a um cristão fiel seria praticamente admitir que a graça de Cris to não tem poder contra o pecado, assim como a lei. O impulso de todo o argumento é o de demonstrar que a graça de Deus em Cristo pode fazer “o que a lei não pôde fazer” (8.3), mostrar que sob a graça um homem pode ser libertado do pecado”.

Agora deve ser acrescentada uma exigência. A intenção de Paulo no capítulo 7 ficou clara: a lei não pode santificar. A partir desta perspectiva, a questão se os versículos 14-25 se aplicam aos pecadores ou aos regenerados não é realmente o problema de Paulo. Enquanto o texto em 3.19-20 mostra a falta de poder da lei para justificar (“pela lei vem o conhecimento do pecado”), os versículos 14-25 revelam a impotência da lei para santificar (“pelo mandamento o pecado se faz excessivamente maligno”, 13). No início da vida cristã, parece que o crente saiu permanentemente dos versículos 14-25 para ir até 8.1-11, mas é a experiência universal dos crentes e também a pressuposição de toda esta discussão sobre a santificação na Epístola aos Romanos, que um homem justificado não passa imediatamente do estado de pecado para a condição de completa santificação.

“Apesar do tempo presente do verbo”, Goppelt acertadamente observa, “o ‘eu’ de Romanos 7.14-25 é como o “eu” de Romanos 7.7-13, e em ambos os casos é basicamente o passado do ‘eu’ da fé; um passado que sempre está sob o ‘eu’... é um passado que repetidamente se torna uma experiência parcialmente presente para todo cristão quando a fé e o Espírito declinam”. Portanto, na medida em que um crente não satisfaça as condições de 6.11-13, o pecado ainda permanece perturbando a sua recém-encontrada paz. Na

medida em que ele depende do seu próprio esforço para a santificação, ele ainda esta sob a lei. Tendo começado no Espírito, ele está tentando se tornar perfeito pela carne (cf. Gl 3.3).

Até que ele desista das suas próprias obras, não conseguirá entrar no repouso da fé (cf. Hb 4.9-10). Um pouco desta condição dividida e desta derrota ocasional, portanto, é uma experiência presente para o crente, até que ele esteja purificado do pecado residual pelo poder santificador do Espírito Santo (cf. At 15.8-9). Assim, embora os versículos 14-25 certamente tenham uma aplicação básica para o homem não renovado no seu encontro com a lei de Deus, eles têm um significado secundário para o homem que "ainda é carnal", não no sentido de ser dominado pela carne, mas de ser um "bebê em Cristo" e, portanto, perturbado pelas suas tendências residuais (veja 1 Co 3.1-4).

Estamos então prontos para ouvir a doutrina de Paulo sobre a santificação pelo Espírito Santo. Somos tão incapazes de santificar a nós mesmos quanto somos de justificar a nós mesmos; mas graças a Deus, assim como nós podemos ser "justificados gratuitamente" pela propiciação de Cristo (3.21-28), podemos ser "completamente santificados" pelo poder do Espírito Santo (8.1-11; cf. 1 Ts 5.23-24). Revelar esta segunda verdade gloriosa é o objetivo do apóstolo no capítulo 8, e aprender isto é conhecer o cristianismo vital.

c) A santificação através do Espírito (8.1-27). Na sua discussão sobre a nova vida em Cristo, até agora somente duas vezes o apóstolo fez referências explícitas ao Espírito Santo (5.5; 7.6). As duas referências, no entanto, foram definitivas e se relacionam com o que ele vai dizer nesta seção. Paulo declara que o amor de Deus foi derramado em nosso coração pelo Espírito Santo (5.5). Isto se refere ao que foi dito na profecia de Isaías: "Porque derramarei água sobre o sedento e rios, sobre a terra seca; derramarei o meu Espírito sobre a tua posteridade e a minha bênção, sobre os teus descendentes" (Is 44.3). As mesmas palavras aparecem outra vez no capítulo 2 do Livro de Atos, para descrever o derramamento no dia de Pentecostes. Pedro cita a profecia de Joel: "E nos últimos dias acontecerá, diz Deus, que do meu Espírito derramarei sobre toda a carne" (At 2.17; cf. J1 2.28). Isto levou A. Skevington Wood a chamar esta seção de "O Pentecostes de Romanos".

Em 8.1-27 a palavra Espírito aparece vinte vezes. John Knox observa: “O Espírito é o tema desta seção culminante do argumento que começou em 6.1 com a pergunta: “Permaneceremos no pecado, para que a graça seja mais abundante?”A resposta definitiva ao problema da condição pecadora do homem é o Espírito santificador, que vem como a Dádiva culminante de Deus para aplicar às nossas almas os benefícios do sacrifício redentor de Cristo. Ao estudar esta passagem, veremos como o Espírito não apenas santifica a nossa existência humana (1-17), mas também é a Garantia da nossa redenção final (18-25). Embora possamos ser libertados da carne pela sua presença e atividade santificadoras (algo que a lei nunca poderia fazer, 7.7-25), os nossos corpos ainda carregam as marcas do pecado racial. Mas quando a nova era for consumada pela ressurreição, os nossos corpos também serão redimidos. Enquanto isso, o Espírito nos ajuda na nossa fragilidade e na nossa luta (8.26-27). Este é o tema desta seção.

1) A ação de Deus em Cristo (8.1-4). Nestes quatro versículos, W. H. Griffith Thomas encontrou “A atividade salvadora de Deus”. 1) O fato glorioso, 1; 2) A explicação perfeita, 2; 3) A causa divina, 3; 4) O objetivo prático, 4.

Com justiça, Paulo grita: Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus (1). Portanto tem a força de “em vista do que foi dito anteriormente, podemos declarar”.
Devemos voltar até 7.7-25 para encontrar o verdadeiro ponto de contato com o argumento de Paulo. Por um lado, nós temos uma progressão normal de pensamento, se conectarmos 8.2 com o grito de ação de graças em 7.25a. O que era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne (3), Deus realizou enviando o seu Filho como um Sacrifício pelo pecado. Portanto, como Deus condenou o pecado, nós, que estamos em Cristo, já não mais somos condenados. Por outro lado, se interpretarmos 7.7-25 como descrevendo a nossa existência “debaixo da lei” e “na carne” - isto é, como a nossa vida anterior, como homens pecadores na sucessão de Adão - a conclusão de Paulo aqui em 8.1 está diretamente relacionada com 7.6 (assim como a passagem 7.7-25 está relacionada com 7.5).

A linha de pensamento nos capítulos 7 e 8, portanto, é a seguinte: Em primeiro lugar, “quando estávamos na carne, as paixões dos pecados, que são pela lei, operavam em nossos membros para darem fruto para a morte” (7.5). Esta condição está descrita explicitamente em 7.7-25. Em segundo lugar, “Mas, agora, estamos livres da lei,

pois morremos para aquilo em que estávamos retidos; para que sirvamos em novidade de espírito ['Espírito', NASB], e não na velhice da letra" (7.6). Esta nova vida no Espírito está descrita em 8.1-27; agora é o que une 8.1 a 7.6. "Mas agora fomos libertados da lei" (7.6, NASB). "Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus" (8.1, NASB).

A condenação (katakrima) da qual fomos libertos é mais do que uma absolvição judicial. Aqueles que estão em Cristo Jesus não estão somente "debaixo da lei" (6.14), mas também já não estão "na carne" (v. 9). A condição e a situação descritas em 7.7-25 são passadas, pelo menos no que diz respeito ao ser determinado pela carne (veja comentários sobre 5.13). "Eles não têm a disposição, a estrutura e a inclinação da carne, mas sim do Espírito". Eles voltaram às costas para a carne como uma existência dominada pelo pecado, e voltaram os rostos para o Espírito como o Poder da lei da graça. Embora eles possam ser atormentados pelo pecado residual, eles são capacitados, pelo Espírito de Deus, para conquistar a carne e, portanto, a não andar segundo a carne, mas segundo o Espírito. Portanto, agora, nenhuma condenação há "para o pecado interior, mesmo aquele que é residual".

No versículo 2, Paulo volta para a tendência autobiográfica do capítulo anterior:
Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte. No versículo 1, temos eles (os). Aqui, temos eu. No versículo 4, temos nós. O que temos aqui no versículo 2 obviamente é uma experiência pessoal. Phillips Brooks declarou: "Este é o grito de triunfo de Paulo sobre a grande emancipação da sua vida". Imediatamente, no entanto, nos deparamos com um paradoxo. Paulo acaba de dizer que estamos libertos da lei, mas agora ele declara que esta libertação se dá pela aplicação de outra lei.
O paradoxo surge pelo fato de ele usar a mesma palavra (nomos) em ambos os casos. Porque a lei (nomos) do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei (nomou) do pecado e da morte. "Esta é uma característica notável, e talvez desconcertante, da experiência de Paulo. Ele descobriu que somente a lei pode libertar da lei. Ele não descartou a moderação quando veio a Cristo. Ele se submeteu a uma nova lei". Barth insiste que esta lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus é a lei de Deus restabelecida pela graça.

E quase consenso traduzir nomos como “um princípio regulador” ou parafraseá-lo como “religião”. Mas Barth está convencido de que Paulo aqui quer dizer que “a própria Lei penetra naquela forma deturpada de uma lei do pecado e da morte, e se mostra na sua forma verdadeira como o Espírito que leva este homem a procurar a graça de Deus. Ao fazer isto, ela também liberta este homem desta forma deturpada da lei e do sofrimento que aquela forma deve lhe causar, e assim, também, faz com que este homem entre no caminho da vida, da esperança e da inocência”.

Para colocar as palavras de Paulo na sua perspectiva mais ampla, nós fazemos bem em novamente lembrar a promessa do Espírito no Antigo Testamento, que o após tolo declara em todas as partes como já tendo sido cumprida. Já fizemos referência a Isaías 44.3 e a Joel 2.28. Mas existem duas predições ainda mais significativas. Ezequiel (36.26-27) tinha predito: “E porei dentro de vós o meu espírito e farei que andeis nos meus estatutos”. E Jeremias tinha profetizado: “Porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração” (Jr 31.31-34; cf. Hb 10.14-17). Portanto, Beet comenta a este respeito: “O fato de o Espírito Santo, dado àqueles que crêem nas palavras de Cristo, os instigar e capacitar a obedecer às palavras de Moisés e dos profetas é outra coerência entre o Antigo e o Novo Testamento, e, portanto, confirma a origem divina de ambos. E, o fato de que Cristo veio para que a Lei pudesse ser cumprida, prova a importância e a validade eterna da Lei”.

O Espírito é o mediador deste grande milagre de graça. Pela união com Cristo recebemos o “Espírito libertador”. Pelo dom do Espírito, somos emancipados da lei do pecado e da morte. O Espírito restaura a lei de Deus mais uma vez, como uma lei que é “santa, e justa, e boa” (7.12; veja os comentários). Alei mais uma vez se torna “espiritual” (7.14), pois “onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade” (2 Co 3.17). No poder do Espírito santificador, somos levados a um novo relacionamento com Deus, “cujo serviço é a liberdade perfeita”.

Paulo também fala dele como sendo o Espírito de vida (2). Como o Credo Niceno nos convida a confessar, Ele é “o Senhor e Aquele que dá a vida”. Foi Ele que deu a vida na criação (Gn 1.2).
Ele é o que dá a vida no novo nascimento (Jo 3.5). Aqui Ele é o que dá a vida na santificação, terminando com a tirania da carne e nos libertando naquele amor perfeito que é o cumprimento da lei de Deus (4). Ele também é o que dá a vida na ressurreição, como

veremos (11). Aqui, no versículo 2, o Espírito Santo liberta o crente do pecado. “Ele escreve a lei de Deus com fogo vivo no nosso coração”, disse Lutero, “e consequentemente a lei não é uma doutrina, mas sim a vida; não palavras, mas sim realidade; não um sinal, mas a plenitude”.

Mas tudo isto está em Cristo Jesus. “O Espírito é o veículo, mas é ‘Cristo que é a nossa vida’ (Cl 3.4), assim como o Espírito é o Santificador, mas Cristo é a santificação (1 Co 1.30). ‘O Espírito nunca é considerado como o conteúdo da vida despertada’, conclui Lionel Thorton, depois de examinar cuidadosamente a evidência do Novo Testamento. ‘O Espírito é a causa do avivamento; e o Cristo que habita dentro de cada um de nós é o efeito do despertamento’. Como o próprio Senhor Jesus disse a respeito do Consolador: “Ele não falará de si mesmo, mas... Me glorificará, porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar” (Jo 16.13-14).

No versículo 3, lemos: Porquanto, o que era impossível à lei, visto como esta va enferma pela carne, Deus, enviando o seu Filho em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne. O que era impossível à lei? A lei não podia santificar. Ela levava o pecado à atividade (7.9-13), mas não conseguia expulsar o pecado. Isto porque ela estava enferma pela carne. O seu apelo era para o homem na sua condição pecadora e desamparada. O homem natural é psychikos, “não espiritual” (1 Co 2.14, RSV). Ele é arrancado de Deus e está sujeito ao pecado, portanto não pode dedicar a Deus uma devoção verdadeira (cf. 7.14-25). A lei “não podia libertar os homens. Isto equivale a dizer que ela não colocaria os pés humanos sobre a rocha da Eternidade, e não os livraria da sentença de morte que foi proferida sobre eles”.

Mas o que era impossível à lei... Deus, enviando o seu Filho em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne. Deus realizou, através da Encarnação, aquilo que não podia ser feito pela lei. Ele enviou seu único Filho - “a expressão pretende enfatizar o único laço de amor que une o Pai ao Filho” “em semelhança da carne do pecado” (en homoiomati sarkos hamartias, “na semelhança da carne controlada pelo pecado” f BS. O único Filho apareceu em carne humana, “no Seu impenetrável anonimato”. Aos olhos dos seus contemporâneos, Ele era um homem como todos os outros (cf. Fp 2.7). ‘Na semelhança da carne do pecado’ é uma daquelas frases exatas das Escrituras que não admitem alterações”, comenta Lenski.”

A semelhança da carne' seria Docetismo. Cristo então não teria uma carne real; 'a carne do pecado' seria Ebionismo. Cristo então teria tido uma carne pecadora; mas "semelhança da carne do pecado' é a doutrina do evangelho, ou seja, Cristo assumiu a nossa carne, mas não a nossa natureza pecadora".

Mas Cur Deus Homol "Por que Deus se tornou homem?". Foi pelo pecado (peri hamartias). Esta expressão pode significar "por uma oferta pelo pecado", como em 2 Coríntios 5.21 (também NASB, NEB). Mas o texto grego pode querer dizer simplesmente "por causa do pecado" (Berk.). "O Filho de Deus", diz Barrett, "foi enviado para 'lidar com o pecado". Ele veio para enfrentar o tirano no seu próprio campo - na carne. Como um cidadão da carne, Ele condenou o pecado na carne. O verbo condenou significa mais do que registrar desaprovação; a lei faz isso.

Ele "'pronunciou a condenação do Pecado'. O Pecado, a partir de então, foi destituído do seu poder autocrático". No corpo de carne e sangue de um Homem, no território do pecado, por assim dizer, Deus condenou o Pecado. "Pela sua vida de obediência perfeita, e pela sua morte e ressurreição vitoriosas, o reinado do pecado sobre a natureza humana foi quebrado". Ele é Christus Victor. Como Ele morreu e ressuscitou, o pecado é um poder derrotado, um tirano destro nado. "O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei. Mas graças a Deus, que nos dá a vitória por nosso Senhor Jesus Cristo" (1 Co 15.56-57).

A razão para o versículo 3 é apresentada no versículo 4: para que a justiça da lei (to dikaioma tou nomou, "a exigência justa da lei", RSV) se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito. "A justiça pela lei é uma impossibilidade", escreve Skevington Wood. "A justiça da lei, que é a justiça que a lei exige, mas nunca pode fornecer, é gloriosamente possível quando o Espírito aplica em nossos corações os benefícios completos da morte expiatória de Cristo". Qual é a "exigência justa da lei"? Deixemos que o apóstolo nos dê a sua resposta. "A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor com que vos ameis uns aos outros; porque quem ama aos outros cumpriu a lei. O amor não faz mal ao próximo; de sorte que o cumprimento da lei é o amor" (13.8-10). E de onde vem este amor? O amor de Deus é derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo (cf. 5.5). A ênfase está nas palavras em nós.

“Não em anjos celestiais: em nós. Não nos santos com auréola: em nós, não nos especialistas espirituais: em nós”.

A última frase é: Em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito. O significado ficará mais claro quando examinarmos os parágrafos seguintes.

As seções anteriores (7.1—8.4) estabelecem o tema “O Cristão e a Lei”.
1) A liberdade da lei, 7.1-6; 2) A função da lei, 7.7-13; 3) A futilidade da lei, 7.14-25; 4) O cumprimento da lei, 8.1-4.
2) A vida no Espírito (8.5-11). “Aqueles sobre quem o apóstolo tinha dito que não estão mais “na carne” (7.5) não podem, evidentemente, viver ‘de acordo com a carne”?

Porque os que são segundo a carne (kata sarka, de acordo com a carne) inclinam-se para as coisas da carne; mas os que são segundo o Espírito (kata pneuma, de acordo com o Espírito), para as coisas do Espírito (5). E evidente que Paulo tem em mente exatamente a mesma situação que ele trata na Epístola aos Gálatas. “Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito, contra a carne; e estes opõem-se um ao outro; para que não façais o que quereis” (G1 5.17).

A carne e o Espírito são dois modos de vida conflitantes. Ser segundo a carne é ser incapaz de fazer as coisas do Espírito; ser segundo o Espírito é ser incapaz de fazer as coisas da carne. Para os dois tipos de pessoas, Paulo diz; “Você não pode fazer as coisas que quer”. O homem “segundo a carne” não consegue viver “segundo o Espírito”. Este foi o tema de Paulo em 7.14-25.

O homem que vive “segundo o Espírito” não consegue viver “segundo a carne”. Este é o seu tema no capítulo 8. No entanto, existe uma diferença importante que deve ser notada. A vida pela carne (kata sarka) é uma vida de escravidão; a vida pelo Espírito (katapneuma) é uma vida de liberdade. Assim, embora o homem kata sarka não possa agradar a Deus (v. 8), o homem kata pneuma ainda possui a liberdade para pecar (G15.1,13); a advertência em 8.13 deixa isto claro. A vida no Espírito não elimina a possibilidade do pecado, mas confere o poder de não pecar. Um homem que vive “segundo o Espírito”, não pode pecar, e ainda ser kata pneuma. Neste sentido, pode ser dito a seu respeito: “Você não consegue fazer as coisas que quer”.

Aqueles que pertencem a Cristo colocaram a carne na Cruz (cf. G1 5.24). O combate mortal entre estes dois princípios é assim estabelecido, e o crente “desfruta dos frutos pacíficos da vitória”. Não que ele esteja imune às tentações, mas o pecado já não fala mais alto. Isto foi o que John Wesley descobriu depois da sua conversão em Aldersgate Street. Imediatamente depois do relato da sua experiência animadora, ele acrescentou no seu Journal: “Depois do meu retorno a casa, eu era muito atingido pelas tentações, mas eu clamava, e elas iam embora. Elas retornavam repetidas vezes. Eu freqüentemente erguia os olhos, e ele ‘me enviava ajuda do Seu santo lugar’. E então descobri de que consistia a diferença entre este estado e o meu estado anterior. Eu estava lutando, sim, lutando com todas as minhas forças debaixo da lei, assim como debaixo da graça. Mas algumas vezes, não sempre, eu era derrotado; agora sempre serei o vencedor”. Esta é a experiência de todos aqueles que são nascidos de Deus.
“Qual seria a utilidade do novo nascimento, da redenção, afinal”, pergunta Johannes Weiss, “se não fosse a de acabar com aquela miserável tensão e escravidão?”

No versículo 4, o apóstolo fala daqueles que “não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito”. No versículo 5, ele se aprofunda ao passar do caminhar do crente ao seu ser essencial. “Esta é literalmente uma afirmação ontológica”, afirma Wood, “pois o particípio grego ontes, de onde deriva o termo filosófico, aparece aqui no texto”. Paulo diz: Os que são [ontes) segundo a carne... os que são segundo o Espírito... (embora o particípio na verdade não esteja repetido na segunda parte da frase).

O versículo 6 apresenta um forte contraste: Porque a inclinação da carne é morte; mas a inclinação do Espírito é vida e paz. Aversão NASB o traduz assim: “A mente concentrada na carne é morte, mas a mente concentrada no Espírito é vida e paz”. A expressão grega é to phronema tes sarkos, literalmente, “os pensamentos ou a mente da carne”. Wesley interpreta a mente concentrada na carne como tendo “seus afetos concentrados em coisas que agradam a natureza corrupta: por exemplo, coisas visíveis e temporárias; coisas da terra, prazeres (dos sentidos ou da imaginação), elogios ou riquezas”. Sem dúvida, esta é uma experiência ética, mas na realidade ela vai, além disso. Wood afirma que somos justificados ao pensar em tal condição como “uma experiência existencial - o que equivale a dizer que ela está relacionada com o significado essencial da vida”.

A carne é mais do que sensualidade, é mais do que luxúria sexual. A carne é o homem vivendo no nível terreno e material, divorciado de qualquer contato com o espiritual. Isto fica claro na afirmação de Jesus a Nicodemos: “O que é nascido da carne é carne... Não te maravilhes de te ter dito: Necessário vos é nascer de novo” (Jo 3.6-7; cf. 1 Co 2.14). Uma existência como esta é a morte. O versículo 5a é literalmente: “O pensa mento da carne - morte”. E morte agora: “a morte que abrange todas as misérias que surgem do pecado, aqui e no futuro” (NT Amplificado).

Em contraste com isto, está a “mente do Espírito” (to phronema tou pneumatos). Para captar todo o impacto deste contraste devemos ler 1 Coríntios 2.9-16. Aquelas coisas que são invisíveis aos olhos do homem natural (psychikos, não espiritual; 14, RSV), “Deus no-las revelou pelo seu Espírito”, pois “recebemos... o Espírito que provém de Deus, para que pudéssemos conhecer o que nos é dado gratuitamente por Deus”. Se “a mente, ou pensamentos, da carne” é terrena, “a mente do Espírito” concentra-se “nas coisas que são de cima, onde Cristo está assentado à destra de Deus” (Cl 3.1). A verdadeira vida de um homem está “nos lugares celestiais em Cristo” (Ef 1.3; 2.6).
Posteriormente, neste capítulo, Paulo fala das “primícias do Espírito” (23), o que significa que o Espírito é uma antecipação (ou uma bênção que é antecipadamente desfrutada), da glória que nos será revelada na vinda de Cristo (cf. 2 Co 1.22).

Se “o pensamento da carne” é morte, “o pensamento do Espírito” é vida (zoe) e paz (eirene). Duas palavras diferentes são traduzidas como “vida” no Novo Testamento. Uma delas é bios, que significa a vida biológica. A outra é a palavra que aparece aqui (zoe). “O estranho é que no grego clássico, zoe é usada como inferior a bios. Bios é a vida na sua extensão - a duração dos dias, ao passo que zoe é a vida que vivemos o princípio da vida. A Bíblia inverte a ordem, e eleva zoe ao pináculo da supremacia”. Isto não é difícil de entender. Para o homem em Cristo, o princípio da vida é alguma coisa além de respirar; é o próprio Espírito.

Ele é o Fôlego da nossa nova vida em Cristo, e assim zoe se eleva a um plano ainda mais elevado e significa “a vida de Deus na alma do homem” (Henry Scougal). E a própria vida de Deus comunicada pelo Espírito Santo. Zoe é basicamente a vida de santidade, pois é “a lei do Espírito da vida [zoes] em Cristo Jesus” que nos “liber ta da lei do pecado e da morte” (2). O Arcebispo Trench disse o seguinte:

“Quando declaro algo como uma zoe absoluta, estou declarando a completa santidade disto. Cristo, ao afirmar sobre si mesmo ego eimi he zoe (Eu sou a vida, Jo 14.6; cf. 1 Jo 1.2), afirmou de modo implícito que Ele era completamente sagrado; de modo semelhante, o mesmo ocor re com a criatura, que vive, ou que triunfa sobre a morte, a morte que é ao mesmo tempo física e espiritual, que primeiro triunfou sobre o pecado. Não surpreende, portanto, que as Escrituras não conheçam uma palavra mais nobre que zoe para definir a bênção de Deus e a bênção da criatura que está em comunhão com Deus”.

O versículo 7 define a natureza essencial do espírito carnal: a inclinação da carne (tophronema tes sarkos, o pensamento da carne) é inimizade contra Deus (echthra eis theon, “hostil a Deus”, NASB), pois não é sujeita à lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser. A tendência da carne é basicamente o pecado: “O pecado é iniqüidade” (Fie hamartia estin he anomia, 1 Jo 3.4). A mente carnal é, portanto, uma mente sem lei, uma mente pecadora, e, portanto ela não é, e nem pode ser, sujeita à lei de Deus. Portanto, os que estão na carne (oi de en sarki ontes) não podem agradar a Deus (8). Aqui, o termo na (en) não é locativo, mas instrumental; estar na carne significa estar sob o domínio da carne — indica um modo de vida e não uma esfera. En sarki é praticamente sinônimo de kata sarka. Nós estamos na carne quando estamos vivendo segundo a carne ou “de acordo com a carne” (5). Esta situação é hostil ao Espírito e, portanto, não pode ser agradável a Deus; daí é um estado de morte (6).

O versículo 9 não é dirigido aos santos no céu, mas sim aos santos em Roma: Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito (en pneumati), se é que o Espírito de Deus habita (oikei, faz a sua morada) em vós. Estes homens ainda estavam no corpo (soma), mas não na carne (sarx). Isto prova conclusivamente que aqui sarx não pode significar “na esfera do que é material”. Como en sark significa a vida “segun do à carne”, en pneumati significa a vida kata pneuma, “segundo o Espírito”. O interior do crente está sob a força motivadora e capacitadora do Espírito Santo. “Para o cristão, a carne está morta e deposta (Rm 8.2ss); ela está excluída da participação no reino de Deus (1 Co 15.50), ao passo que o soma - transformado, ou seja, libertado do domínio da carne - é o veículo da vida da ressurreição. O soma é o próprio homem, ao passo que sarx é um poder que o reivindica e o determina. E por isso que Paulo

pode falar de uma vida kata sarka (segundo a carne), mas nunca de uma vida kata soma (segundo o corpo)".

Para aquele homem em quem o Espírito faz a sua moradia, Deus diz: "O vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós... glorificai, pois, a Deus no vosso corpo [soma]" (1 Co 6.19-20).

O versículo 9 deveria estar colocado em justaposição com 7.20, para facilitar a com preensão do seu significado. Em 7.20, o pecado que habita no homem (he oikousia en emoi hamartia) determina a existência do homem sob a lei: a sua vida é "na carne" e "segundo a carne" porque "o pecado" (he hamartia) habita, ou faz a sua moradia, nele. No versículo 9, o Espírito que habita no homem (pneuma theou oikei en humin) motiva e capacita aquele que "não está debaixo da lei, mas debaixo da graça": a sua vida é "no Espírito" e "segundo o Espírito". "Assim, é compreensível", destaca Leenhardt, "o que não seria se estas frases tivessem um significado locativo, que o apóstolo possa dizer sem diferença de significado: 'você está no Espírito' e 'o Espírito está em você'. As duas ex pressões têm o mesmo significado, ou seja, o Espírito governa a sua existência".

Mas, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele. E, se Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito vive por causa da justiça (96-10). Aqui Cristo... Em vós é correspondente à primeira parte do versículo 9: Vós... Estais... No Espírito e o Espírito de Deus habita em vós. Não apenas o Espírito é o Espírito de Deus e de Cristo, mas também Cristo é substituído pelo Espírito. Nenhuma destas expressões por si mesma transmite integralmente tudo o que é sugerido sobre a ação do Espírito. Paulo as usa como mutua mente complementares, uma vez que "ele visualiza a comunhão restaurada com Deus do ponto de vista da sua origem e causa eficiente, do ponto de vista da sua realização, ou causa instrumental, e do ponto de vista da sua finalização, ou causa final. O Espírito é, ao mesmo tempo, o autor, a essência e a consumação desta comunhão. Semelhantemente, com respeito a Cristo, a sua presença é o próprio alicerce desta comunhão que, por sua vez, consiste da sua presença, e é garantida por ela".

Na expressão Mas, se alguém não tem o Espírito de Cristo, Wesley entende que Paulo quer dizer que este "não é um membro de Cristo, não é um cristão; não está em um estado de salvação. Esta é uma declaração clara e expressa, que não admite exceção". Ter o Espírito

de Cristo obviamente é ao mesmo tempo uma experiência espiritual e ética. Pelo Espírito, e por meio dele, Cristo (i) habita no crente, e (ii) faz com que ele seja conforme "à imagem" do próprio Cristo (29). Como Aquele que habita em nosso interior, Cristo "se torna o verdadeiro 'eu' (Gl 2.20) e exerce a sua autoridade como o próprio centro da pessoa humana, através da ação do Espírito Santo". Isto é mais do que uma experiência mística; isto significa que Cristo se reapresenta através da minha personalidade redimida. Paulo afirma que esta é a marca infalível do cristão. Embora seja verdade que cada crente tem o Espírito de Cristo, nem todo cristão está cheio com o Espírito (cf. 1 Co 2.6, 15-16; 3.1-4; Ef 3.14-19; 5.18).

Paulo prossegue dizendo: E, se Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado (to soma nekron dia hamartian), mas o espírito vive por causa da justiça (to pneuma zoe dia dikaiosynen). Isto significa que o corpo está morto no sentido de 6.6, e do argumento que antecedeu esta afirmação, ou que o versículo 10 aponta para o versículo 11 e significa simplesmente que o corpo é mortal devido ao pecado de Adão? As autoridades se dividem igualmente. Bultmann se destaca entre aque les que insistem na primeira interpretação. Ele argumenta que Paulo quer dizer "que o soma dominado pela carne (novamente, equivalente à própria carne) é eliminado (e é eliminado £por causa do pecado' - isto é, porque o pecado foi condenado; cf. v. 3)".

Barrett também defende esta opinião. "Se Cristo vive em você, há duas consequências. Por um lado, o seu corpo está morto. 'O seu corpo' é 'você', e você está morto; sobre isto, veja 6.2-11; 7.1-6. Naturalmente, continua sendo verdade que esta morte batismal deve se realizar constantemente (6.11)... por outro lado, embora o corpo esteja morto, o Espírito (de Deus) dá a vida. Paulo não quer dizer que o espírito (humano) esteja vivo, e que isto implique numa dicotomia rígida entre corpo e espírito. Se ele quisesse ter dito isto, teria dito 'o espírito está vivo', e não 'o espírito vive'. O ser humano está morto - para o pecado; o Espírito é capaz de dar a vida - por que... o homem agora se relaciona corretamente com Deus, em cuja dádiva repousa o Espírito".

Outras autoridades opinam que o pensamento de Paulo neste ponto se voltou para a ressurreição, pois a seguir ele diz: E, se o Espírito daquele que dos mortos ressuscitou a Jesus habita em vós, aquele que dos mortos ressuscitou a Cristo também vivificará o vosso corpo

mortal (to thneta somata), pelo seu Espírito que em vós habita (11). Aqui surgem tanto uma dádiva futura como uma graça presente.
Sem dúvida, a referência é à ressurreição do corpo, que irá ocorrer quando Cristo vier; nesse dia, o nosso corpo mortal será vivificado. Mas, como crentes, agora temos “as primícias do Espírito” (23). A ressurreição de Cristo foi o começo de todas as bênçãos que recebe mos através dele. Por meio do Senhor ressuscitado, recebemos, mesmo agora, o poder revitalizador do Espírito Santo. Assim, Paulo aqui está pensando em todas aquelas forças revitalizadoras que surgem na história com a vitória de Cristo sobre a morte e que nos são mediadas pelo Espírito. A salvação, portanto, é mais do que um assunto da alma; a salvação toca todo o homem, a alma e o corpo, tanto aqui como no futuro. Nesta passagem em particular, o Espírito é visto como o Sopro de Deus que dá a vida, como o seu vigoroso poder pelo qual a criação é renovada.

Em 8.1-11 vemos o tema “A Liberdade do Pecado e da Morte”. 1) A fonte da liberdade, 2,9; 2) O escopo da liberdade, 5-8; 3) O resultado da liberdade, 2-4,11 (W. T. Purkiser).

3. Obrigações e privilégios no Espírito (8.12-17). Portanto, o Espírito que habita no crente lhe oferece novas possibilidades de existência. Cabe ao crente reconhecer estas oportunidades e agir a este respeito. Novas obrigações agora são atribuídas ao homem que morreu e que ressuscitou com Cristo; nós devemos alguma coisa àquele que nos libertou. Os versículos 12-14 devem ser lidos juntos, pois formam um único pensamento completo: De maneira que, irmãos, somos devedores, não à carne para viver segundo a carne (kata sarka). Porque, se viverdes segundo a carne, morrereis; mas, se pelo espírito mortificardes as obras do corpo (ei de pneumati tas praxeis tou somatos thanatoute, “se pelo Espírito forem colocadas à morte as obras do corpo”, NASB), vivereis. Porque todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus.

O que devemos ao Espírito é a amorosa gratidão para com Aquele que nos fez “livres da lei do pecado e da morte” (2). A alternativa apresentada é familiar à Epístola aos Romanos: a vida segundo a carne ou a vida segundo o Espírito. Igualmente conhecido é o fim ao qual cada uma delas conduz: a morte ou a vida. “Entretanto, Paulo agora esclarece a natureza desta vida segundo o Espírito, dizendo que ele consiste em colocar à morte as obras do corpo, pelo poder do Espírito”.

E importante que tentemos captar exatamente o que Paulo quer dizer aqui. Ele certamente não está defendendo a mortificação ascética, que se baseia na idéia de que o corpo é um peso para a alma. Paulo não está propondo nenhum dualismo helenista de corpo e alma. Como já vimos, para ele o corpo (soma) é o ser expresso concretamente. O que o crente está obrigado a fazer é, se pudermos tomar emprestada a feliz expressão de Oswald Chambers, sacrificar o natural em benefício do espiritual.
Pelo Espírito, devemos reconhecer que os membros do nosso corpo estão mor tos para o pecado e que nós estamos "vivos para Deus" (cf. 6.11-13). "Os membros do corpo passam pela morte para que se tomem mais vivos do que nunca pelo florescimento das suas... possibilidades que o pecado tinha suprimido. Agora eles se tomam instrumentos disponíveis para o Espírito". O cristão que não sacrificar assim o seu corpo enfrentará a ameaça da morte. Enquanto ele viver, enfrentará a opção de morrer para o pecado, ou a opção de morrer no pecado.

No entanto, a vida cristã não é como uma gangorra para aquele que realmente morreu para o pecado. Como Paulo acaba de nos dizer, ele já não está mais "na carne", pois o Espírito veio para fazer a sua morada dentro do crente. Por meio do Espírito que habita em cada um de nós, Cristo exerce a sua autoridade dentro do verdadeiro âmago do coração do crente. Mortificardes as obras do corpo, portanto, não é um autoflagelo, mas sim a manutenção de uma atitude de obediência, à medida que prosseguimos na sagrada comunhão do Espírito (cf. 2 Co 13.14).

Paulo quer que os seus leitores entendam que esta mortificação dos impulsos do nosso corpo pelo Espírito não leva a uma recaída ao legalismo. Porque todos os que são guia dos pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus. A mortificação não é a base, mas sim o resultado do nosso relacionamento com Deus. A presença do Espírito nos nossos corações é o resultado de uma mudança nas nossas relações com Deus, uma mudança na qual Deus tomou a iniciativa. Ele enviou o seu Filho para que os seus filhos rebeldes pudessem se tornar seus filhos pela adoção.

A mortificação, assim, nos mostra que Deus restabeleceu as relações filiais. Ela nasce da presença renovada do Espírito Santo dentro dos nossos corações. Conseqüentemente, não há lugar para o medo ansioso. Porque não recebestes o espírito de escravidão, para, outra vez, estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção de

filhos, pelo qual clamamos: Aba, Pai (15). O apóstolo prossegue com este pensamento mais plenamente em Gálatas 4.1-7. Sob a lei, o relacionamento mais elevado que alguém pode ter com Deus é o da servidão - isto é, o esforço escrupuloso de agradar a Deus, que é inevitavelmente acompanhado pelo espírito de escravidão... Em temor. Mas sob a graça, o nosso relacionamento é o da filiação - isto é, um relacionamento filial de amor, caracterizado pela obediência alegre e agradecida. “Mas quando a plenitude desta época chegou, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos. E, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai. Assim que já não és mais servo, mas filho” (G14.4-7).

A palavra aramaica Aba é uma indicação do pensamento de Paulo. Era o termo íntimo familiar para Pai. Em todas as línguas existe uma palavra assim; no latim medieval, essa palavra era papa, e em francês é dada (de onde se originou o termo inglês “daddy”). Embora os judeus se dirigissem a Deus com o termo Abbi, que denota reverência, nenhum judeu pensaria em dizer Aba. Esta era a palavra que Jesus usava quando orava (cf. Mc 14.36).

Ouvindo-o falar tão intimamente com o Pai, os seus discípulos lhe pediram: “Senhor, ensina-nos a orar” (Lc 11.1). Eles aprenderam a conhecer a mesma intimidade que Jesus tinha com Deus. O espírito de adoção que recebemos quando somos justificados pela fé, é a resposta ao pedido dos discípulos. O Espírito coloca nos nossos corações o espírito filial, e nos nossos lábios a expressão Aba, Pai. “Ele se tornou o que nós somos, para que nós possamos nos tornar o que Ele é”.

Uma exigência deve ser adicionada, no entanto, para salvaguardar a singularidade de Jesus. Ele é o Filho de Deus por natureza (cf. Jo 1.18); nós o somos por adoção. Contudo, pela encarnação do Filho (cf. 8.3; Gl 4.4), somos introduzidos no círculo da comunhão divina (cf. Jo 17.17-26).

Portanto, podemos ler: O mesmo Espírito (“próprio”, NASB, RSV) testifica com (symmartyrei, testemunha juntamente com) o nosso espírito que somos filhos de Deus (16). Paulo está declarando que existe um “testemunho conjunto”427entre o Espírito de Deus e o espírito humano (ou a consciência). Antes de mais nada, há o testemunho do Espírito de Deus, que na fraseologia clássica de

Wesley “é uma marca interior na alma, na qual o Espírito de Deus testemunha diretamente ao meu espírito que eu sou um filho de Deus; que Jesus Cristo me ama e se deu por mim; que todos os meus pecados estão destruídos, e que eu, eu mesmo, estou reconciliado com Deus”.

O testemunho do espírito humano, que necessariamente seguem e corrobora o testemunho do Espírito divino, “é aproximadamente, se não exatamente, o mesmo que um testemunho de uma boa consciência com relação a Deus; e é o resultado da razão, ou a reflexão do que nós sentimos em nossa alma. A rigor, é uma conclusão parcial da Palavra de Deus, e parcialmente da nossa própria experiência. A palavra de Deus diz que todo aquele que tem o fruto do Espírito é um filho de Deus; a experiência, ou a consciência interior, me diz que eu tenho o fruto do Espírito; conseqüentemente, concluo de forma racional: ‘Portanto, sou um filho de Deus’. Wesley parece ter penetrado no âmago do significado daquilo que Paulo queria dizer.

O primeiro privilégio de um filho adotado, portanto, é chamar a Deus de Pai. Pela presença interior de Cristo e pela obra do seu Espírito, a nossa filiação se torna uma experiência abençoada de comunhão com Deus.
O segundo privilégio do filho adotado é que ele se torna um herdeiro da riqueza do seu Pai adotivo. E, se nós somos filhos, somos, logo, herdeiros também, herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo; se é certo que com ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados (17). Podemos dizer que o objetivo da adoção é fazer de alguém o beneficiário dos bens de que, por outra maneira, ele teria sido privado.

A metáfora emprestada dos tribunais romanos, portanto, é adequada à dispensação da graça. A idéia da herança enfatiza a gratuidade da riqueza recebida. Na adoção, Paulo vê um privilégio que foi transmitido aos pecadores pelo Filho, o Herdeiro por excelência, Aquele em quem a promessa da herança, feita a Abraão (4.13; cf. G1 3.29), encontra o seu completo cumprimento.

Nós somos co-herdeiros de Cristo; se é certo que com ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados. Não existe o compartilhar da glória de Cristo, a menos que exista o compartilhar dos seus sofrimentos. Os sofrimentos, e depois a glória, é a ordem indicada no caso de Cristo (cf. 1 Pe 1.11); a mesma coisa

se aplica àqueles que são os seus co-herdeiros. E importante observar que eles sofrem com Ele, e esta participação conjunta está enfatizada tanto no caso do sofrimento quanto da glorificação. Os sofrimentos dos filhos de Deus são considerados por Paulo como os sofrimentos de Cristo (2 Co 1.5; Fp 3.10; Cl 1.24; 2 Tm 2.11; cf. 1 Pe 4.13 e Mc 10.39).

Dietrich Bonhoeffer, que foi morto como um mártir cristão pela Gestapo em 9 de abril de 1945, escreveu em meio à provação dos seus próprios sofrimentos: "Na comunhão com o corpo crucificado e glorificado de Cristo, nós participamos do seu sofrimento e da sua glória. A sua Cruz é o peso que é colocado sobre o seu Corpo, a igreja. Todos os sofrimentos suportados sob esta cruz são os sofrimentos do próprio Cristo.

Este sofrimento primeiramente assume a forma da morte batismal (de 6.3-4)... mas existe uma forma muito maior de sofrimento que esta, aquela que traz uma promessa inefável. Pois embora seja verdade que somente o sofrimento do próprio Cristo pode expiar o pecado, e que o seu sofrimento e o seu triunfo ocorreram 'por nós', para os benefícios presentes e futuros a nosso favor, ainda assim, para alguns, que não se envergonham da sua comunhão no seu corpo, ele garante a inestimável graça e o privilégio de sofrer 'por ele', assim como Ele fez por eles". Tal sofrimento com Cristo não pode ter outro fim, a não ser a glória com Ele.

Em 8.12-17, Paulo nos mostra o tema "A Vida Cristã". 1) A sua disciplina, 12-13; 2) A sua orientação, 14; 3) A sua devoção, 15; 4) O seu discernimento, 16; 5) O seu domínio, 17 (W. T. Purkiser).

4) As primícias do Espírito (8.18-27). A nossa existência cristã tem três dimensões temporais: passado, presente e futuro. Ela se baseia no Fundamento que foi colocado, Cristo (1 Co 3.11); ela vive no presente pelo poder do Espírito; e ela se estende em direção à redenção completa no futuro. Depois de ter lidado com as duas primeiras, Paulo agora volta a sua atenção para a terceira, a esperança que nós temos em Cristo. Mas mesmo assim, o Espírito ainda é central, como a antecipação desta futura glória. Este é o significado da expressão-chave desta seção, as primícias do Espírito (23). Deus concede o Espírito ao crente como uma antecipação da glória que em nós há de ser revelada (18) quando Cristo vier para consumar a sua salvação.

O elo imediato com a seção anterior é o versículo 15, onde Paulo fala do “Espírito de adoção”. Ele percebe que esta adoção é incompleta. “Ela está assegurada ao crente, mas não é aparente para o mundo. E uma filiação oculta. Está obscurecida pelo corpo da nossa humilhação. Mas no final dos tempos, quando o Senhor retornar para os seus, e mais tarde com os seus, aquela filiação será revelada. Todos verão que a adoção é um fato. O Espírito é o primeiro fruto daquela revelação que será feita. Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não é manifesto o que havemos de ser. Mas sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque as sim como é o veremos’ (1 Jo 3.2)”.

Agora Paulo começa a descrever o período intermediário, mostrando como os cristãos devem ter coragem, tanto diante da perspectiva da glória, quanto com a ajuda que já lhes foi dada pelo Espírito Santo. Porque para mim tenho por certo que as aflições deste tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada (18). Quando ele diz para mim tenho por certo (logizomai), ele quer dizer “eu julgo, depois de cuidadosa deliberação”. Este tempo presente é o período no qual ocorrem as aflições dos cristãos.

E “esta era” ou “este século” em contraste com “o século vindouro” (cf. 12.2; G1 1.4; Ef 1.21, onde “mundo” é a tradução de aion, um termo que é mais corretamente traduzido como “era”). A era que virá é a era da ressurreição e da glória que será revelada na volta de Cristo. Godet observa a importância deste fato para a experiência cristã: “Quanto ao espírito, nós estamos na era que virá; quanto ao corpo, na era presente”. Para a doutrina da santidade, isto significa que, embora o corpo do crente plenamente justificado já não seja mais o instrumento do pecado (veja os comentários sobre 6.6 e 8.9-10), ele ainda continua desprovido da redenção (cf. v. 23, e comentários).

As aflições, portanto, pertencem à era presente, entre os adventos do nosso Senhor. A glória pertence à era futura. E uma não se compara com a outra. Como Moffatt expressa, as aflições são um “mero nada” quando comparadas com a glória que em nós há de ser revelada.
A expressão em nós (eis hemas) pode significar “para nós” (NASB, RSV), embora a versão ARC possa ser mais próxima do pensamento de Paulo. A glória que é prometida não será somente revelada a nós, mas também irá nos trans formar (Fp 3.21).

Tão grande é esta glória, que a ardente expectação da criatura (tes ktiseos, a criação, cf. 1.20; v. 22) espera a manifestação (apokalypsin, “revelação”, NASB, RSV) dos filhos de Deus (19). Que extensão da realidade criada está esperando a revelação dos filhos de Deus? Podemos excluir os anjos, pois eles não estão sujeitos à vaidade e à escravidão da corrupção. Satanás e os demônios devem ser excluídos, pois não podem ser considerados como esperando a manifestação dos filhos de Deus.

Os filhos de Deus não estão incluídos, pois eles estão expressamente mencionados neste versículo. Os não regenerados não estão incluídos, pois eles não têm tais expectativas. “A criação”, portanto, significa a ordem natural, amaldiçoada como é, como conseqüência do pecado de Adão (Gn 3.17). Aqui é mencionado aquele “evento divino único em direção ao qual toda a criação se move”. Phillips assim o explica: “Toda a criação está na ponta dos pés para ver a visão maravilhosa dos filhos de Deus assumindo os seus lugares”. É isto o que o falecido professor G. T. Thomas, de Edimburgo, chamou de “um fato científico visto teologicamente”.

Paulo apresentou este ponto porque o seu principal objetivo ao mencionar a criação é enfatizar aos cristãos a certeza da salvação futura. A sua preocupação não é com a criação propriamente dita, mas ao mencionar o assunto ele sente que é necessária uma explicação adicional. “Porque a criação ficou sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou, na esperança de que também a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus” (20-21, NASB).

Paulo aqui diz três coisas: 1) a ordem criada “foi feita vítima da frustração” (NEB); 2) isto não aconteceu pela sua vontade; 3) ela foi sujeita em esperança. Isto só pode significar que a criação não foi corrompida por alguma falta sua; mas foi envolvida no erro fatal de Adão. Mas esta maldição sobre a natureza, embora nascida do pecado do homem, foi imposta pelo Criador.

Como a criação está sob o controle de Deus, isto não poderia ter acontecido sem esperança. O mundo como o conhecemos não é “o melhor mundo possível”. Ele compartilha a infelicidade e a falta de propósito da existência pecadora do homem. Mas como não foi escravizada pela sua própria vontade, Deus reserva uma esperança a favor dela.

A esperança da criação é compartilhar a redenção da humanidade. No mistério do objetivo eterno de Deus, as duas coisas andam juntas e estão unidas de maneira inseparável. “Assim como Deus, no dia da ressurreição, irá dar ao homem um corpo que corresponde à nova eternidade da glória, ‘um corpo espiritual’, assim também Ele irá criar um novo cosmos correspondente, ‘novos céus, e uma nova terra”. A profecia de Isaías, que fala do novo céu e da nova terra, é precedida pela analogia das dores do parto (Is 66.7-9,22). Estas são antecipadas neste tempo presente pela ordem natural, lutando, até mesmo agora, para ser libertada da sua escravidão. Esta é a idéia dos versículos 22-23.

Porque sabemos que toda a criação geme e está juntamente com dores de parto até agora. E não só ela, mas nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo. O sujeito, nós, está explicado no versículo 23: nós mesmos, que temos as primícias do Espírito. “Então, isto não é um assunto de conhecimento geral, como se todos estivessem cientes das dores do parto. Está claro que não é isso. Até mesmo os cientistas, cuja tarefa é examinar os fenômenos do universo material, são incapazes de rastrear a evidência, a menos que sejam auxiliados por alguma revelação. Isto é alguma coisa que nós sabemos como cristãos, porque Deus, o Criador, nos disse isto na sua Palavra”. Toda a criação geme e está com dores de parto até agora. Esta última expressão “indica que o nascimento da nova ordem ainda não ocorreu, mas também é uma indicação de que as dores do parto não cessaram e que a esperança não foi extinta”.

“E não somente isto, mas também nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando ansiosamente pela nossa adoção como filhos, a redenção do nosso corpo” (NASB). “E não somente isto” indica que o argumento está sendo levado um passo adiante. Embora a criação esteja sujeita... Na esperança (20,21), nós possuímos as primícias (aparche, o “primeiro pagamento”, “uma parcela inicial”) do Espírito. O Espírito que habita é a antecipação da nossa glória celestial, a antecipação da nossa futura redenção. Em duas outras Epístolas, Paulo transmite o mesmo ensino sobre o Espírito usando arrabon, que significa “penhor” ou “garantia” (2 Co 1.22; 5.5; Ef 1.14).

No grego moderno, arrabon é empregado com o significado de um anel de noivado, como um penhor ou uma garantia do casamento futuro. O Espírito que habita é a garantia que o crente tem - da parte de Deus - de que dias melhores virão. Aparche, no entanto, é uma metáfora ainda mais forte do que arrabon. As primícias são uma amostra da colheita da glória que será nossa quando Cristo retornar. Assim como as uvas de escol - trazidas por Calebe e Josué da terra de Canaã - tinham o objetivo de estimular o apetite dos hebreus pela Terra Prometida, também o Espírito Santo nos apresenta o sabor do céu.

Certa vez, o céu parecia um lugar distante,
Até que Jesus mostrou o seu rosto sorridente.
Agora ele começou dentro da minha alma;
E durará até o fim dos tempos.

A adoção pela qual estamos esperando é a completa manifestação da nossa condição de filhos de Deus. Pelo testemunho do Espírito, sabemos que fomos adotados pela família de Deus: pelo 'Espírito de adoção... Clamamos: Aba, Pai" (15-16). Mas, quando Cristo voltar, haverá uma proclamação pública deste fato glorioso ao mundo inteiro (cf. 19). Sobre este mesmo evento extraordinário, Paulo escreve em outra Epístola: "Nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados, num momento, num abrir e fechar de olhos, ante a última trombeta; porque a trombeta soará, e os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados" (1 Co 15.51-52).

Esta transformação será a redenção do nosso corpo, que ainda existe nesta era presente como o "nosso corpo de humilhação" (Fp 3.21, ASY). (Cf. versículo 11 e comentários sobre o versículo 18). Embora o corpo esteja morto para o pecado (6.6-7; 8.3, 9-10), se nós estivermos integralmente consagrados a Deus (6.13) e santificados (6.19), ele ainda deve ser constantemente oferecido a Deus como um sacrifício, pelo poder do Espírito (8.13), e mantido em sujeição ao nosso propósito consagrado como cristãos (1 Co 9.27).

Como já vimos o corpo não é pecador, mas a carne, sim, o é (8-9). Quando o corpo é apresentado a Deus como um "sacrifício vivo" (12.1), ele se torna, na verdade, "o templo do Espírito Santo" (1 Co 6.19), por meio do qual podemos "glorificar a Deus" (1 Co 6.20). Apesar disso, ele ainda não foi redimido. O sentido no qual isto é verdadeiro está sugeri do no versículo 26. Mesmo que nós sejamos

habitados pelo Espírito Santo, ainda somos atacados por fraquezas, que incluem os sofrimentos do corpo que podem levar à morte física, com toda a angústia do espírito implicada pelo que chamamos sofrimento humano. Por que o justo sofre? Este é o enigma deste tempo presente (18). Paulo não se esforça para resolver este enigma aqui; ele se satisfaz, no momento, em nos lembrar, pela palavra de Deus, que o sofrimento será, no tempo de Deus, transformado em glória. A redenção do corpo significará o final do sofrimento da humanidade.

Mas certamente Paulo quer dizer mais do que isto. Devido às nossas fraquezas, o Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis (26). Os gemidos do Espírito são as dores do parto da redenção do nosso corpo, assim como os gemidos de toda a criação são as dores do parto da redenção da natureza (22). Assim como a criação está frustrada, ou sujeita à vaidade (20), as nossas fraquezas também frustram o Espírito Santo e fazem com que ele gema conosco.
As nossas fraquezas certamente devem abranger toda a lista de fragilidades humanas: os efeitos raciais do pecado nos nossos corpos e nas nossas mentes, as cicatrizes da nossa vida pecadora pregressa, os nossos preconceitos que atrapalham os objetivos de Deus, as nossas neuroses que trazem de pressões emocionais e nos fazem, às vezes, “agir fora do nosso papel”, as nossas idiossincrasias de temperamento, o nosso cansaço e o nosso mau humor humanos, além de milhões de defeitos que a nossa carne mortal herdou. “Temos, porém, esse tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós” (veja 2 Co 4.7-11,16). Podemos acrescentar a esta lista as nossas “transgressões involuntárias” à lei perfeita de Deus.

Uma doutrina integral da perfeição cristã deve colocar a verdade da santificação completa dentro da moldura deste tempo presente (v. 18), que se caracteriza pelas fraquezas. A tirania da carne termina com a presença santificadora do Espírito Santo, mas não a fraqueza da carne. Usando a palavra, portanto, com o seu sentido do Antigo Testamento, precisamos confessar juntamente com Paulo: “A vida que agora vivo na carne [da fraqueza] vivo a na fé do Filho de Deus” (G1 2.20). Além disso, o homem que tem o Espírito deve confessar: “Eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum” (7.18) - ou seja, sem considerar a presença de Deus na minha vida, eu sou carne. Nas palavras de Wesley, nós não temos um “estoque de santidade” em nós; qual quer santidade de que podemos desfrutar em qualquer momento encontra-se em nós, pela sua

presença que habita em nós, “porque sem mim nada podeis fazer” (cf. Jo 15.1-6). Entender isto é entender que a nossa santificação é inteiramente obra dele. Com Harriet Auber, confessamos alegremente:

E cada virtude que possuímos,
E cada vitória que obtemos,
E cada pensamento de santidade,
São somente dele.

Na carta aos Filipenses, Paulo coloca esta verdade na sua perspectiva mais completa: Em primeiro lugar, “Deus é o que opera em mim tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade” (2.13). Mas em vista da esperança da “ressurreição dos mortos” (3.11, NASB), devo confessar que, embora eu possa ser classificado com aqueles que são “perfeitos” (3.15; cf. 1 Co 2.6,15-16), eu não sou “perfeito” (teteleiomai, 3.12) - no sentido da redenção do corpo (23). Apesar disso, “eu... tendo por certo isto mesmo: que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará [epitelesei] até ao Dia de Jesus Cristo” (1.6, NASB).

Porque, em esperança, somos salvos (24) - a esperança da nossa ressurreição. Somos salvos (esothemen) é melhor traduzido como “fomos salvos” (RSV).
Quando nós fomos salvos, Paulo está dizendo, foi pela esperança da nossa redenção final. “Se o cristianismo não for uma escatologia completa”, diz Barth, com a sua expressividade característica, “não resta nele nenhum relacionamento com Cristo”. “Nós somos salvos do navio que está afundando no bote salva-vidas”, escreve Beet, “mas ainda não estamos no porto”. Nós só estaremos seguros em casa, no porto, quando estivermos para sempre com o Senhor, em nosso corpo glorificado.

Ora, a esperança que se vê não é esperança; porque o que alguém vê, como o esperará? Estas frases praticamente não precisam de comentários: elas expressam a verdade óbvia de que a esperança já não é mais esperança quando aquilo que se espera se realiza. “No entanto, elas fornecem um exemplo patente dos dois usos da palavra esperança. Na primeira parte, ‘esperança’ se refere à coisa esperada, o objeto da esperança; na segunda, esperança denota o estado de espírito em referência àquilo que se espera”.

O versículo 24 é, portanto, a preparação para a próxima afirmação: Mas, se esperamos o que não vemos com paciência o esperamos (25). “A esperança sempre traz consigo a paciência”, afirma Calvino. “Desta forma, esta é uma conclusão muito apropriada - o que quer que o evangelho prometa a respeito da glória da ressurreição desaparece, a menos que nós passemos a nossa vida presente pacientemente carregando a cruz e as tribulações”.

E neste ponto que Paulo lembra os seus leitores da graciosa ajuda do Espírito Santo nas nossas fraquezas (26). Nos versículos anteriores, a ênfase recai sobre as aflições e a esperança propiciada por elas; nos versículos 26 e 27 a ênfase está nas nossas fraquezas e na ajuda que é dada para o seu alívio. “Assim como a esperança nos susten ta no sofrimento, também o Espírito Santo nos ajuda nas nossas fraquezas”.

A expressão Porque não sabemos o que havemos de pedir como convém mostra como nós somos desamparados nas nossas fraquezas e define a base para o tipo especial de ajuda fornecida pelo Espírito Santo. “A oração abrange todos os aspectos da nossa necessidade, e a nossa fraqueza é exemplificada e exposta pelo fato de que nós nem sabemos o que pedir satisfatória e apropriadamente”, entendendo katho dei no sentido de “satisfatoriamente”. “Nós não sabemos como orar da maneira como requerem as exigências da nossa situação” (cf. 2 Co 12.7-10).448 É nesta situação de “fraqueza” (cf. 2 Co 12.9) que o Espírito vem em nosso auxílio. Esta é a graça no sentido subjetivo - a graciosa ajuda do Espírito Santo que intercede por nós com gemidos inexprimíveis.

Como filhos de Deus, temos dois Intercessores divinos. Cristo é o nosso Intercessor no céu, “à direita de Deus” (34; cf. Hb 7.25; 1 Jo 2.1). O Espírito Santo é o nosso Intercessor no nosso interior (cf. Jo 14.16-17, onde allon parakleton pode ser traduzido como “outro Intercessor”, NASB, marg.). Ele intercede com gemidos inexprimíveis. Qualquer que seja a opinião que decidamos adotar a respeito destes gemidos, não devemos ignorar que eles são gemidos cujo autor é o Espírito Santo. E ainda mais, eles são os gemidos do próprio Espírito. Ao trabalhar para dar à luz aos nossos corpos ressuscitados, Ele geme conosco. Ao mesmo tempo, esses também são os nossos gemidos. “Não podemos pensar razoavelmente sobre o próprio Espírito Santo, independente da função e da instrumentalidade daqueles por quem ele está intercedendo,

apresentando as suas intercessões ao Pai na forma dos seus próprios gemidos". Isto está claramente implícito na afirmação seguinte.

E aquele que examina os corações sabe qual é a intenção do Espírito; e é ele que segundo Deus intercede pelos santos (27). Somente se apreciarmos a idéia principal do versículo 26, de que os gemidos dos santos registram a intercessão do Espírito Santo, é que poderemos compreender este versículo. Aquele que examina os co rações é Deus Pai (cf. SI 139.1,23; Jr 17.10; At 15.8-9; 1 Co 4.5; Hb 4.13). A intenção do Espírito neste versículo não é a mente de Cristo criada em nós (cf. 1 Co 2.15-16), mas a do próprio Espírito Santo; isto é demonstrado pelo que vem a seguir - é ele que segundo Deus intercede pelos santos. É o Espírito Santo que faz a intercessão. Como a sua intercessão está de acordo com a intenção e a vontade de Deus, esta é a garantia de que o Examinador dos nossos corações conhece o conteúdo e a intenção da intercessão. Por tanto, nós temos a confiança expressa em outra passagem, em uma das grandes orações do apóstolo, de que Deus faz "tudo muito mais abundantemente além daquilo que pedi mos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera" (Ef 3.20) - ou seja, pela intercessão do Espírito Santo.

d) A nossa segurança em Cristo (8.28-39). Agora chegamos ao clímax da seção. Por todo o capítulo a perspectiva de Paulo foi se ampliando passo a passo, até que finalmente chegamos à vista geral do objetivo eterno de Deus. A época atual ("este tempo presente", 18) não é a primeira, como pode sugerir a comparação com a nova era de Deus. Assim como a era atual precede a eternidade, ela também já foi precedida por uma eternidade. Somente quando virmos a nossa existência atual no objetivo de Deus, que se estende de eternidade a eternidade, é que captaremos a perspectiva correta e mais completa. Então estaremos numa posição onde se verá que todas as coisas que ocorrem ao cristão nesta vida - e também as aflições deste tempo presente - devem contribuir juntamente para o bem dele. 1) O objetivo eterno de Deus é consumado (8.28-30). Tudo o que é negativo nesta vida é visto como tendo um objetivo positivo na execução do plano eterno de Deus.
Superficialmente, "as aflições deste tempo presente" parecem atrapalhar o objetivo de Deus para nós; mas, na verdade, tudo o que parece frustrar o objetivo de Deus, vem no sentido de servir à sua realização. "O resultado é que nada pode ferir o cristão. Até mesmo o ataque furioso das forças de destruição pertence a todas as coisas que devem contribuir con juntamente para o bem". E sabemos que

todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados por seu decreto (28).

Aqui no versículo 28 o termo sabemos parece estar em contraste com a expressão “não sabemos” do versículo 26. Nós podemos não saber, mas “aquele que examina os corações sabe” (v. 27); Ele sabe, e nele nós podemos saber. O versículo 28, portanto, é uma conexão entre o que Paulo acaba de escrever e o que ele irá nos dizer a seguir. “O Espírito traz a garantia não apenas da filiação, como no versículo 16, mas da segurança”. Nós só sabemos por que o Espírito sabe, e nos comunica o seu conhecimento.

Um pequeno, mas significativo, grupo de estudiosos acrescenta “Deus” (ho theos) como o sujeito da sentença. Sanday e Headlam aceitam a inserção como uma correção do texto. A versão NASB traduz: “E sabemos que Deus faz com que todas as coisas contribuam juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados de acordo com o seu propósito”. A versão RSV julga estranho repetir a palavra Deus e traduz: “Sabemos que em tudo Deus trabalha para o bem daqueles que o amam, que são chamados de acordo com o seu propósito”. Se omitirmos ho theos como o sujeito, ainda assim devemos encarar o verbo synergei como transitivo, “faz todas as coisas”.

A versão NEB retorna para uma interpretação antiga, que faz do Espírito no versículo 27 o sujei to: “E Deus, que examina os nossos corações sabe qual é a intenção do Espírito, porque ele intercede pelo povo de Deus à maneira de Deus; e em tudo, como sabemos, ele colabora para o bem daqueles que amam a Deus e que são chamados de acordo com o seu propósito”. Mas esta não é a idéia da “cooperação voluntária” expressa aqui, “mas do cancelamento autoritário dos fatores divergentes e até mesmo antagonistas para que, apesar de si mesmos, eles colaborem para o bem definitivo daqueles que amam a Deus”. Somente assim poderemos entender a força de synergei, que, como vimos, deve significar “fazer ou obrigar a trabalhar juntamente”

Portanto, se omitirmos ho theos, devemos ainda pressupor que Deus, e não o Espí rito é o sujeito implícito. Neste caso, ton theon deve ser traduzido como pronome, em benefício da suavidade gramatical. Todas as coisas (panta) é literalmente “tudo”, e não simplesmente todas as coisas (ta panta, 32) da ordem espiritual. Paulo está incluindo literalmente “tudo”.

Deus faz com que as coisas que, independentemente ou por si mesmas provam ser nossos erros, contribuam para o nosso bem definitivo. Isto sabemos, se tivermos o Espírito.

Este conhecimento é a propriedade, em primeiro lugar, daqueles que amam a Deus (tois agaposin ton theon). Paulo raramente descreve os cristãos como aqueles que amam a Deus (somente aqui e em 1 Co 2.9; 8.3; cf. Ef 6.24). Normalmente, ele prefere a palavra crer (ou o substantivo fé). Não há um único exemplo onde o substantivo ágape signifique claramente o nosso amor a Deus.

Ágape, para Paulo e também para João (1 Jo 4.10.16), é basicamente o amor que Deus nos mostrou ao enviar o seu Filho (5.5-8; cf. Jo 3.16). “O amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor” (39), também é o próprio amor de Deus por nós em Cristo. O versículo 28, então, é uma das poucas passagens onde Paulo fala do amor dos cristãos por Deus; mas o cristão realmente ama a Deus (veja Mt 2.37-38) e “a nosso Senhor Jesus Cristo em sinceridade” (Ef 6.24). A expressão “Aqueles que amam a Deus” (NASB) é, assim, uma designação suficiente para os cristãos.

Mas como indica a citação que Jesus faz de Deuteronômio 6.4-5, o amor por Deus é mais do que uma resposta emocional - é a devoção da completa personalidade de uma pessoa a Deus. E a devoção de Jó, cujo amor não se devia a razões egoístas (Jó 1.9-12; 2.4-10). É a devoção que diz: “Ainda que ele me mate, nele esperarei” (Jó 13.15). Adam Clarke observa que aqueles que amam a Deus são aqueles “que vivem no espírito da obediência”.

A convicção de que Deus faz com que todas as coisas contribuam juntamente para o bem é o privilégio, em segundo lugar, daqueles que são chamados por seu decreto (tois kataprothesin kletois ousin). Veja os comentários sobre 1.6. Como cristãos, nós amamos a Deus, mas isto não explica por que todas as coisas devam contribuir juntamente para o nosso bem. “A razão para isso não se encontra em... nós, mas no objetivo eterno de Deus. Aqueles que amam a Deus não trouxeram isto de si mesmos, mas isto lhes foi dado pelo chamado que foi feito por Deus, que tem como base o seu objetivo eterno”. “Chamado” é a realização, na história, do decreto eterno de Deus, e é neste decreto que está à segurança definitiva da salvação. O versículo 29 trata daquilo que pode ser chamado de aspectos pré-temporais daquele decreto ou propósito; o versículo 30, com os aspectos temporais, vai além da história, até a glória final.

Ao designar os cristãos como aqueles que amam a Deus, Paulo está encarando subjetivamente a vida cristã; mas ao prosseguir referindo-se a eles como chamados por seu decreto, ele suscita toda a discussão sobre o plano objetivo do propósito divino.
Então ele prossegue com uma série de sentenças que foram chamadas as mais objetivas que se podem encontrar no Novo Testamento. Porque os que dantes conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou (29-30).

“Estas são afirmações poderosas que estão intimamente relacionadas entre si e se estendem da eternidade - pelo tempo - até a eternidade”. “Antes da fundação do mun do” Deus se propôs a criar um povo santo em Cristo (Ef 1.4). É aquele propósito eterno que é cumprido no tempo, quando Deus chama e justifica os homens, e que é consumado na eternidade quando Ele finalmente os glorifica. Assim, todo o esquema da redenção - desde a eleição até à glorificação final - está completamente sob o controle de Deus. Não há lugar para o acaso nem a arbitrariedade, pois tudo faz parte da atividade proposta pelo Deus que se revela como o amor santo.

O capítulo seguinte irá tratar com detalhes da eleição divina, mas a doutrina é apresentada inicialmente aqui. A eleição significa que “tudo isso provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo” (2 Co 5.18). A vontade de Deus tem prioridade absoluta tanto na criação quanto na redenção. O fato de que Deus “decidiu” criar o cosmos é a razão pela qual as coisas criadas existem; o fato de que Deus “decidiu” fazer-nos homens, criaturas com a sua imagem, é a base para a nossa existência como homens; O fato de que Deus nos amou “desde a fundação do mundo” e “nos escolheu” em Cristo é a explicação da nossa salvação.

Este é certamente o significado de os que dantes conheceu: Ele nos “amou antes”458 e nos “escolheu antes” em Cristo. Cristo é o Filho amado de Deus; nele nós também somos amados de Deus (Ef 1.4-5). Devemos nos lembrar de que “aqui não estamos lidando com um pensamento rígido e uma filosofia determinista expressa, mas sim com uma profunda convicção religiosa”,460 de modo que, como Dodd observa acertadamente: “Os melhores comentaristas a

respeito desta passagem não são os maiores teólogos, mas sim os maiores autores de hinos da igreja".

Aqueles que amam a Deus são, portanto, aqueles que desde a eternidade Deus escolheu para desfrutar a sua salvação. São aqueles que Deus redimiu pela sua graça maravilhosa. Numa imagem viva, Barth escreve: "Ele sabia a respeito deles e, sabendo e pensando neles, lhes deu o seu objetivo - antecipadamente, ou seja, por ele mesmo, no poder da sua poderosa misericórdia que existia antes que existisse o mundo (Ef 1.4).

Embora eles ainda fossem surdos, ele os chamou pela sua Palavra; embora eles ainda fossem descrentes, ele lhes disse, enquanto ouviam toda a criação celestial, que eram justos; embora eles ainda estivessem sujeitos à tentação, ele os vestiu com a sua própria glória". Isto ocorreu porque ele é "Deus, o qual vivifica os mortos e chama as coisas que não são como se já fossem" (4.17). A nossa redenção não é a realização dos nossos propósitos humanos inconstantes ou das nossas escolhas auto-definidas; antes, é a representação da realização do plano eterno de Deus. Somente repousando nesta fé poderemos conhecer a paz e a segurança.

A presciência e a eleição resultam na predestinação, e a predestinação significa que o nosso destino, segundo a vontade de Deus, é que estejamos conformes à imagem de seu Filho. Cristo é, ao mesmo tempo, "a imagem de Deus" (2 Co 4.4; Cl 1.15) e a imagem do verdadeiro homem. "No Deus-Homem, Jesus Cristo, não somente nos foi manifestado quem é Deus, mas também o que o homem é e deve ser, de acordo com a sua verdadeira natureza". O processo de metamorfose pelo qual nos transformamos gradualmente na Imago Bei revelada em Cristo, é a obra de santificação pelo Espírito Santo (cf. 12.2). "Mas todos nós, com cara descoberta, refletindo, como um espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor" (2 Co 3.18).

Quando este propósito estiver finalmente realizado - isto é, quando nós tivermos recebido "a redenção do nosso corpo" (v. 23) - "seremos semelhantes a ele; porque assim como é o veremos" (1 Jo 3.2). Atualmente estamos "conforme [.symmorphizomenos] a sua morte" (Fp 3.10); mas seremos conforme (symmorphos, usa do aqui por Paulo) o corpo glorioso de Cristo (Fp 3.21).

No versículo 29 voltamos ao pensamento da nova humanidade em Cristo (veja 5.12-21). Somente aqui a imagem é a de Cristo como o Filho mais velho na família redimida de Deus, o primogênito entre muitos irmãos. Ele, o filho de Deus por natureza (vs. 3, 32) é o Herdeiro de Deus; nós, os filhos adotados de Deus (vs. 14-15) somos "co-herdeiros com ele" (17) da glória predestinada.

A predestinação se realiza no devido tempo: E aos que predestinou, a esses também chamou - isto é, em conversão (cf. 1 Co 7.18; Gl 1.6; Cl 3.15). "Klesis não é au salut [para a salvação], pelo menos no sentido da salvação final, mas simplesmente tornar-se cristão". Chamou implica numa convocação ou num convite que foi obedecido (cf. At 26.19). Este chamado é feito pela Palavra de Deus (10.13-17) e pelo Espírito (Jo 6.44); e aos que chamou, a esses também justificou, "porque eles responderam com fé ao seu chamado".

Com a justificação, Paulo chegou ao presente; mas ele está tão certo do objetivo de Deus que pode prosseguir e descrever o futuro com o verbo no passado: e aos que justificou, a esses também glorificou (cf. 17, "se é certo que com Ele [eles] padecem"; também 11.22 e Cl 1.21-23). "Paulo não afirma, nem aqui nem em qualquer outra parte dos seus escritos, que exatamente o mesmo número de homens são chamados, justificados e glorificados. Ele não nega que um crente possa cair e ser destituído entre o seu chamado especial e a sua glorificação (11.22). Ele também não nega que muitos são chamados e nunca são justificados (cf. 10.21). Ele somente afirma que este é o método pelo qual Deus nos leva, passo a passo, em direção ao céu".

"Salvos pela esperança" é o tema de 8.18-30.1) A nossa esperança, 18-25; 2) A nossa ajuda, 26-27; 3) O nosso elevado chamado, 28-30 (W. T. Purkiser).

2) A certeza em Cristo (8.31-39). Na escolha e no chamado de Deus existe uma imensa garantia para o cristão em um mundo onde existe tanta coisa contra ele. Que diremos, pois, a estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? (31). Esta, diz Brunner, é a salvação contra a qual não pode prevalecer tudo o que se opõe a nós. Não pode haver dúvida quanto à boa vontade de Deus para conosco: "Mas Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores" (5.8). Isto derrota todo o resto. Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes, o

entregou por todos nós, como nos não dará também com ele todas as coisas? (32) Aquele que nos concedeu o "seu presente indescritível" certamente não irá nos negar os menores sinais do seu amor.

"Deus é por nós" (31, NASB). Se esta deve ser uma certeza interior para nós, a acusação que é contra nós deve ser removida, e precisamos ser transformados no próprio âmago do nosso ser. Graças a Deus, a acusação foi tragada na morte reconciliadora do seu próprio Filho. Pelo sangue do Crucificado eu estou justificado.

Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus? E Deus quem os justifica (33). Ou, como Moffatt explica: "Quando Deus absolve, quem poderá condenar?" Embora nós todos tenhamos pecado e estejamos destituídos da glória de Deus (3.23), fomos "justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus" (3.24). E "o amor de Deus está derramado em nosso coração pelo Espírito Santo" (5.5, RSV). "Deus é por nós" significa que "Deus é amor". "O amor de Jesus é o amor de Deus; o amor de Deus é o amor que Jesus Cristo trouxe a nós que estávamos com medo de Deus - por causa do pecado - e que está disponível a todo aquele que nele crê".

Mas, afinal, não pode o próprio Cristo nos condenar, a nós que somos os seus servos inúteis? "Porque todos devemos comparecer ante o tribunal de Cristo" (2 Co 5.10). Será a sua sentença uma sentença de condenação? Isto é inimaginável, pois "nenhuma conde nação há para os que estão em Cristo Jesus" (8.1). Quem os condenará? Pois é Cristo quem morreu por nós (34) quando "éramos inimigos" (5.10) ou, antes, quem ressuscitou dentre os mortos. Longe de nos condenar, mesmo à direita de Deus, Ele também intercede por nós. O próprio Juiz é o nosso Advogado de defesa!

Dodd provavelmente está correto ao supor que Paulo esteja citando aqui uma versão primitiva do Credo dos apóstolos, que muitos estudiosos acreditam ter se originado em Roma: "Ele foi crucificado, morto e sepultado; no terceiro dia, Ele ressuscitou dos mortos, e se sentou à direita de Deus, de onde virá a julgar os vivos e os mortos". Dodd escreve: "Mas para que o pensamento de Cristo como Juiz não leve os cristãos a temer pela sua salvação, ele lembra outra idéia que também estava profundamente fixada na fé cristã, embora não esteja no Credo. 'Ele sempre viveu para interceder por eles', diz a

Epístola aos Hebreus (7.25)... ‘se alguém pecar’, diz 1 João (2.1), ‘temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o Justo’ ”?

Mas podemos acreditar no amor de Deus, mesmo diante de tudo o que nós precisa mos passar repetidas vezes? Pois nem sempre as coisas acontecem da maneira como algumas pessoas interpretam 8.28 - que os cristãos vivem muito melhor do que os outros. Paulo não acreditava nisso. Para ele, e para muitos milhares de testemunhas fiéis a Cristo, a vida cristã significava tribulação... Angústia... Perseguição... Fome... Nudez... Perigo... Espada. Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte todo o dia: fomos reputados como ovelhas para o matadouro (35-36). O discípulo não está acima do seu Mestre. Se eles o crucificaram, se a sua vida estava sendo uma vida de sofrimento, isto deveria ser o melhor para os seus discípulos? Se Deus, por meio do seu sofrimento, foi capaz de dar uma prova do amor divino, então os sofrimentos dos cristãos não deveriam obscurecer este amor.

Paulo escreve: Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou (37). Existe outra coisa da qual não podemos ser privados, que é a nossa união com Ele e uma nova experiência diária do seu amor em meio aos problemas e aos sofrimentos.

O evangelho é uma mensagem de triunfo... a vida no Espírito Santo não é mais longa do que o lamentável oscilar de um lado para o outro entre a vitória e a derrota, que caracteriza a condição do homem sob a Lei; é uma vida vitoriosa. Paulo usa aqui uma expressão forte e impossível de traduzir. Nós somos “excessivamente vitoriosos”.
A alegria da vitória é o sinal da vida no Espírito, da mesma maneira que a natureza pecadora é a marca do legalismo. E verdade que mesmo aquele que verdadeiramente pertence a Cristo nunca deixará para trás os gemidos enquanto viver na terra; mas poderá deixar os lamentos e a ansiedade. A nota da vitória é a marca visível daqueles que estão unidos com o Vencedor.

Todas as demais coisas dependem da certeza interior - estou certo (38). O testemunho interior do Espírito (15-16), corroborado pelo poder da nova vida em Cristo (cf. 2 Co 5.17), é a garantia que produz uma profunda certeza. Então, mas somente então, poderei afirmar com o apóstolo: Estou certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o

presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor! (38-39)

Esta garantia não é automática: ela deve abrir caminho em meio a forças oponentes - tanto naturais quanto sobrenaturais. Os poderes demoníacos continuamente lançam dúvidas contra esta certeza, como se ela fosse uma superstição indefensável. “Mas não importa que adversários nos ataquem ou à nossa fé; uma coisa eles não podem fazer: separar-nos de Cristo, obscurecer ou desacreditar o amor de Deus que nós conhecemos em Cristo. O que Paulo nos ensinou nestes oito capítulos não é uma teoria bonita, mas sim uma experiência posta à prova na feroz provação do sofrimento e da luta”.

Jesus Cristo é o Senhor. Ele é o Senhor sobre a vida e a morte, pois foi crucificado e ressuscitado dos mortos. Ele é o Senhor sobre todos os principados e potestades, pois Ele triunfou sobre eles na cruz (Cl 2.15). Ele é Senhor do presente e do porvir, pois foi nele que Deus nos escolheu em amor, e é nele que nós iremos entrar na glória final de Deus. Em Cristo Jesus, nosso Senhor “Deus é por nós”; nele “somos mais do que vencedores” (37) no triunfo da certeza e da fé. A nossa glorificação final está condiciona da ao nosso sofrimento com Ele (17), e à nossa constância na bondade de Deus (11.22); não obstante, a ênfase de Paulo está na suficiência da graça de Deus. Nós temos “por certo isto mesmo: que aquele que em nós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao Dia de Jesus Cristo” (Fp 1.6).

A partir dos versículos 29-39, Paul Rees expõe o tema: “Se Deus é Por Nós”. 1) Por eleição, no propósito da sua graça, 29-30; 2) Eficazmente, na cruz de Cristo, 32; 3) De forma encorajadora, nas suas providências, 35-37; 4) eternamente, na comunhão do seu amor, 38-39.

W. T. Purkiser encontra a “Vitória em Cristo” cantada em 8.31-39.1) Asua fonte, 31-34; 2) O seu escopo, 35, 38-39; 3) O seu segredo, 37, 39.

Evangelista Isaias Silva de Jesus

Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Belém Em Dourados – MS